

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES
PARA MULHERES?**

uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da
profissão

Mirla Cisne

Recife
2004


MIRLA CISNE

SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES?
uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Vitória Régia Gehlen.

Recife
2004


 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 CURSO DE MESTRADO

Ata da 193ª Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quatro.

As quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatro, na sala de número quatorze do bloco "C" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação intitulada: "SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO PARA MULHERES? – uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão" de autoria de Mirla Cisne Alvaro, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora, aprovada ad-referendum pela coordenadora do curso, Professora Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 006405/2004-13, foi constituída por: Professora Vitória Régia Fernandes Gehlen/UFPE, Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas, como orientadora e examinadora interna, Professora Telma Gurgel da Silva/UERN, Doutora em Sociologia, como examinadora externa, Professora Maria de Fátima Gomes de Lucena/UFPE, Doutora em Ciências Sociológicas, como examinadora interna; Professora Idalina Maria Freitas Lima Santiago/UEPB, Doutora em Ciências Sociais, como suplente externa e Profª Edelweiss Falcão de Oliveira/UFPE, Doutora em Serviço Social, como suplente interna. Na qualidade de Orientadora, a Professora Vitória Régia Fernandes Gehlen presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, a candidato foi arguida pela banca examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu *aprovar* a dissertação, com as seguintes menções: Professora Vitória Régia Fernandes Gehlen: *aprovada c/ distinção*; Professora: Telma Gurgel da Silva: *aprovada c/ distinção*; Professora: Maria de Fátima Gomes de Lucena: *aprovada c/ distinção*. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 27 de maio de 2004.

BANCA:

Vitória Régia Fernandes Gehlen
Profª Drª Vitória Régia Fernandes Gehlen

Telma Gurgel da Silva
Profª. Drª. Telma Gurgel da Silva

Maria de Fátima Gomes de Lucena
Profª Drª Maria de Fátima Gomes de Lucena

MESTRE:

Mirla Cisne Alvaro
Mirla Cisne Alvaro

MIRLA CISNE

**SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA
MULHERES?**

uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da
profissão

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Vitória Régia Gehlen
Orientadora

Profª Dra. Maria de Fátima Gomes de Lucena
Membro

Profª Dra. Telma Gurgel da Silva
Membro

DATA DA APROVAÇÃO: ___/___/___

Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis do intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer **não-integrável** e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem lutar por ela.

István Mészáros

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Cisne, Mirla.

Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. / Mirla Cisne – Recife (PE), 2004.

202 p.

Orientador (a): Profª Dra. Vitória Régia Gehlen.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências sociais aplicadas.

1. Assistente Social – Divisão sexual do trabalho - Dissertação. 2. Feminização - Assistente Social - Dissertação. I. Gehlen, Vitória Régia. II. Universidade Federal de Pernambuco. III. Título.

UERN/BC

CDD: 361

Bibliotecária: Marilene Araújo CRB/Ba_5 1033

A todas as mulheres “bruxas” que teimam em lutar por liberdade.

À minha mãe, Myrtes Cisne, fonte constante de força, inspiração, ensinamentos e admiração em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A construção da dissertação é um momento difícil, porém, rico. Difícil pelas horas de solidão e angústia; rico, pela maravilhosa “aventura” da reflexão teórica e da produção do conhecimento. É algo intraduzível, uma materialização do seu percurso acadêmico somado às suas vivências. Portanto, está intrinsecamente ligado a sua pessoa, a suas concepções teóricas e políticas, aos seus valores, ao que você acredita e pelo que luta.

Esta dissertação representa pois, um misto de dores, de dificuldades, de abdições, mas, ao mesmo tempo, de crescimento, de amadurecimento e de felicidade única – pós término, principalmente...

É necessário enfatizar que apesar da escrita ser uma tarefa solitária, a construção desta dissertação não existiria ou, no mínimo, não seria a mesma sem a contribuição de várias pessoas/instituições, as quais agradeço enormemente. Destas pessoas, algumas merecem especial reconhecimento:

A minha família, mãe, irmãs, Andréa e Kátia e aos meus sobrinhos, Lucas e Saul e a minha sobrinha, Taís. Vocês, meus grandes amores, compõem o alicerce e as cores mais vivas e alegres da minha vida, me fortalecendo em todos os momentos.

O CNPq por ter assegurado as condições estruturais de realização e permanência no curso.

A Prof^a Fátima Lucena, por todo apoio e por ter composto as bancas de qualificação e de defesa da dissertação.

A Prof^a Idalina (Naca), pelas contribuições na banca de qualificação e por toda referência bibliográfica sugerida.

A Profª Telma Gurgel, pela atenção e disponibilidade em compor a banca de defesa da dissertação.

A minha orientadora, Profª Dra. Vitória Gehlen, por todas as orientações e críticas construtivas dedicadas à elaboração desta dissertação. Por ter aceito e compreendido parte da orientação à distância.

Todas as Assistentes Sociais que gentilmente se disponibilizaram a ser entrevistadas.

A Sâmbara, referência profissional, teórica, política e de vida. Por todo incentivo, apoio e carinho que me transmitiu. Por todos os “debates” que muitas vezes me despertaram ao rigor necessário da crítica. Sem você esse trabalho não seria o mesmo, meu agradecimento é intraduzível.

As minhas queridas amigas, Verônica e Nívia, não sei como agradecer, na verdade, devo também pedir desculpas por todo trabalho que dei à vocês... O apoio estrutural e emocional que vocês me deram é suficiente para eu acreditar que ainda existem “pessoas de verdade”;

As companheiras amadas, Adrianycyce Angélica e a “pequena”-grandiosa Daniela Neves, por todos os momentos compartilhados em casa e em todo o percurso do mestrado (“o trio” ou como diria Anita, “a guangue cearense”). Vocês foram fundamentais para o enriquecimento do curso e conseqüentemente, para o meu enriquecimento teórico-político, bem como para o enfrentamento das dificuldades.

A Savinha e a Celinha, minhas irmãs de peito, por todo carinho, amizade, força e amadurecimento político que me proporcionam.

A Jacilene, pelo apoio e atenção sempre disponibilizados.

A Conceição e a Renata por toda colaboração e apoio.

A Tatiana Brettas, querida e amada companheira de “todas as horas”, que entrou na minha vida após o percurso do desenvolvimento deste trabalho, mas foi determinante para sua conclusão, com seu carinho e dedicação ímpares. Você renovou o sentido desta dissertação – com o seu cuidado peculiar, mediado pelo rigor de sua competência marxista ortodoxa – na correção da redação final.

Aparecida, Rivânia, Marcelo e Dany por todo apoio em Palmas-TO na reta final e determinante deste trabalho. Sem vocês e o nosso vôlei, acho que teria enlouquecido...

As amigas, que talvez, mesmo sem saber foram e são fundamentais, Silvana Mara, Sâmya, Andréa Lima, Irma, Aurineida, Miriam, James, Patrícia, Tarcísio, Glória Rabay, Elaine e Celinha (AZ).

Todas as minhas amadas “Cunhãs”: Malú, Estela, Cristiane, Celinha, Gilberta, Soraia, Luciana, Cacau, Lúcia, Ana, Socorro, Mércia e Anadilza, por todo apoio e crescimento que me proporcionaram nos debates feministas e de vida.

As admiráveis guerreiras trabalhadoras rurais, Josivânia, Fátima. Nininha e Neide, entre outras que me inspiram na luta pela construção do feminismo.

RESUMO

A marca da “feminização” no Serviço Social acompanha a profissão desde a sua gênese. Todavia, ela não se desenvolve espontaneamente e possui determinações histórico-concretas fundadas em uma cultura de subordinação das mulheres, com nítidos interesses de classe. Este fato pode ser percebido por meio da responsabilização das mesmas pela reprodução social, reforçando a naturalização de papéis conservadores de gênero. Nesta perspectiva, faz-se necessário apreender criticamente as formas de construção das relações entre gênero e Serviço Social na sociedade capitalista. Parte-se, então, da premissa que a “feminização” de determinados papéis, atividades e profissões faz parte de estratégias de produção e reprodução do capital voltadas para a desqualificação da força de trabalho, neste caso específico, da mulher. A busca por desvelar a essência destes fenômenos impõe, necessariamente, a utilização da matriz teórico-metodológica marxista. Para tanto, procura-se compreender as categorias gênero e divisão sexual do trabalho na dinâmica das relações sociais, políticas e econômicas, de modo a contribuir para o alcance de subsídios concretos para a análise das relações de gênero na categoria profissional, bem como no seu público usuário. As dificuldades para que a categoria profissional perceba, resista e conseqüentemente se oponha às implicações do conservadorismo de gênero na profissão limitam o processo de renovação e valorização do Serviço Social e, também, a afirmação de seu compromisso com segmentos oprimidos e explorados da sociedade. Dentre estes segmentos, destacam-se as mulheres, que sofrem atualmente, dentre outras refrações da “questão social”, a chamada “feminização da pobreza”, fruto de desigualdades e subalternidades sofridas na sociedade. Portanto, é fundamental analisar as concepções de gênero das Assistentes Sociais, tendo em vista a persistência do conservadorismo na cultura profissional. A delimitação desta pesquisa encontra-se na Assistência Social, por ser uma área privilegiada para análise das relações de gênero, à medida que a constituição do seu público usuário e profissional é majoritariamente feminina.

Palavras-chave: Serviço Social; Gênero; Divisão sexual do trabalho.

RÉSUMÉ

Le caractère féminin de l'assistance sociale marque ce métier depuis sa genèse. Cependant, celui-ci ne s'est pas développé spontanément, mais, au contraire, il puise son origine dans la subordination culturelle historique de la femme, et dans des intérêts de classe évidents. Cela s'observe dans le renforcement naturel du rôle conservateur de la femme en tant que « reproductrice sociale ». Dans cette optique, il faut considérer de façon critique la manière dont se fondent les relations entre genre et assistance sociale dans une société capitaliste. Nous partons de la prémisse que, dans notre pays, les rôles attribués aux femmes, leurs activités et leurs métiers, sont le résultat de stratégies de production et de fructification du capital, et s'appuient sur la disqualification de la force du travail féminin. L'utilisation de la matrice méthodologico-théorique du marxisme s'impose donc naturellement ici pour une meilleure compréhension de l'essence de ces phénomènes. Pour ce faire, il est nécessaire d'appréhender les catégories « genre » et « répartition du travail selon les sexes » au sein des relations sociales, politiques et économiques. Cela permet d'aborder les aspects concrets qui manquent à l'analyse des relations entre les genres à l'intérieur de cette catégorie professionnelle et dans ses rapports avec les usagers de l'assistance sociale : les difficultés qu'a cette catégorie pour percevoir, pour résister et par conséquent pour s'opposer aux effets du conservatisme de genre dans ce milieu professionnel imposent des barrières au processus de rénovation et valorisation de l'assistance sociale et finissent par limiter son pouvoir d'action auprès des segments opprimés et exploités de la société. Parmi ceux-ci, il faut souligner les femmes victimes du phénomène de la « féminisation de la pauvreté », fruit d'inégalités sociales. Il paraît donc fondamental d'analyser la représentation du concept de genre chez les assistantes sociales, eu égard à la persistance du conservatisme de leur culture professionnelle. Le champ d'analyse de cette étude se limite volontairement à l'assistance sociale, domaine privilégié pour les questions de relations de genre grâce à son corps et à son public à dominante féminine.

Mots – clés: assistance sociale ; genre ; répartition du travail selon les sexes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo 1: RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GÊNERO NO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL .30	
1.1. Questão social: a gênese da profissão	31
1.2. O surgimento do Serviço Social - percorrendo as trilhas da Assistência Social	35
1.3. O pensamento conservador e a relação entre Gênero, “Questão Social” e Serviço Social na institucionalização da profissão	46
1.4. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social.....	60
1.4.1 O Movimento de Ruptura e a construção de um Novo Projeto Profissional – avanços e “continuísmos” na Assistência Social.....	65
1.5. Transformações ideoculturais na contemporaneidade – o “neoconservadorismo”.....	76
Capítulo 2: GÊNERO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA EM TORNO DE SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS.....	85
2.1 Contextualização histórica das abordagens teóricas em torno da categoria-gênero.....	86
2.1.1. Análise teórico-crítica da categoria-gênero	92
2.1.2. Marxismo e feminismo.....	105
2. 2. Gênero: uma mediação de classe no bojo da “velha questão social”	112
Capítulo 3: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ORDEM “SOCIOMETABÓLICA” DO CAPITAL – UMA ANÁLISE NECESSÁRIA PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES.....	121
3.1 Trabalho – categoria fundante do ser social x trabalho alienado	123
3.2. Divisão sexual do trabalho - uma superexploração capitalista.....	127
3.3. Feminização do mercado de trabalho – conquista da mulher ou estratégia do capital?.....	135
3.4. Emancipação das mulheres – um imperativo para a ruptura com o capitalismo	144

**Capítulo 4: FEMINIZAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS
CONCEPÇÕES DE GÊNERO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM FORTALEZA – RENOVAÇÃO OU CONSERVADORISMO? 149**

4.1. Análise das concepções de gênero das Assistentes Sociais	152
4.1.1. Concepção sobre mulher e ser mulher	152
4.1.2. Concepção sobre homem	156
4.1.3. Concepção sobre maternidade	159
4.1.4. Concepção sobre divisão sexual do trabalho e responsabilidades na esfera privada .	161
4.2. Análise das concepções acerca da relação gênero e trabalho	163
4.2.1. Análise sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho	166
4.3. Feminização e Serviço Social – implicações, resistências e “continuísmos”	167
4.3.1. A relação entre “feminização” e subalternidade no Serviço Social x luta das mulheres	168
4.3.2. Contribuição do Serviço Social às relações de gênero	177
4.3.3. O Serviço Social é uma profissão de mulheres?.....	179
4.3.4. Percepção sobre o Assistente Social masculino.....	183

CONSIDERAÇÕES FINAIS 186

BIBLIOGRAFIA CITADA 196

INTRODUÇÃO

Criar é tão fácil ou tão difícil quanto viver,
E é do mesmo modo necessário.
Fayga Ostrowe

A análise das relações de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, seja pela histórica marca da “feminização” da profissão – com todas as suas determinações e implicações à categoria profissional –, seja pelo seu caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, em que gênero compõe uma das dimensões fundamentais. Portanto, é indispensável para compreensão da profissão e para a sua intervenção nessas relações.

Com a oportunidade de ser bolsista do programa PIBIC/CNPq na graduação de Serviço Social, na Universidade Estadual do Ceará, foi possibilitado o início do processo de investigação e análise da relação entre gênero e Serviço Social mediante a inserção na pesquisa: “A Interconstrução Histórica das Identidades de Serviço Social e da(o) Assistente Social: Problematizando Gênero na Profissão”, que contribuiu para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso: “Serviço Social na década de 50: o intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo”. Tem-se, neste último, uma análise sócio-histórica e ideopolítica da categoria-gênero em sua relação com o Serviço Social e suas agentes profissionais, no período correspondente ao surgimento da profissão no Ceará (década de 50).

Constatou-se na “raiz” da profissão, por intermédio das entrevistas com as “pioneiras” (primeiras Assistentes Sociais do Ceará), bem como nos TCCs do curso de Serviço Social da década de 50, uma profunda marca de

conservadorismo relacionado intrinsecamente com o humanismo cristão e sua ideologia sobre o feminino. Tal ideologia pode ser denominada de “marianismo” — composto de valores, papéis e qualidades tidas como “naturalmente femininas” — e tem como referência o mito em Maria, mãe de Jesus (ARY, 2000).

Houve, portanto, no período estudado, uma reprodução da cultura de subordinação da mulher e de uma gama variada de preconceitos, por meio da prática profissional. Esta ideologia contribuiu significativamente para o estabelecimento da vertente positivista e, conseqüentemente, dos objetivos que trazia em seu bojo para a manutenção da “ordem” societária.

O resultado da pesquisa fomentou a preocupação em efetivar o novo Projeto Profissional, pois romper com o legado conservador implica romper também com a reprodução da cultura do “marianismo”, do humanismo cristão, tão fortemente encontrada na profissão na década de 1950.

Com todos os avanços alcançados pelo Serviço Social, expressos, especialmente, no Novo Projeto Profissional, interroga-se: qual a concepção de gênero das Assistentes Sociais? Houve ruptura com a marca conservadora associada ao feminino? A marca da “feminização” ainda acompanha, na contemporaneidade, a profissão? Quais suas determinações e implicações? Há a percepção por partes das profissionais do caráter de gênero vinculado ao Serviço Social?

Partindo de uma análise/concepção de gênero, reconhece-se que, por ser predominantemente feminina, a categoria profissional não necessariamente reproduz práticas e valores conservadores vinculados ao feminino (como anteriormente visto no surgimento da profissão), pois o sexo não determina

valores e ações, uma vez que estas são determinadas socialmente. Portanto, são as opções políticas, as concepções e identidade de gênero, classe, raça/etnia e geração das(os) profissionais que irão direcionar política e culturalmente a profissão. Deste modo, poderia haver inclusive o oposto, ou seja, em vez de reprodução de uma “feminização” conservadora, a profissão poderia contribuir com os interesses feministas¹.

No entanto, Machado (1995) em sua avaliação sobre o trabalho de Assistentes Sociais numa delegacia de mulheres, afirma que a predominância feminina na profissão não contribui com os interesses feministas, mas, ao contrário, as ações profissionais eram recheadas de preconceitos e machismo (*apud* INÁCIO, 2002).

Isso faz despertar uma inquietação ou uma preocupação em desvendar como as(os) assistentes sociais constroem, na atualidade, a cultura profissional. Há uma reprodução dos papéis e qualidades ditas femininas, que favorecem a reprodução do conservadorismo e a própria “feminização” da profissão? Em outras palavras, existe no exercício profissional uma extensão de práticas, atributos e/ou qualidades ditas femininas, que favoreçam as desigualdades sociais entre homens

¹ Veloso, baseado em Kofes, aponta que [...] o gênero não se mostra como uma categoria de grande importância para se pensar o Serviço Social apenas pelo fato de este ser uma profissão com maioria esmagadora de mulheres. O fato de o Serviço Social ser uma profissão de maioria feminina é considerado como expressão de um modelo de relações de gênero específico, de uma lógica que rege a organização da sociedade, com a inserção diferenciada de homens e mulheres em determinadas profissões. A chamada “marca feminina” da profissão não é o problema em si, mas uma das determinações mais visíveis do gênero. Poder-se-ia afirmar, inclusive, que tal “marca feminina” constitui-se uma refração de gênero. A partir dela, pode-se constatar a questão, mas ela não é, em si mesma, a questão. Pensar a profissão levando-se em conta a presença esmagadora das mulheres em seu interior é de suma importância para o entendimento do serviço social. No entanto, a questão não se esgota aí. É necessário ir além. É necessário perceber o que está por trás da configuração deste quadro majoritariamente feminino. É necessário perceber a lógica que rege tal configuração. É imprescindível atentar para o fato de que o gênero estrutura este quadro. É necessário perceber o serviço social não apenas a partir das mulheres, tomadas como categoria empírica, mas também a partir das relações de gênero” (VELOSO, 2001, p.71).

e mulheres? Ou há resistência ao modelo conservador em busca da emancipação da mulher via concepções e práticas feministas?

Estas interrogações se mostram pertinentes à medida que a luta em torno da emancipação da mulher, portanto, à consciência de gênero por parte das(dos) profissionais de Serviço Social, se faz indispensável para um real processo de renovação do Serviço Social, tendo em vista todas as implicações sofridas em torno da sua “feminização”, como destaca Yamamoto:

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira (1999, p. 105).

É pois, mediante a necessidade desta ruptura diretamente vinculada à questão de gênero para a renovação do Serviço Social, que se pretende problematizar esta categoria na profissão, tendo em vista que a escassez de produção teórica em torno da temática, dificulta o embate com o conservadorismo empiricamente observado na categoria profissional na atualidade.

Considera-se, portanto, ser importante uma análise das implicações da “feminização” para a profissão, objetivando com isso, contribuir para o processo de renovação e organização da categoria profissional, mediante sua consciência e identidade de gênero.

Destaca-se, assim, a relevância para o processo de renovação do Serviço Social, em se problematizar a categoria-gênero no interior da profissão por meio da construção de uma identidade com o movimento feminista que venha a

favorecer a organização política da categoria, mediante a percepção da condição de gênero imputada à profissão.

Perceber as especificidades da “feminização” da profissão e as implicações dessas para a categoria é fundamental para o enfrentamento da subalternidade e desprestígio social conferidos historicamente às profissões exercidas predominantemente por mulheres. Este fato é demonstrado por Veloso (2001) ao se reportar aos estudos pioneiros sobre as “marcas femininas” da profissão, dentre os quais os de Verdès-Leroux, Yamamoto e Carvalho, Heckert. Neste sentido, o autor destaca como sendo uma das implicações desta “feminização” a: “subalternidade profissional diante de outras profissões, baixa qualificação e baixos salários, descrevendo, em certa medida, a realidade de mulheres que estão inseridas em uma profissão feminina” (2001, p.74).

Diante disto, é importante que as(os) profissionais desvendem as relações de gênero “não apenas em relação aos usuários de seus serviços, mas também em relação a si mesmos” (VELOSO, 2001, p. 72).

Pensar, portanto, a relação gênero e Serviço Social implica em problematizar a “feminização” da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão. Trata-se de perceber como os sujeitos profissionais atribuem significados às relações de gênero e de que maneira dão sentido à sua prática profissional, tentando perceber a dimensão política dada à profissão.

A investigação em torno das concepções da categoria profissional das Assistentes Sociais, mediante uma análise relacional de gênero, com o objetivo de perceber se as transformações ideopolíticas ocorridas na profissão possibilitaram

uma real ruptura com o conservadorismo, no tocante à reprodução de relações desiguais de gênero, e se há um redirecionamento político em consonância com os interesses feministas no movimento de renovação do Serviço Social.

Mediante as considerações aqui suscitadas, parte-se da hipótese de que, mesmo diante das transformações ocorridas na profissão, ainda há concepções e reprodução de valores conservadores em torno das relações de gênero. Nesse sentido, este estudo será orientado para aprofundar o seguinte problema: em que medida as Assistentes Sociais estão contribuindo com a equidade de gênero e sua relação com o processo de renovação do Serviço Social?

Pretende-se, desta forma, analisar se as(os) Assistentes Sociais percebem, resistem e se opõem ao conservadorismo ou reproduzem as opressões de gênero no seu exercício profissional, mais precisamente na Assistência Social.

A escolha desta área se deu em virtude de a Assistência Social estabelecer uma histórica relação com o Serviço Social e com a “feminização”, tanto na composição profissional quanto na população usuária, tendo em vista o fenômeno social da “feminização da pobreza”. Desta forma, a área da Assistência Social torna-se um campo propício e fértil para as análises de gênero do exercício profissional das(os) Assistentes Sociais.

Assim, tem-se como pergunta norteadora deste trabalho: qual o sentido ideopolítico dado à profissão pelas Assistentes Sociais, mediante as suas concepções em torno da relação entre gênero e Serviço Social?

Objetiva-se ainda com esta pesquisa desvelar a cultura da profissão, suscitando as seguintes indagações: como as relações de gênero na assistência

social se configuram e se relacionam, na atualidade, com o Serviço Social? Como a “feminização” da assistência social é percebida e trabalhada pela categoria profissional? Com a “maturidade intelectual” alcançada pela categoria nos anos 1990 – mediante o Novo Projeto Profissional, o novo Código de Ética e as novas diretrizes curriculares, a luta e aprovação da LOAS – foi possível a ruptura teórica, política e cultural com o conservadorismo e com o humanismo cristão na perspectiva da igualdade de gênero? Houve ruptura com a composição “marianismo/humanismo cristão – conservadorismo”, ou continua havendo reprodução, contrariando o progresso conquistado pelos profissionais, iniciado no movimento de Reconceitualização na década de 1960, com a contestação da vertente positivista? Até que ponto houve ruptura com o estereótipo imposto às pretendentes à carreira de Serviço Social na gênese da profissão? Existe uma incorporação das relações de gênero numa perspectiva feminista por parte da categoria das (dos) Assistentes Sociais, voltada para a sua organização política em fazer frente e/ou resistir à subalternidade imputada à condição feminina da profissão? Com os profissionais, houve ruptura em torno da “feminização” da profissão e de sua utilização como reprodutora de “qualidades” ditas femininas junto às usuárias na “mística da ajuda”, a qual camufla o conflito de classe e a questão social? Como as(os) Assistentes Sociais percebem a condição de gênero da categoria profissional com as respectivas implicações para a profissão?

Nesta perspectiva, tem-se como objetivo geral analisar o sentido ideopolítico dado à profissão pelas Assistentes Sociais mediante as suas concepções em torno das relações de gênero na Assistência Social. E, como objetivos específicos: analisar a relação entre Gênero, “Questão Social” e Serviço

Social; analisar a divisão sexual do trabalho na “feminização” do Serviço Social; apreender a importância da categoria-gênero e do movimento feminista para a profissão na contemporaneidade; analisar em que medida os avanços do Serviço Social consolidados no novo projeto profissional proporcionaram uma compreensão teórico-metodológica para as(os) profissionais na perspectiva da equidade de gênero; analisar como as(os) profissionais percebem a condição de gênero da categoria profissional e das mulheres na sociedade.

Na busca de “respostas” aos objetivos traçados, a realização deste trabalho adotou uma metodologia que teve como norte um pensamento de Marx: “Se aparência e essência se confundissem, a ciência seria supérflua”. Neste viés, buscar-se-á desvelar a essência do objeto desta pesquisa, qual seja, a relação entre gênero e Serviço Social, não de forma isolada, focalizada ou fragmentada da totalidade social, mas na “teia”, no contexto das relações sociais mais amplas, identificando suas múltiplas determinações e suas expressões/implicações na realidade concreta.

Esta pesquisa será, portanto, guiada dentro da perspectiva de totalidade, “já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes mas também da história dessas relações, isto é, o resultado de todo o passado” (GRAMSCI *apud* TORRES, 2002, p. 45).

Ir na contramão desta perspectiva de totalidade implica tornar estéril a riqueza da dialética do conhecimento, já que é a totalidade que permite a apreensão racional da realidade para além da aparência e da causalidade dos fenômenos, mas em suas íntimas conexões internas, nas quais se autodeterminam. Com efeito, afirma Kosik:

Os fatos são conhecimento da realidade se compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si (2002, p. 44).

Ressalta-se ainda que não há pretensão em esgotar a temática proposta, uma vez que se reconhece que a realidade é sempre mais dinâmica que o pensamento.

As questões aqui suscitadas conduzem à realização de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de caráter qualitativo, dada a necessidade de se trabalhar com o universo dos significados, valores e concepções que têm configurado a “cultura profissional”. É no âmbito desta “cultura profissional” que se abrem as possibilidades de interpretação do sentido atribuído à profissão por parte de suas/seus profissionais.

A pesquisa bibliográfica se dará mediante a leitura de obras relevantes para a compreensão do tema abordado. Esta etapa ilumina os caminhos descobertos e percorridos no curso da pesquisa. Esta pesquisa se faz imprescindível, uma vez reconhecido que:

O conhecimento não se faz e refaz em cada indivíduo. Representa uma acumulação progressiva, no tempo e no espaço, que se acrescenta permanentemente com a contribuição de cada um e de todos em maior ou menor proporção. E o ponto de partida de cada acréscimo é sempre o realizado e acumulado anteriormente: é na base de um patrimônio cultural transmitido do passado e enriquecido no presente, que cada indivíduo traz a sua contribuição própria (PRADO Jr, 1960, p.51).

Destarte, ir além da “representação caótica do todo”, do aparente, do imediato. Partir do concreto, concebendo-o como síntese de múltiplas determinações, é partir do empírico, da representação sensível do real (representação caótica) e investigar a gênese histórica de um dado fenômeno, percebendo suas relações e inter-relações com a totalidade social, sendo este movimento processado no pensamento e ancorado no conhecimento acumulado anteriormente.

Chegando-se ao “concreto pensado”, do real ao abstrato, tem-se que, necessariamente, fazer a viagem no sentido inverso, o retorno ao ponto de partida. E a cada retorno, ou seja, a cada aproximação (sucessiva) ao real, há uma rica totalidade de determinações e relações diversas, distanciando-se, pois, da representação caótica do todo. Nesse sentido, esclarece Marx:

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção de um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado e o capital. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma representação caótica do todo e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (1978, p.116).

Por configurar-se como uma investigação de natureza eminentemente qualitativa, tomou-se como importante instrumento no levantamento das informações,

a **entrevista temática gravada** com as profissionais formadas a partir de 1993, em Fortaleza, e inseridas no mercado de trabalho na área da Assistência Social (unidade de análise da pesquisa).

O corte temporal escolhido se deu devido à pretensão em analisar o processo de ruptura com o conservadorismo a partir das transformações e avanços alcançados nesta década por meio da consolidação do Novo Projeto Profissional, da implementação do código de ética, em 1993, e das novas diretrizes curriculares, bem como da legalização da LOAS, naquele mesmo ano.

Foram consideradas ainda, para definição das entrevistadas, as profissionais em exercício nas Secretarias Executivas Regionais de Fortaleza, lotadas nos distritos de Assistência Social, instituições estas, responsáveis pela execução da política de Assistência Social no município de Fortaleza. Das seis Regionais existentes em Fortaleza, uma não possuía nenhuma assistente social formada a partir de 1993, no período da realização da pesquisa (julho-agosto de 2003). Portanto, apenas cinco Regionais foram contempladas neste trabalho.

O universo da pesquisa abrangeu treze assistentes sociais, das quais, seis foram entrevistadas. Destas, uma foi utilizada como pré-teste.

Para efeito de apresentação e análise dos depoimentos, foram atribuídos nomes fictícios às cinco entrevistadas (Lua, Sol, Terra, Água e Estrela), com o intuito de resguardar-lhes a privacidade.

Objetivando uma apresentação da pesquisa bibliográfica e de campo em torno do objeto aqui delimitado, bem como das análises empreendidas, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, **Relação entre Questão Social, Assistência Social e Gênero no surgimento e desenvolvimento do Serviço Social**, trata do processo sócio-histórico e ideopolítico das determinações da emergência e desenvolvimento do Serviço Social até a contemporaneidade, apreendendo as principais matrizes teórico-metodológicas que influenciaram a profissão. Para tanto, destaca as categorias: questão social, assistência social e gênero, tentando apreender suas inter-relações e intercruzamentos com o Serviço Social. Enfatiza-se ainda, na contemporaneidade, avanços, limites, continuísmos e desafios da assistência social, tendo como base, em especial, os depoimentos das entrevistadas.

No segundo capítulo, **Gênero: uma análise histórico-crítica em torno de suas abordagens teóricas**, se tem uma abordagem histórica do surgimento e desenvolvimento da categoria-gênero acompanhada de uma análise teórico-crítica, problematizando a sua relação e as suas divergências com o feminismo, o marxismo e a pós-modernidade.

O terceiro capítulo, **Divisão sexual do trabalho na ordem “sociometabólica” do capital – uma análise necessária para emancipação da mulher**, tem como objetivo perceber a particularidade da “feminização” do Serviço Social e suas implicações para a categoria profissional, fazendo-se necessário analisar, no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, como a divisão sexual do trabalho determina e/ou se apropria da condição feminina. Neste capítulo é realizada ainda uma análise da relação entre a condição feminina no mundo do trabalho capitalista e as conquistas.

No último capítulo, **Feminização e Serviço Social – uma análise das**

concepções de gênero das Assistentes Sociais na Assistência Social em Fortaleza – renovação ou conservadorismo? É enfatizada a pesquisa de campo, oferecendo uma análise das concepções de gênero das Assistentes Sociais entrevistadas, bem como das suas concepções acerca da relação entre gênero/feminização e Serviço Social. Busca-se, com isso, analisar as implicações da feminização para a categoria profissional, assim como identificar, nas entrevistadas, o nível de resistência e/ou de percepção destas implicações.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para as discussões da profissão, uma vez que pensar uma profissão é pensar nas(os) profissionais que a exercem e nas condições em que elas e eles estão inseridas(os) na sociedade. Neste sentido, a “marca” da “feminização” na profissão deve ser analisada. Como aponta Granemann:

[...] já se tem um razoável nível de conhecimento acumulado sobre a categoria, para dizer que o Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina. Tal determinação não é isenta de conseqüências em uma sociedade que remunera as mulheres, por esta condição, com salários em geral 50% menores do que os pagos aos homens que exercem atividades idênticas (1999, p. 162).

Essa análise remete, portanto, à importância, para o Serviço Social, da luta das mulheres. Assim, este trabalho buscará contribuir para a percepção desta importância no seio da profissão, objetivando o seu processo de renovação, bem como o cumprimento de seu compromisso com os grupos oprimidos, no caso, as mulheres, que, de acordo com Mitchell, possuem uma peculiaridade diante dos demais grupos oprimidos:

A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade [...]. À mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa:

estas duas posições compõem sua opressão (*apud* MORAES, 2000, p. 90).

Espera-se ainda contribuir, de forma concreta, para as ações ideopolíticas das(os) profissionais, ou seja, não só para a desmistificação da “feminização” do Serviço Social – percebendo as mediações que atravessam a relação entre gênero e Serviço Social – mas também, para possibilitar uma compreensão crítica da profissão que se reflita em uma intervenção teórica e prática nas lutas sociais, mais precisamente na luta das mulheres.

A importância desta intervenção, característica do Serviço Social, é ressaltada por Yolanda Guerra:

[...] acreditamos que a história-síntese das ações dos homens [sic]. há que portar as mediações necessárias para desencadear, ao conjunto da profissão, a necessidade de alçar novas formas de compreendê-la. Porém se aguardamos pacientemente, sem inferir no processo, sem nos qualificarmos teórica e praticamente para este momento, sem nos inserirmos nas lutas sociais, corremos o risco de “perder o trem da história” (Beto Guedes) [...]. Daí nossa expectativa de que um posicionamento “em tempo” nos conduza a não “perdermos a hora” quando a velha toupeira colocar a cabeça para fora (GUERRA, 1995, p. 206).

Para que o “trem da história” não seja perdido, é importante nele entrar, dando a direção na construção de um novo tempo, repleto de liberdade e igualdade.

CAPÍTULO 1

RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GÊNERO NO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

Neste capítulo será feita uma abordagem histórica do Serviço Social, buscando apreender as suas determinações no tocante ao seu surgimento e desenvolvimento. Será discutida também a sua relação com a Assistência Social imbricada com a marca de gênero, ou seja, procurar-se-á desvelar como e por que o Serviço Social emerge como profissão, institucionalizando-se à medida que há a racionalização da Assistência Social, tendo como característica marcante, até a contemporaneidade, a “feminização”.

No que diz respeito ao desenvolvimento da profissão, será feita uma abordagem dos avanços teóricos e políticos que envolveram e envolvem o Serviço Social ao longo do seu percurso.

1.1. Questão social: a gênese da profissão

A origem do Serviço Social encontra-se intimamente relacionada com a consolidação do sistema capitalista, na idade do monopólio, estágio denominado por Lênin de **Imperialismo**². Esse momento é marcado pela “modernização capitalista”, na passagem do capitalismo concorrencial ao monopólico, sendo caracterizado como um período que acentua intensamente as contradições sociais em suas expressões de exploração e alienação.

² Para uma análise mais aprofundada sobre capitalismo monopolista, ver NETTO (1996).

Estas contradições são determinadas na relação capital-trabalho, na qual os interesses das classes sociais³ em jogo (classe trabalhadora e classe burguesa) são inconciliáveis, uma vez que para garantir o acúmulo do capital, a classe dominante tem, necessariamente, que explorar a mão-de-obra das(os) trabalhadoras e trabalhadores.

A classe burguesa, detentora dos meios de produção, detém também a riqueza acumulada, produzida pela classe das(os) trabalhadoras e trabalhadores, possuidora exclusivamente da força de trabalho para sobreviver em troca do salário. Assim, a riqueza que é produzida por uma classe é apropriada por outra por meio da exploração da **mais-valia**⁴. Reside nesta contradição o antagonismo entre as classes sociais e o confronto entre elas é o determinante para a transformação social, como destaca Ianni:

Para Marx, em última instância, a historicidade, ou seja, a transitoriedade do capitalismo, depende do desenvolvimento desses antagonismos e lutas. Fundamentalmente o confronto por meio do qual o capitalismo entra em colapso final é o confronto entre o proletariado e a burguesia, pois que para ele essas são as duas classes substantivas do regime (1992, p. 14).

Na ordem monopólica há uma polarização agudizada entre as classes sociais, ao passo que o objetivo central do capitalismo monopolista é a busca

³ O conceito de classe é entendido como um “fenômeno histórico”, construído por homens e mulheres na contradição da sociedade capitalista, na qual “as classes se definem de acordo com sua relação de propriedade com os diversos meios de produção” (KATZ e COGGIOLA, 1996, p. 140).

⁴ A mais-valia é caracterizada como trabalho excedente, mais-trabalho, correspondendo às horas de trabalho não pagas, que são apropriadas como lucro pelo capitalista. Ela pode ser absoluta e/ou relativa. A absoluta é caracterizada “por um prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho” (TEIXEIRA, 1995, p.145). A mais-valia relativa se dá através da “obtenção de mais-trabalho, reduzindo o tempo de trabalho que o trabalhador tem que desempenhar para reproduzir sua subsistência. Para isso, o capital é obrigado a revolucionar as condições técnico-materiais e sociais do processo de trabalho [...]”, proporcionando mais produção por hora de trabalho. Essa redução de trabalho resulta no “barateamento das mercadorias produzidas pelo capital” que “redonda em mais-trabalho para o capital” (TEIXEIRA, 1995, p.145-146).

incessante por superlucros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, o que faz acirrar os conflitos de classe.

A manutenção desta ordem demanda, portanto, uma intervenção estatal, tanto para assegurar a reprodução social como para o controle desses conflitos, garantindo, portanto, os interesses capitalistas. Assim, percebe-se uma articulação entre as funções políticas e econômicas do Estado. É por meio das políticas sociais que o Estado burguês irá garantir essa imbricação entre suas funções políticas e econômicas, requisitando, para isso, profissionais especializados.

É, pois, nesse terreno do capitalismo monopolista que há a emergência do Serviço Social como profissão. Dessa forma, percebe-se que o Serviço Social não surge de uma “racionalização da assistência social”, ou seja, de uma simples evolução linear da caridade, uma “evolução da ajuda”, mas emerge das condições histórico-sociais concretas na ordem monopólica, dos seus “processos econômicos”, “sociopolíticos” e “teórico-culturais” (NETTO, 1996).

Na arena conflituosa da contradição capital x trabalho, o Serviço Social é chamado a intervir, tendo como principal empregador o Estado e, como objetivo central, o controle e a reprodução da força de trabalho, visando a conformação e o “enquadramento” da classe trabalhadora à ordem do capital. “Enquadramento” que, por sua vez, está voltado para amenizar os conflitos ocasionados pelo acirramento da “questão social”, interpretada como o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura.

Trata-se, pois, das desigualdades de gênero, etnia e geração, que nesta forma de sociabilidade podem ser relacionadas a uma raiz comum, qual seja: “a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p. 27-29).

De acordo com Netto, a expressão “questão social” surge para dar conta do fenômeno do pauperismo, advindo dos impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial (NETTO, 2001). A pauperização se tratava de um “fenômeno novo”, sem precedentes na história, pois, apesar de não ser inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, a polarização entre ricos e pobres passava a se generalizar.

Inversamente à riqueza produzida e todas as condições de desenvolvimento das forças materiais e sociais alcançadas, que, pela primeira vez, possibilitariam a supressão da escassez histórica (a que a pobreza estava ligada), crescia a desigualdade social.

Esse contexto, que propiciou uma “nova pobreza”, é acentuado à medida que se desenvolve o sistema capitalista. Com o avanço do capitalismo e conseqüentemente da desigualdade social, as(os) pauperizadas(os) passam a confrontar a ordem burguesa, a não aceitá-la com conformismo e resignação. Dessa forma, o pauperismo passa a designar-se “questão social”, como aponta Netto:

[...] da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como 'questão social' (NETTO, 2001, p.43).

Nesta linha de compreensão, lamamoto (1999) afirma que a “questão social” “sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”. Nesta perspectiva, compreende-se que a questão social se configura à medida que o conjunto das desigualdades sociais, econômicas e culturais se revelam politicamente por meio da classe trabalhadora.

Sendo no bojo da contradição do capital, no antagonismo entre as classes sociais, enfim, na questão social e seus desdobramentos que o Serviço Social emerge como profissão, faz-se necessário compreender as múltiplas determinações da “questão social”, apreendendo as particularidades de suas expressões e a forma de tratá-las, para a análise da profissão, já que, de acordo com lamamoto (1999), a “questão social” é a “matéria-prima” da intervenção da profissão.

1.2. O surgimento do Serviço Social - percorrendo as trilhas da Assistência Social

No Brasil, até 1930, a questão social era considerada como um caso de polícia, sendo “tratada”, portanto, por meio da repressão. A responsabilidade de enfrentá-la, além da polícia, era colocada para os organismos de solidariedade social. A assistência social não passava de práticas descontínuas e

desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da “solidariedade” irracional. Essas ações “assistenciais” geralmente eram realizadas pela Igreja Católica.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, impulsionado pela crise de 1929, cresce a indústria e o mercado nacionais, avançando simultaneamente o crescimento da classe trabalhadora e a agudização de sua pobreza. Com o processo de organização e tomada de consciência de classe, as (os) trabalhadoras(es) passam a entrar no cenário político, a ameaçar a ordem vigente, tornando explícita a questão social ao evidenciarem a contradição e o antagonismo do capital e suas conseqüências.

Esse processo de organização da classe trabalhadora provoca no Estado a necessidade de agir de forma diferenciada no “trato” com a “questão social”, pois, esta não podia mais ser controlada pela repressão policial, como era na Primeira República. Continuar tratando-a como questão policial seria um “auto-suicídio”, uma vez que a classe trabalhadora já mostrava claros sinais de autonomia, agravando ainda mais a impossibilidade de manter um sistema apenas sob o controle coercitivo, sob pena de a classe dominante ser destituída de seu poder pelas(os) trabalhadoras(es).

Assim, na Segunda República, Getúlio Vargas, que estava na presidência do Brasil, reconhece, por condição de sobrevivência do sistema, a “questão social” em sua legitimidade, como uma questão política e legal. Conseqüentemente, o governo se vê obrigado a se preocupar com a assistência social pública.

As ações de Vargas foram mais voltadas para a dimensão trabalhista, inclusive interferindo na organização sindical sob a argumentação da “debilidade da classe trabalhadora e pela necessidade de zelar pela disciplina, pela ordem pública, pela segurança, bem como por um espírito de solidariedade e fraternidade entre os trabalhadores e destes com seus patrões” (CARDOSO, 2000, p. 85).

Isso evidencia que Getúlio Vargas implementava medidas estratégicas e paliativas para amenizar o conflito entre as classes, que crescia de forma assustadora, buscando incessantemente abafar e cooptar os movimentos sindicais. As instituições governamentais que executavam as ações ligadas à assistência social não a consideravam como um direito, reproduzindo as relações de favor que marcaram e continuam a marcar a história da assistência social no Brasil.

Prevalcia no governo de Vargas o paternalismo, o populismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e, conseqüentemente, o apadrinhamento, visando ao envolvimento ideológico da sociedade civil para a “integração” entre as classes antagônicas.

Este modelo governamental não eliminava, no entanto, o uso da repressão tanto direta, quanto camuflada ideologicamente. O objetivo central de Vargas era, destarte, impedir a autonomia das organizações sindicais, da classe trabalhadora de uma forma geral, que já conquistava espaço no cenário político.

Conclui-se, pois, que os direitos conquistados nesse período, como os a seguir mencionados, percebidos por muitos como “bondade” de Vargas⁵, são produtos da organização e luta das(os) trabalhadoras(es):

[...] lei das oito horas, de igualdade de salários em identidade de serviços para trabalhadores de ambos os sexos⁶, do trabalho das mulheres e dos menores, da nacionalização do trabalho, da sindicalização das classes, das convenções coletivas, do trabalho na indústria, no comércio em numerosas outras atividades [...], sem falar na reforma que se fez na nossa inoperante lei sobre acidentes do trabalho, na reforma da lei de férias... (CERQUEIRA *apud* CARDOSO *et al*, 2000, p. 86).

Esse cenário faz emergir o Serviço Social pela necessidade de o Estado implementar políticas sociais que viessem atender aos interesses das classes exploradas, o que garantiria a amenização dos conflitos de classe e atenderia também a necessidade de o capital controlar a pauperização crescente da força de trabalho, assegurando, além do seu controle, a sua reprodução. É nessa relação com as políticas sociais do Estado que o Serviço Social encontra seu significado sócio-histórico.

As políticas sociais se constituem, desse modo, como um campo contraditório, pois, ao mesmo tempo em que garantem o atendimento de necessidades concretas da população usuária, que de outra forma lhe é negado, configuram-se como instrumento que assegura a reprodução do capital via

⁵ Vargas chegou a ser chamado de “Pai dos pobres”, demonstrando assim a influência do paternalismo em seu governo. O pai “bondoso” que “deu” os direitos dos trabalhadores, e como pai, possuía o direito de também “bater”, de corrigir seus filhos, como se percebeu no seu regime autoritário. Além de “pai dos pobres”, Vargas, por outro lado, ficou conhecido como “mãe dos ricos”.

⁶ Vale ressaltar que a igualdade de salários para trabalhadores de ambos os sexos, apesar de conquistada legalmente, ainda não se concretizou. A desigualdade entre homens e mulheres é visualizada com facilidade nas relações trabalhistas e sociais em geral.

garantia da força de trabalho e ameniza os conflitos de classe. Com efeito, destacam Sposati *et al*:

O avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em promover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população. Estas duas faces fazem parte da política social. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, forma de despolitizá-las e encaminhá-las para frentes menos conflituosas na relação capital-trabalho, de outro, espaço de reflexão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital (1995, p. 34).

Assim, o Estado passa a se apropriar da assistência sob duas formas:

[...] uma que se insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho [...]. A assistência começa a se configurar quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços, quer como mecanismo político para o amortecimento de tensões sociais (*op. cit.*, p. 41).

Dentro dessa contradição, faz-se necessário perceber a questão assistencial como um espaço de expansão de direitos, fruto do confronto e da luta entre as classes sociais antagônicas. Compreendê-la exige, portanto, ir além da categoria profissional.

A relação entre o Serviço Social e a assistência social pode ser considerada orgânica à medida que o processo de institucionalização da profissão se dá enraizado com a história da assistência social. No momento em que ela passa a ser de responsabilidade do Estado, este demanda a necessidade de profissionais capacitados tecnicamente para execução dessa política via procedimentos racionais e científicos⁷. Dentro dessas novas configurações

⁷ Dentre as atribuições das(os) Assistentes Sociais na execução da assistência social, encontra-se a “triagem econômica”. “O assistente social é o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do “candidato” a usuário, e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo” (*op.cit.*, p.30).

expressas na “questão social”, a assistência social irá “moldar” e caracterizar a profissão, como pode se observar na citação abaixo:

É no âmbito da questão assistencial que se inscreve a ação dos assistentes sociais [...]. A inserção do assistente social se dará historicamente nas duas dimensões: numa, para dar conta, com outros profissionais, da face assistencial das políticas de corte social; noutra, como o agente primordial dos programas de assistência social pública [...]. **É a institucionalização da assistência que historicamente estabelece o Serviço Social como profissão.** É este componente que o caracteriza e distingue na divisão sócio-técnica do trabalho. Sem a assistência, o Serviço Social ou o Trabalho Social deixam de ser enquanto tal, passando a ser outra profissão (SPOSATI *et al*, 1995, p. 39-40, grifou-se).

A assistência social, portanto, foi e é determinante para o Serviço Social como profissão. Além da determinação para o próprio surgimento e institucionalização da profissão, “a inserção do assistente social, embora se faça nas diferentes políticas sociais juntamente com outros profissionais, encontra expressão nas políticas específicas de assistência social” (*op. cit.* p. 59).

Dentro dessa perspectiva, ressaltando a relação entre Assistência Social e Serviço Social, uma das entrevistadas destaca:

Nosso usuário [...] é a porta de entrada da Assistência Social [...]. Assistência Social e Assistente Social andam ‘concombinadas’ [risos] (SOL).

Apesar da requisição técnica das(os) Assistentes Sociais para execução racional das políticas assistenciais, o Estado varguista, como já comentado, inicia a implementação dessa estratégia através do populismo, do clientelismo e da benemerência junto às classes subalternas. A política social não era assegurada como um direito e sim como um “favorecimento” do Estado ao

assistido(a), o que provocava a sua subordinação e dependência, como afirma

Torres:

[...] o Estado brasileiro sempre enfrentou a questão da pobreza de forma casuística, descontínua, sem efetividade e sem planejamento, criando [...] uma forma de dependência, apadrinhamento e clientelismo. Muitas vezes, os usuários das instituições de bem-estar não se reconhecem como sujeitos nessa relação, mas como seres passivos e incapazes frente à sociedade (2002, p. 131-132).

Nitidamente se percebe como esse modelo “assistencial” se configurou com um caráter assistencialista, cujos objetivos de centravam em reproduzir e assegurar a relação de dependência e dominação sobre a população usuária. Perpetuava-se, portanto, a precariedade das condições de vida da população, visto que o objetivo desse modelo estava longe de ser pautado no compromisso com a superação das desigualdades sociais. O limite da atuação era a amenização das seqüelas mais graves da exploração, visando à amenização dos conflitos sociais.

Para tanto, o Estado utiliza-se da “figura” da mulher, com todas as suas “características, dons e papéis sociais” difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais.

Há, assim, uma orgânica relação entre Serviço Social, políticas sociais, “questão social”, gênero e capitalismo monopolista, como será aprofundado nos itens seguintes.

1.2.1. Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) e Serviço Social

Como se viu, foi “nas trilhas da assistência social” e fundamentalmente nas determinações históricas da racionalização da assistência social, que o Serviço Social configurou-se como profissão. No Brasil, foi por intermédio da Liga das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiras que teve início a preparação de pessoas para trabalharem na assistência preventiva e no apostolado social, o que permitiu o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 30 (TORRES, 2002, p.28). Nesse contexto, “a criação de instituições públicas que assumiriam a assistência social marca, indubitavelmente, o início da legalização da profissão de Serviço Social” (*op. cit.* 29).

A primeira grande instituição de assistência social no Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, num momento em que o governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Vargas, engajara o país na Segunda Guerra Mundial. O objetivo declarado de seu surgimento era “o de ‘prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço da guerra atender’”. Ela surgiu “a partir de iniciativa de particulares logo encampada e financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p.257).

A LBA, ao expandir-se, passou a atuar em praticamente todas as áreas da assistência social, influenciando significativamente a institucionalização e o

desenvolvimento do Serviço Social, bem como a própria dinamização da assistência social brasileira, como demonstram Iamamoto e Carvalho:

Da assistência 'às famílias dos convocados', progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social⁸, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. Nesse sentido se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência [...] Constituindo-se na primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implementação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do número de trabalhadores sociais (1982, p. 258- 259).

De acordo com Estêvão, a LBA foi criada com o objetivo de “trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo em que procurava canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista” (*apud* TORRES, 2002, p.29).

A LBA teve inicialmente como presidenta a primeira dama Darcy Vargas, assim como, em estatuto, garantia sucessivamente sua presidência às primeiras damas da República brasileira.

Este fato é um campo fértil para analisar como a assistência social estava vinculada, até mesmo imbricada, com a “questão de gênero”, ou seja, o fato de a assistência estar sob a responsabilidade da primeira-dama (mulher) e não sob a batuta do presidente ou de um “primeiro-damo”. Além disso, há uma

⁸ As áreas de atuação da LBA eram: “Assistência à maternidade e à infância, à velhice, aos doentes, aos necessitados, aos desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos grupos menos favorecidos, difusão da educação popular, levantamento do nível de vida dos trabalhadores e organização racional de seus lares” Legião Brasileira de Assistência, Diretrizes e Realizações (agosto de 1942 – julho de 1943). [...] Com o fim do conflito mundial, a LBA acentuará sua linha de assistência fundamentalmente para a maternidade e infância (*op cit*).

vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o “equilíbrio” e “harmonia” sociais, enfim, com a reprodução social⁹ voltada para o controle da classe trabalhadora.

Nesse sentido, para Torres “[...] o Estado se exime da sua responsabilidade e da sua função de intervenção na chamada ‘questão social’, transferindo essa responsabilidade para a própria sociedade sob a direção das primeiras-damas” (2002, p.22).

Sobre o “nascido” desse fenômeno do “primeiro-damismo” no Brasil, a autora ainda afirma:

[...] há uma motivação de ordem política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada ‘questão social’, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil (*op.cit.* p, 40).

A responsabilização das mulheres à “questão social” e, conseqüentemente, à assistência social, se dá uma vez que se considera e fomenta uma ideologia (principalmente via Igreja Católica) baseada no seguinte pensamento expresso por Maria Kiehl:

⁹ “[...] Na tradição marxista refere-se ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nesta perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de um determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as idéias nessa sociedade. Idéias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais e padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade” (YASBEK, 1999, p.89).

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (*apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 175).

Assim, a assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus “papéis domésticos” e um cumprimento de seu “papel na sociedade”. Nesse sentido, para Verdès-Leurox:

[...] a assistência social, criada com o objetivo de afastar a classe trabalhadora do socialismo, é essencialmente um assunto de mulheres, quer se trate de esposas de aristocratas que dominam os comitês de patrocínio [...], quer se trate de delegadas junto ao povo[...] e em busca, a todo custo, de uma alternativa para a sua vida familiar (*apud* VELOSO, 2001, p.82).

É dentro desse pensamento que o Serviço Social, estando diretamente enraizado com a história da assistência e todas as configurações que a determina (inclusive a de gênero), irá constituir-se como uma “profissão feminina”. Profissão esta, diretamente vinculada à família, à mulher, à criança, ao adolescente pobre, enfim, à questões historicamente atribuídas ao gênero feminino.

O Serviço Social configura-se, portanto, em um processo de “feminização”, assim como outras profissões vinculadas diretamente à reprodução social.

1.3. O pensamento conservador e a relação entre Gênero, “Questão Social” e Serviço Social na institucionalização da profissão

O conservadorismo moderno, de acordo com Yamamoto, “é fruto de uma situação histórica social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista” (1999, p.22), engendrando formas de pensar e agir para cumprir seu objetivo, a manutenção da ordem capitalista.

A necessidade do capital em torno do conservadorismo surge da eclosão da “questão social”, da ameaça à ordem burguesa, fundamentalmente, mediante a organização da classe trabalhadora, bem como da teoria social de Marx.

Para compreender, pois, a tradição conservadora que embasou e determinou historicamente o Serviço Social no período de sua profissionalização, é necessário apreender a forma com as(os) profissionais deram respostas à “questão social”.

Reside, portanto, na relação entre a profissão e a “questão social” o “terreno” para a análise do pensamento conservador no Serviço Social. Pensamento este, mediado pela “marca feminina” da profissão e determinado, principalmente, pela influência da Igreja Católica.

Apreender estes aspectos – gênero, questão social, Serviço Social, Igreja e conservadorismo – e relacioná-los é fundamental para um aprofundamento sólido do significado do Serviço Social na sociedade, e, conseqüentemente, para o pensar e o repensar dessa profissão.

O Serviço Social brasileiro surge em 1936, em São Paulo, por meio do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Este Centro era composto pela Ação Católica e a Ação Social. Eram desses grupos que saíam jovens para ingressar no curso de Serviço Social, “em busca de conhecimentos e técnicas, na tentativa de uma ação mais eficaz diante dos problemas sociais a serem enfrentados”, pois a ajuda assistencial e moral que o CEAS vinha dando aos “problemas do operário”, “tais como salário, habitação e saúde, era insuficiente. Como lutar por uma justiça social, ignorando-se as legislações trabalhistas? Como combater o comunismo e o socialismo sem o conhecimento de seus princípios e técnicas de ação?” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 180)

Assim, o Serviço Social surge para atender aos interesses capitalistas em oposição ao comunismo, mediante a ação e influência da Igreja Católica, subordinada ao sistema capitalista, hegemônico na sociedade. Esta instituição limitava-se apenas a criticar os “excessos” do capitalismo e “não se atém à essência do modo de produção e ao seu caráter histórico”. Esses “excessos”, aos olhos da igreja, “se originariam do homem e podem, portanto, ser corrigidos através da correção do homem” (*op. cit.*, p. 137).

Aqui cabe uma ressalva. A aliança da Igreja com a burguesia só vem a se configurar ao ver suas bases de legitimidade abaladas com a consolidação do capitalismo, e, da mesma forma, quando a burguesia se vê ameaçada pela classe trabalhadora. Na verdade, ambas – burguesia e Igreja – “cedem ideais” e se aliam em nome de um objetivo maior: o combate ao comunismo.

Até a consolidação da sociedade burguesa, após a Revolução Francesa, a Igreja Católica se posicionava contrária aos ideais iluministas,

“lamentava a ‘anarquia’ trazida pela revolução burguesa e a liquidação, pelo capitalismo, das ‘sagradas instituições’ da feudalidade – e recusava firmemente as novas formas sociais embasadas na dessacralização do mundo e no intercâmbio mercantil” (NETTO, 1987, p.13).

A Revolução burguesa e seus ideais de liberdade, igualdade e justiça “caem por terra”, não se concretizaram (até os dias atuais), e o que se assistiu foi ao agravamento da exploração e das desigualdades sociais. A chamada “revolucionária” burguesia passa a se configurar como opressora, e o cenário faz emergir novas(os) e verdadeiras(os) revolucionárias(os). Assim, é que “os ideólogos burgueses, para responder ao movimento operário e combater a perspectiva da revolução, recorrem cada vez mais ao arsenal de idéias contidas nas propostas restauradoras e românticas” da Igreja (*op. cit.* p.14).

Dessa forma, irá se configurar o entrelaçamento do capital com instituições a serviço da reprodução do seu sistema dominante de valores (Igrejas e instituições de educação formal), tendo como estratégia de intervenção a família¹⁰ (MÉSZÁROS, 2002).

Isso se dá, de acordo com Mézszáros,

[...] quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifestando-se de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores [...]. Os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da

¹⁰ Para Mézszáros, “o aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização* – do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*, em vez de desqualificados por ‘comportamento não-conformista’. [...] A existência de uma família que permitisse à geração mais jovem pensar em seu papel futuro na vida, em termos de um sistema de valores alternativo – realmente igualitário –, cultivando o espírito de rebeldia potencial em relação às formas existentes de subordinação, seria uma completa infâmia do ponto de vista do capital” (2002, p.271).

responsabilidade pela falhas e 'disfunções' cada vez mais freqüentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de "retornar aos valores da família tradicional" e aos 'valores básicos' (2002, p. 272).

Esse processo de reprodução do sistema de valores do capital, ainda de acordo com o autor, prenuncia conflitos e batalhas, dentre as quais a "luta pela emancipação das mulheres e sua demanda de igualdade significativa – um elemento de crucial importância" (*op. cit.*, p. 272).

É a partir de 1848 que a evolução do pensamento burguês assiste a um "divisor de águas":

[...] desde então, ele se fratura em dois campos opostos – o que se vincula à revolução e o que contrasta com ela [...]. Aqueles dois campos delimitam o terreno das grandes matrizes da razão moderna: a teoria social de Marx e o pensamento conservador, produto da conjunção dos veios restauradores e românticos (NETTO, 1987, p. 14).

É contra a teoria social de Marx e seu objetivo de superação da sociedade burguesa que a Igreja Católica, idealistas e defensores desta sociedade irão se aliar, por meio do pensamento conservador.

É pautada nesse objetivo anti-revolucionário que a Igreja será a grande mediadora do pensamento conservador burguês para manutenção da ordem capitalista por meio da adequação das pessoas, evidentemente sob uma forte dominação ideológica, mascarando a "questão social".

A Igreja Católica interpreta a "questão social" como um problema moral, fruto da desunião, da desarmonia e da falta de compreensão entre as classes sociais antagônicas. Julgando-se a única capaz de solucionar este "problema", a Igreja publica duas Encíclicas papais e segue-as como referência para intervir na

“questão social”: *Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*¹¹, que possuem como método a solidariedade cristã, baseada na união entre as classes sociais.

É, pois, da articulação entre a burguesia e a Igreja Católica, organizadas contra a teoria social de Marx, bem como contra qualquer ameaça à ordem capitalista, em especial a organização da classe trabalhadora, que irá se configurar a herança conservadora da profissão. Com efeito, sobre o conservadorismo, destaca Yamamoto:

O conservadorismo não é apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmudam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista (1999, p. 23).

Sob essa influência conservadora, o Serviço Social irá dar “respostas” à “questão social” de maneira a mascarar e/ou não perceber as suas múltiplas determinações nas contradições imanentes do capital. Os “desajustes” sociais eram percebidos, pelas(os) profissionais, como problemas familiares, falta de amor entre seus membros, assim como o conflito entre as classes era tido como falta de compreensão e amor ao próximo, devendo haver uma “união” entre as classes antagônicas, como ensina as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

Percebe-se que a influência da Igreja no Serviço Social não foi superficial, mas determinou profundamente a formação e o exercício profissionais. Para exemplificar, pode-se citar que, tanto o corpo discente, quanto o docente,

¹¹ Estas Encíclicas Papais foram referências para formação e atuação do Serviço Social no período do seu surgimento. A *Quadragesimo Anno* foi elaborada em comemoração ao quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*, surgindo como reforço a esta, em todos os seus princípios (CISNE, 2002).

das Escolas de Serviço Social, eram formados em sua grande maioria pela ação católica, além do inegável “fenômeno social” da “feminização”.

A “feminização” é aqui compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante¹², resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma de inserção no mercado de trabalho¹³.

Como todo fenômeno social, a “feminização” não surge naturalmente ou coincidentemente. Essa marca vem atender a claros objetivos do conservadorismo burguês, havendo, pois, um intercruzamento entre “feminização” e conservadorismo na profissão.

O Serviço Social, desde o seu surgimento no seio do bloco católico nas décadas de 1930 e 1940, emerge com dois “selos”: “o fato de constituir-se num movimento quase que exclusivamente feminino¹⁴” e com uma nítida marca de classe, uma vez que emerge a partir dos “núcleos de mulheres dos setores abastados” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 224-227) e por ter emergido pela

¹² Como será visto adiante, o capital se favorece com “fenômenos de feminização”, no qual, via de regra, produz e reproduz a subordinação da mulher.

¹³ Para um aprofundamento sobre “feminização”, ver LOURO (1997).

¹⁴ Segundo Kfourri, em 1949, das 15 escolas de Serviço Social existentes no país, 13 eram exclusivamente para o sexo feminino e 2 para o masculino (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p.190). Esse dado oferece a percepção clara da tendência da “feminização” para a profissão.

necessidade do capital em controlar a questão social, gerada pelos conflitos entre as classes.

A revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que, considerando o antagonismo da relação capital e trabalho, a tendência predominante, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo, historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 97).

Dessa forma, o significado ideopolítico do surgimento do Serviço Social encontra-se atrelado à reprodução dos interesses das classes dominantes, por meio do controle e da persuasão ideológica das classes subalternas. A prática do Serviço Social será, portanto, essencialmente ligada às suas “funções econômicas, políticas e ideológicas”, “pouco tem a ver diretamente (salvo casos específicos) com as práticas materiais desempenhadas pelas instituições assistenciais. Em relação a esses aspectos, a prática do Serviço Social é auxiliar e subsidiária” (*op. cit.*, p. 318).

É por intermédio do “humanismo cristão”, que serão instituídas as práticas e os valores em torno da carreira de Serviço Social. Estes últimos, por sua vez, articulam-se às expectativas, habilidades e qualidades naturalmente atribuídas ao feminino na tradição ocidental cristã.

A profissão se configura, no seu surgimento, com fortes traços confessionais, inserindo-se no campo das vocações e missões de “servir ao próximo” e do “cuidado com o outro”, numa adequação às funções socialmente imputadas às mulheres: o casamento e a maternidade.

Assim é que o Serviço Social, “à época de sua institucionalização, teve seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres” (VELOSO, 2001, p. 73). Sobre a importância dessa constatação, o mesmo autor afirma:

Este fato possui um valor fundamental, pois demonstra que **se conjugou o gênero à institucionalização do serviço social**. As mulheres preencheram o Serviço Social e trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades os quais eram demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão que ora se iniciava. Este conjunto de fatores conferiu à profissão de serviço social uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da “Mulher” (*op cit*, p.73-74, grifou-se).

Entre o conjunto de qualidades naturalmente atribuídas às mulheres e consideradas necessárias às pretendentes à carreira de Serviço Social, na emergência da profissão, Lamamoto destaca:

[...] ser uma pessoa da mais **íntegra formação moral**, que a um sólido preparo técnico alie o **desinteresse pessoal**, uma grande capacidade de **devotamento e sentimento de amor ao próximo**; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas [...]: **devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc.** (1982, p. 227, grifou-se).

Por meio destas características, tidas como “naturalmente” femininas, as(os) profissionais apresentam bases para alcançar os objetivos de uma profissão que emergiu da necessidade do capital em controlar os conflitos sociais, ou seja, nada melhor que a “docilidade, a meiguice, a compaixão e o dom de comunicação, convencimento e acolhimento” - conferidos historicamente às mulheres através da “educação” - para envolver a classe trabalhadora e, conseqüentemente, atenuar os conflitos sociais.

Assim, a construção social sobre a mulher é apropriada como uma estratégia de intervenção junto à classe trabalhadora, com claros objetivos de atender aos interesses do capital. Como afirma Khiel:

As intervenções junto à classe trabalhadora eram realizadas pelas mulheres, que, de acordo com as idealizações correntes, tinham a 'vocação natural' para as tarefas educativas e caridosas [...]. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupava-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva' (*apud* VELOSO, 2001, p.81).

O fenômeno da "feminização", percebido na sociedade como natural, é posto às claras ao ser analisado como um "fenômeno social", com nítida construção histórica e caráter de classe, ao ser fomentado, reproduzido, apropriado e muito bem utilizado para atender aos interesses da classe dominante.

Para atender a tais interesses, as(os) Assistentes Sociais atuavam junto à família, mais especificamente sobre a mulher, para atingir os operários, uma vez que é por intermédio da mulher que se encontra o caminho necessário para o alcance da "preservação da ordem moral e social". Com efeito, destaca Veloso:

As mulheres [...] eram vistas como responsáveis pela preservação da ordem moral e social, e, com isso, qualidades consideradas naturalmente femininas foram utilizadas como justificativas para o quase monopólio das questões referentes à ação social por parte das mulheres [...]. O serviço social tinha por objetivo o controle da classe trabalhadora, que se daria por intermédio da família e mais especificamente através da mulher. Buscava-se intervir sobre a família da classe trabalhadora utilizando-se a mulher como um instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se procurava vincular junto às famílias (2001, p. 81 - 83).

Assim, as "questões de gênero", além da consideração de que são expressões da questão social, em termos de desigualdades entre homens e

mulheres apropriadas pelo capital, estão também diretamente relacionadas com o “enfrentamento” da “questão social”.

Como conseqüência peculiar da “feminização”, temos:

as figuras da ‘mãe’, da ‘educadora’ e do ‘sacerdote’ são fundidas na imagem social dessa profissão, construída sob uma frágil base técnico-científica, historicamente tendente a dar importância a ‘dons’, traduzidos em atributos de classe naturalizados como essenciais à tarefa educativa e moralizadora junto às classes subalternas. (IAMAMOTO, 1994, p. 50)

A Igreja Católica, conforme os estudos de Zaíra Ary (2000), contribuiu historicamente com essa ideologia de dominação e controle das mulheres, ao configurar o modelo de uma “boa mulher”, a ser seguido pelas cristãs: as santas seriam as “moldadas” como “moças boazinhas”, caridosas e assistencialistas sob a influência de Maria, mãe de Jesus, referencial de maternidade e pureza. Esse culto católico feito à Virgem Maria é chamado de “marianismo”:

O marianismo é o culto da superioridade espiritual feminina, que considera as mulheres semidivinas, moralmente superiores e espiritualmente mais fortes do que os homens. Esta força espiritual engendra a abnegação, quer dizer, uma capacidade infinita de humildade e de sacrifício (STEVENS *apud* ARY, 2000, p. 72).

Compreende-se, no entanto, que são construídos historicamente os “papéis”, as “qualidades” e as “características”, ou, ainda, as atividades ditas femininas ou masculinas, e não determinadas biológica ou naturalmente. Há assim uma construção sócio-histórica do gênero.

São, portanto, os homens e as mulheres, na construção de suas relações sociais, que irão determinar a sua forma de ser, agir e pensar. Enfim, determinar a ideologia e o modo de produção e reprodução da sociedade. Nestes termos, afirma Gehlen:

Os homens e as mulheres são seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamento, estas relações sociais, historicamente construídas, vão influenciar na maneira que a sociedade se organiza para produzir socialmente, materialmente e politicamente, e vão implicar sobre as normas, valores, sentimentos e pensamentos das pessoas (1998, p. 426).

O conceito de gênero e de relações de gênero é utilizado no sentido de dar ênfase ao caráter social, cultural e relacional das distinções baseadas no sexo, visando superar o determinismo biológico, ressaltando sua dimensão histórica. Ou seja, visa a desmistificar papéis e qualidades construídas socialmente, mas “naturalmente” atribuídas às mulheres e aos homens, gestadores das desigualdades de gênero. Essa construção, sendo social e histórica, deve ser analisada dentro da dimensão econômica e cultural, uma vez que essas relações de gênero são determinadas relativamente a estas dimensões, como afirma Gehlen se reportando ao pensamento de Levi:

A relação social de gênero é aquela que ocorre entre os homens e as mulheres. Esta relação é socialmente construída, contextualmente específica às formações sociais variadas e geralmente mutáveis como respostas às circunstâncias econômicas e culturais alteráveis (GEHLEN 1998, p. 426).

É importante perceber, como bem enfatizou Gehlen, que, sendo construção social, essas relações são mutáveis. Transformar os modelos conservadores das relações de gênero é fundamental, uma vez que, ao estabelecerem relações de poder entre homens e mulheres, provoca uma subordinação sobre estas, por serem o “pólo dominado”.

A comprovação da construção social dos “papéis” de gênero pode ser obtida quando se analisam diferentes sociedades. Determinadas atividades ou

características, tidas como tipicamente femininas numa sociedade, podem, noutra, ser exercidas pelos homens ou a eles atribuídas. Com efeito, afirma Mead:

[...] que muitos, senão todos, os traços da personalidade que temos chamado de femininos ou masculinos não são tão pouco ligados ao sexo, como a vestimenta, os adornos e a forma de se pentear que em uma sociedade, em uma época determinada, define para cada sexo. Do contrário, como explicar que os meninos *arapesh* se tornam quase todos adultos pacíficos, passivos e submissos, enquanto as jovens *mundugumor* se transformam, quase todas, em seres violentos, agressivos e inquietos (*apud* TOLEDO, 2001, p. 21).

Desse modo, percebe-se que vão sendo “moldadas” e determinadas socialmente as atividades, “qualidades”, “habilidades”, bem como profissões “femininas” e masculinas.

Da mesma forma que outras profissões, como enfermagem, pedagogia, economia doméstica e educação, cuja marca histórica tem sido o processo de “feminização” - construído à luz de uma interconexão entre as representações sobre os gêneros e o processo de inserção no mercado de trabalho, no horizonte da cultura ocidental-cristã -, o Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres desde o fim do século XIX, como uma alternativa à inserção no mercado de trabalho, que até então era eminentemente destinado aos homens. Esta inserção foi permitida pela sociedade à medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado. Nestes termos, afirma Veloso:

[...] A legitimidade e aceitabilidade das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero, se dá pelo fato de esta profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera profissional, atividades semelhantes às que desempenhava na esfera doméstica. Era, portanto, uma saída das mulheres para a profissionalização com a atenuação dos preconceitos e da opressão (2001, p. 85).

Como salienta Dauphin, “os ‘ofícios novos’ abertos às mulheres neste fim de século levaram a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício” (*apud* LOURO, 1993, p. 141). Dessa forma, o acesso de mulheres ao mercado de trabalho era vinculado à “feminização” de profissões “que lhes permitissem desempenhar seus tradicionais papéis de mães e donas de casa” (VELOSO, 2001, p.85).

Dentre essas profissões permitidas às mulheres, encontra-se o Serviço Social a partir de sua institucionalização, como:

uma possibilidade de trabalho para as mulheres condizente com as ‘qualidades femininas’ ditadas pela sociedade da época [...]. Sugere-se, dessa forma, que forjou-se uma adequação das práticas consideradas femininas com as práticas profissionais da(o) assistente social, ou, em outras palavras, conjugou-se o perfil profissional da(o) assistente social com representações de gênero vigentes (VELOSO, 2001, p. 85).

Essa vinculação de características, papéis e/ou qualidades do gênero feminino à profissionalização das mulheres, ao que indica, parece haver sido incorporada por parte das Assistentes Sociais, como se observa no discurso da oradora da primeira turma formada na Escola de Serviço Social de São Paulo:

[...] Se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem, não me parece feminino tomá-las indistintamente.
De acordo com sua natureza, a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida.
A mulher - e isto, apesar de velho, é descoberta recente - tem de ser... mulher.
Como educadora é conhecida sua missão. Abre-se-nos agora também, com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o serviço social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina. (LUCY PESTANA da SILVA *apud* IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 176).

A predominância de mulheres no Serviço Social é, portanto, “uma

manifestação do gênero, uma expressão de um determinado padrão de organização social no qual caberia às mulheres o desempenho das atividades relacionadas ao assistencialismo” (*op.cit.*, p.91), bem como à assistência social e à educação.

Desse modo, percebe-se a determinação das relações de gênero nas “tradições de masculinização e feminização”, como destaca Lobo:

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem, às vezes, por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força; mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência de tarefas, são as regras de dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social (1991, p.152).

Além das qualidades “femininas”, Iamamoto e Carvalho ressaltam uma “valorização de critérios marcadamente ideológicos” para o perfil exigido às pretendentes à carreira de Serviço Social:

[...] à boa saúde acrescenta-se a ausência de defeitos físicos; as condições no meio familiar e social deverão ser investigadas, pois serão reveladoras das qualidades morais do pretendente. O relacionamento com personalidades de destaque [...]. Da mesma forma, a origem social é valorizada para o trato com os clientes. Estes se deixariam sensivelmente impressionar ao ver aqueles cujas condições sociais são bem diversas das suas, e que, no entanto, até eles se inclinam, procurando compreender-lhes os problemas e dificuldades, no desejo sincero de ajudá-los (1982, p. 228).

A adequação das(os) aspirantes à carreira de Serviço Social a esse perfil ideopolítico e, sobretudo moral, articulava-se também a uma formação profissional com caráter mais doutrinário do que científico, vinculada ao projeto de recristianização da sociedade defendido pela Igreja Católica.

Assim, essa formação permitia o preparo do laicato para uma intervenção na “questão social”, mediante um viés moralizante e individualizado, direcionado à família operária, sobretudo às mulheres e às crianças.

1.4. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, fenômeno “tipicamente latino-americano”, se caracterizou por uma “contestação ao tradicionalismo profissional”, traduzindo-se em uma direção social da prática profissional e de seu “*modus operandi*” (IAMAMOTO, 1999, p. 205).

No entanto, esse movimento, num primeiro instante, até por conta dos limites conjunturais que a ditadura impunha para o seu desenvolvimento, irá limitar-se a uma reatualização das bases confessionais e conservadoras do Serviço Social.

Esse Movimento vem atender às exigências de tecnificação para o Serviço Social, que irá buscar bases científicas para a sua atuação, pois a irracionalidade em que estava calcada não conseguia mais dar respostas às novas configurações da “questão social”, ou seja, o capital impunha a necessidade de novas estratégias operacionais para a repressão e controle da classe trabalhadora.

A ampliação do suporte técnico-científico, a partir da década de 1940, não irá banir da profissão a influência da formação doutrinária, que permanecerá ao longo do desenvolvimento do Serviço Social. Ela irá fundir-se às “novas”

contribuições no campo da “modernização” das Ciências Sociais, com destaque para as vertentes ligadas ao pensamento conservador, em especial a vertente positivista¹⁵, denominada por Netto (1991) de “vertente modernizadora”, voltada para o “bem-estar social”.

Esta vertente, embora esteja calcada na razão, em bases científicas, é voltada à manutenção da ordem estabelecida, portanto, eminentemente conservadora, sendo trazida para o Serviço Social e expressando um forte tecnicismo, pragmatismo e empirismo na profissão, além de toda atuação voltada ao “ajustamento” dos indivíduos à ordem, especialmente por meio do trabalho voltado para e com as mulheres. Nessa perspectiva, Yazbek sintetiza uma análise da matriz positivista e sua relação com a profissão:

Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos (dados) que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. É a perspectiva positivista que se restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos indivíduos e técnicas para intervenção, com as

¹⁵ O movimento de reconceituação do Serviço Social irá também ser marcado pela fenomenologia, no entanto não alcança muita expressão na categoria. Em razão disso, essa vertente não será desenvolvida/analísada neste trabalho. A vertente fenomenológica, denominada por Netto (1991) de “reatualização do conservadorismo”, portanto sem rupturas com a tradição conservadora, no Serviço Social foi marcada por um forte subjetivismo e psicologização. Teve seus marcos nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), que se desdobraram em documentos. Suas principais interlocutoras foram: Ana Maria Braz Pavão, com seu princípio da “autodeterminação”; Anna Augusta Almeida, com seu marco referencial teórico “pessoa-diálogo-transformação”; e Creuza Capalbo, com grande destaque para o subjetivismo. Essa vertente não expunha as contradições da sociedade capitalista, focalizava o indivíduo e achava que mediante a transformação deste poderia haver uma transformação social.

O positivismo teve como grandes monumentos os textos dos seminários Araxá (1967) e Teresópolis (1970), e como principal interlocutor José Lucena Dantas.

Para mais informações e detalhes sobre o Movimento de Reconceituação, ver NETTO (1991), PAVÃO (1981), CBCISS (1986), CBCISS (1988).

metodologias de ação, com busca de padrões de eficiência, sofisticação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (2000, p. 23).

Questões ligadas e/ou determinadas política e economicamente transformam-se, mediante ação e percepção profissionais, em problemas assistenciais, e os direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado são vistos como concessão de favores.

Em outros termos, o conservadorismo da profissão se reatualiza no período em que a matriz teórica do Serviço Social era o positivismo, pensamento que reforça o determinismo biológico, naturalizando as características socialmente construídas para as mulheres. Como se pode constatar abaixo:

[...] o pedestal em que se colocava a mulher foi um dos pilares do positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevaram as mulheres por meio do que se poderia considerar como sendo a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade, vista como um todo, devia ser adorada e salva de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher constituía a base da família, a qual era pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo sobretudo através dos sentimentos, diferentemente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (HAHNER *apud* ARY, 2000, p. 73).

No decorrer do período em que esta teoria era referencial para o Serviço Social, ela irá estabelecer a metodologia das(os) Assistentes Sociais. Estas, nas suas concepções e práticas, reproduziam, portanto, uma ideologia baseada num determinismo biológico, sustentando uma cultura de subordinação da mulher e de manutenção da estrutura do capital. Esta reprodução se dava, sobretudo pela difusão da “missão sagrada” das mulheres, no sentido de as responsabilizarem pelo equilíbrio familiar e social, das tarefas educativas e caridosas, por meio de seus “papéis” de “mães”, “esposas” e “donas de casa”.

Com a vertente positivista, há uma naturalização do capital, como uma ordem inevitável, na qual todas(os) devem ajustar-se, adaptar-se. Os problemas e desigualdades sociais não eram analisados e muito menos enfrentados mediante os conflitos de classe, mas por meio de um viés moralizante, como desvios que deviam ser controlados, “ajustados” em nome da “ordem”.

A ideologia conservadora sobre a mulher encontra-se vinculada com os interesses da classe dominante pela influência da mulher na família, “base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho” (IAMAMOTO e CARVALHO 1982, p.219), determinante, portanto, para assegurar a reprodução da ordem vigente.

Seguindo essa ideologia, as primeiras Assistentes Sociais, advindas da classe dominante, vão se tornando importantes para a defesa dos interesses ideopolíticos de sua classe. Como salientam Iamamoto e Carvalho:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia [...] a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses (1982, p. 176).

É pois, na relação com a questão social que se percebe a dimensão de gênero intercruzada com a gênese do Serviço Social. Isto acontece tanto pelo controle dos conflitos sociais, como pela reprodução do marianismo por parte das primeiras profissionais na orientação das suas usuárias. Deste modo, é difundida a “missão sagrada feminina”, concebendo a mulher como propriedade privada do marido e responsável por todo “cuidado” e “bem-estar” da família e da sociedade.

Nesse sentido, essas Assistentes Sociais canalizavam para as mulheres a responsabilidade com a reprodução social e todo o “equilíbrio” social. Conclui-se, portanto, que a incorporação por parte das pioneiras das “qualidades naturais” atribuídas às mulheres facilitou as respostas que foram exigidas na época à profissão para o controle da questão social¹⁶.

Como salienta Iamamoto:

[...] este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado (1994, p. 28).

Assim, com base em Iamamoto (1994), a modernização empreendida pela instituição Serviço Social a partir das décadas de 1940, 1950 e 1960 - período correspondente à sua consolidação como categoria assalariada, tendo o Estado como seu principal demandante e empregador - não corresponde a uma ruptura com suas bases conservadoras/confessionais vinculadas à Igreja Católica.

Aliado à reconfiguração da “herança conservadora”, mantida graças aos fundamentos da teoria da modernização nas Ciências Sociais e aos princípios “aristotélico-tomistas”, há, no âmbito da “cultura profissional”¹⁷, uma atualização de seu caráter missionário, tendo o Serviço Social incorporado a “mística do servir”, da “ajuda”, supostamente orientada por valores “nobres” e “altruístas” (IAMAMOTO, 1994, p. 48-49).

¹⁶ Para maior aprofundamento, ver CISNE (2002).

¹⁷ Por “cultura profissional” compreende-se o horizonte de sentido em que são construídos as práticas, representações, valores e imagens acerca da profissão, enquanto “estrutura de significado socialmente estabelecida” pelos sujeitos históricos que a demandam e por aqueles que a constroem cotidianamente. Para uma maior compreensão sobre o significado do conceito de cultura, ver GEERTZ (1999).

1.4.1 O Movimento de Ruptura e a construção de um Novo Projeto Profissional – avanços e “continuísmos” na Assistência Social

As críticas e questionamentos ao modelo conservador e positivista do Serviço Social foram desencadeados em meio ao “contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações caracterizadoras da expansão do capitalismo mundial” (YAZBEK, 2000, p. 24).

Essas mudanças afetam a América Latina, impondo “um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado”, o que irá desencadear mobilizações políticas e questionamentos ao Serviço Social tradicional. A categoria irá buscar inovações para a profissão com vistas à revisão nos seus níveis “teórico, metodológico, operativo e político” (*op. cit.*).

Essa nova conjuntura demandará das(os) Assistentes Sociais um novo projeto profissional, não mais comprometido com a classe dominante, mas afinado com os anseios e interesses das classes subalternas, que passaram a se expressar em mobilizações políticas no seio da sociedade.

É nesse período também que a esquerda cristã ganha visibilidade, influenciando setores mais amplos da categoria profissional, quer através das escolas ou do movimento estudantil, quer pelo convívio interno do “bloco católico” (IAMAMOTO, 1994, p. 35).

Nesse momento, no entanto, no Brasil, ainda não se provoca uma

ruptura com a tradição conservadora na profissão, pois o golpe militar de 1964 limita o “movimento de reconceituação” à sua expressão de “reatualização do conservadorismo¹⁸”, devido ao cerceamento político vivenciado durante a ditadura.

O movimento político, que teve como foco as lutas pela redemocratização da sociedade, assume destaque na categoria, fornecendo condições políticas favoráveis para a construção de um novo projeto profissional, apontando para uma real ruptura com o conservadorismo.

É somente a partir das décadas de 1970 e 1980, com uma acumulação teórica e pela produção de conhecimentos do Serviço Social no Brasil, que se aponta para um redirecionamento ideopolítico da profissão, mediante a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas inspiradas no marxismo, o que, ao mesmo tempo, sinaliza a ruptura com o conservadorismo. Nesse sentido, esclarece Simionato:

[...] o trânsito dos anos 70 aos anos 80 impôs à profissão a necessidade de revisão dos seus referenciais teóricos, para superar a herança conservadora e reorientar as ações profissionais. Diante desta nova situação histórica, a prática e a teoria passaram por constantes redefinições, buscando a ruptura do compromisso social historicamente estabelecido com os interesses da ordem burguesa e direcionando-se na perspectiva dos setores e classes subalternos (1999, p. 86).

O início dessa interlocução com a vertente marxista, conhecida como “intenção de ruptura”, se dá com o Método BH¹⁹, que, no entanto, de acordo com Netto (1996), não correspondia à fonte marxiana, configurando-se num “marxismo

¹⁸ Como visto no ítem anterior.

¹⁹ Esse método foi desenvolvido no período de 1972 a 1975, voltado a uma metodologia alternativa ao positivismo/funcionalismo. É chamado BH porque foi desenvolvido na PUG-MG, situada em Belo Horizonte. Para um maior aprofundamento sobre esse método, ver NETTO (1991).

reducionista”, pautado em manuais produzidos pela esquerda, bem como em seus discursos panfletários. Esse Método tem como influência Louis Althusser, que dimensiona a direção “marxista” ao estruturalismo, ao formalismo metodológico e ao cientificismo, provocando na profissão a recusa à intervenção em instituições, por estas serem consideradas “aparelhos ideológicos do Estado”, meras reproduzoras da ideologia dominante. Recusavam-se, portanto, às determinações sócio-históricas que marcavam a profissão.

Mesmo diante dos equívocos teóricos apontados, inicia-se um novo posicionamento sociopolítico rumo à ruptura com o conservadorismo da profissão, visivelmente percebida por meio das críticas à adaptação à ordem capitalista, bem como pela aproximação com os movimentos sociais populares.

É apenas na década de 1980, mais precisamente em 1982, com o trabalho de Yamamoto e Carvalho, que o Serviço Social vai ter uma interlocução fidedigna com a fonte marxiana.

A incorporação da teoria social de Marx, como matriz teórico-metodológica referencial para o Serviço Social, permitirá à profissão apreender dialeticamente a realidade, analisando suas contradições, rompendo, portanto, com a imediatividade, com o aparente, e percebendo as mediações que compõem o ser social, as relações sociais, nas quais se insere.

A partir desta década, o Serviço Social vai apropriar-se do pensamento de Antônio Gramsci e de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, a George Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, a E.P.

Thompson, e à sua concepção acerca das experiências humanas, a Eric Hobsbawm, um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade, além de tantos outros cujos pensamentos começam a permear as produções teóricas, reflexões e posicionamentos ideopolíticos (YASBEK, 1999).

E na década de 1990 que esse redirecionamento ideopolítico da profissão atinge sua maturidade, com a solidificação do Novo Projeto Profissional, que representa a consolidação do projeto de ruptura com toda a tradição e pensamento conservador da profissão. Projeto este pautado no compromisso com as classes subalternizadas, tendo como valor central a liberdade.

O código de ética de 1993 veio consubstanciar e consolidar as conquistas alcançadas com o Novo Projeto Profissional, denominado por Netto de projeto ético-político, sobre o qual esclarece:

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 104-105).

A década de 1990 é também marcada pelas discussões e implementação das novas diretrizes curriculares, provindas do processo de amadurecimento teórico-metodológico e prático-operativo proposto pelo Novo Projeto Profissional, vinculadas, portanto, ao compromisso de uma formação profissional condizente com este Projeto.

Essa “ruptura” com o conservadorismo, expressa na prática profissional pautada neste Novo Projeto, não significa ainda que não haja profissionais conservadoras (es), há um grande avanço, mas o embate com o conservadorismo permanece. Nesse sentido, uma entrevistada destaca essa percepção:

[...] eu vejo que algo avançou e que algo permanece, e é nesse embate que tudo vai acontecendo, porque na verdade a gente não pode pensar em rupturas, em cortes; pensar que, de um momento pra, outro isso vai mudar. Teve avanços, e é nesse movimento de discussão, de pensar a prática vinculada ao código, né, em algo que se vem pensando sobre o social que a gente vai poder avançar. E é também nesse momento que eu vejo que talvez existam pessoas que estejam embasadas teoricamente no positivismo (LUA).

Ainda na década de 1990, em 1993, a Lei nº 8.662 altera a Lei nº 3.852/57, que regulamentou a profissão por 36 anos, sofreu “um profundo processo de renovação em decorrência das mudanças experimentadas nestas décadas pelo Serviço Social no Brasil [...]” (Coletânea de Leis e Regulamentos, 2000, p.30).

Conta-se, também, na década de noventa (1993), com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passando a assegurar a assistência social como dever do Estado e direito das cidadãs (dos cidadãos) à seguridade. Este fato configura um novo quadro para a política de assistência social, propiciando condições legais favoráveis para um processo de ruptura com o assistencialismo e a benemerência, processo esse iniciado com a constituição de 1988, quando a assistência social adquiriu o status de política pública. No entanto, como já dito anteriormente, apenas em 1993 foi sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada LOAS.

Vale ressaltar que a aprovação dessa lei foi fruto de muita luta

organizada, inclusive da categoria das(os) Assistentes Sociais, representada pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (o conjunto CFESS/CRESS).

A LOAS representa, sem dúvida, um grande avanço para a assistência social no Brasil, “um referencial de conquista de direitos no âmbito da política de assistência social, aos segmentos subalternizados” (TORRES, 2002, p.22).

Além de assegurar-lá como dever do Estado e direito das cidadãs (dos cidadãos), a LOAS, ao estabelecer a obrigatoriedade de um comando único para a assistência social, contribui para o rompimento com a prática do nepotismo e da política clientelista, que a envolvia historicamente por meio do:

[...] duplo comando entre o órgão oficial e o órgão/entidade da primeira dama a conflitar em ações de benemerência paralelas. Com isto colaborava com o desmanche de um possível direito à proteção social através da instituição da política de assistência social gerida pela administração direta e submetida a controle social (SPOSATI *apud* TORRES, 2002, p.13).

Ressalta-se o avanço da LOAS, à medida em que se compreende a assistência organicamente relacionada com o Serviço Social, portanto, esta Lei é significativa para uma nova direção à profissão, ao subsidiar as condições para a ruptura com a prática assistencialista.

Evidenciam-se, assim, avanços na perspectiva de uma nova direção social da profissão em favor da equidade e da justiça social, apontada especialmente pelas entidades representantes da categoria profissional (ABEPSS²⁰, CFESS/CRESS e ENESSO²¹). Fortalece-se, portanto, um processo

²⁰ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

de rompimento político e teórico, com o compromisso anteriormente estabelecido com a classe dominante, qual seja, amenização dos conflitos de classe, conformação e enquadramento da classe trabalhadora à ordem capitalista. Compromisso este, como foi visto, facilitado pelas atribuições ditas femininas.

Cabe, porém, destacar que a operacionalização e/ou as condições concretas para a efetivação da assistência social como política pública encontra uma série de limites, como destaca Terra acerca do impacto e limites da LOAS:

A LOAS não pode ter tido impacto se os usuários não têm consciência dela. [...] A questão do BPC [Benefício de Prestação Continuada] pra idosos e deficientes, eu vejo que a LOAS regulamenta, mas a assistente social não tem poder nenhum de fazer inserção de ninguém [...] E esse bendito item incapacidade para o trabalho e para a vida independente, então, isso acaba com a universalidade dessa lei [...], assim só quem vai ter direito é quem tá prostrado numa cama, tá no leito de morte praticamente? [...] Ele vai ter direito a quanto tempo, se ele tá no leito de morte, se ele tá prostrado? O processo dura no mínimo três meses, quando ele vier a receber, a família já não tem mais como receber... [...] Dá mesma forma o idoso a partir de 67 anos, o idoso com 67 anos vivendo na classe média e na classe alta é um perfil, um idoso com 67 anos vivendo num bairro pobre, andando de sol a sol atrás de alguma coisa pra comer, aos 60, aos 59, 60 anos, ele já é um idoso incapacitado, como é que vai ter acesso à LOAS? [...] Eu vejo que a LOAS precisa passar por uma revisão [...] regulamentar o Serviço Social e atender a população que está em situação de risco [...] Só se lembram dessa lei na hora de remanejamento de fundos [...].

Reforçando os limites para os avanços da Assistência Social, destacados acima, Sol afirma:

Não posso negar que com certeza houve avanços, mas que a coisa precisa ainda ser mais divulgada, ser mais cobrada, nós precisamos ter indicadores, que nós não temos, nós precisamos ser respeitados enquanto política pública, que nós não somos. [...] Os conselhos locais de assistência social, a descentralização contribuiu, a participação da sociedade civil nesses conselhos locais contribuiu, as conferências contribuem, mas eu tenho uma angústia, porque eu não sei onde as coisas esbarram, porque as coisas de fato não acontecem. Quando eu falo na angústia, quando eu falo que as coisas esbarram, eu volto pra

²¹ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

cesta básica, pro kit enxoval. Por que essas coisas de fato não vêm todo mês? (...) Onde ficam esses recursos?

Ao ser interrogada sobre a percepção da “questão social” na atualidade, Terra também demonstra a fragilidade da assistência social em enfrentar os problemas sociais, reproduzindo o histórico modelo fragmentado das políticas sociais no Brasil:

[...] ao desemprego alia-se a marginalidade [...], e os programas que existem pra atender essa população[...] deveriam ser maiores, mais ampliados. Pra atender a população, precisa aumentar os orçamentos pra assistência [...], porque, se não aumentar, a população usuária do Serviço Social vai continuar sendo população usuária de medidas curativas [...]. Na política hoje, assistência social com a prioridade que está tendo, não se resolve nada, ameniza-se, e olhe, olhe se amenizar, porque são coisas pontuais.

Além da permanência desse modelo fragmentado da política de Assistência Social, não houve uma ruptura plena com as práticas clientelistas, historicamente associadas a esse modelo de política, apesar da Constituição Federal e da LOAS, como indicam Sol e Estrela, respectivamente:

Uma coisa que a gente não pode se distanciar é das associações, eu acompanhava associações [...] e esse pessoal tá muito ligado à questão de um vereador, [...] é sempre o ranço de um vereador (...) eles confundem muito que é a minha entidade, com minha associação tá oferecendo isso pra você [...] associado ao vereador. [...] A assistência ela tem esse caráter ainda, isso ainda não foi rompido[...] existe hoje uma LOAS, o plantão social ele é todo substanciado pela LOAS, [...] mas a coisa... existe conselho municipal, conselho estadual, mas a coisa assim...

[...] na época de eleição, por exemplo, tem uma eleição pra prefeito e vereador, interfere no trabalho, interfere demais, o clientelismo, a politicagem e pressão.

Esses depoimentos apontam para a necessidade de efetivação e ampliação das conquistas legais alcançadas no âmbito da política de Assistência

Social, tendo em vista que, muitas vezes, nem os benefícios eventuais – de caráter emergencial - se consegue assegurar às (aos) usuárias (os), como afirma

Estrela:

[...] em relação à LOAS, eu acho [...] que está a desejar, é a questão do auxílio-funeral, do auxílio-natalidade, esse negócio não está funcionando [...] não é pra todo mundo, então não tem. Imagine, uma coisa garantida em lei. [...] a lei tá muito clara, o problema é na execução, quando chega na execução não funciona eticamente no BPC.

Percebe-se a precarização da Assistência Social exige um enfrentamento urgente em torno da luta pela universalização desta política social, como das demais, não como um “fim” no sentido de que o “objetivo ideal” seja a universalização das políticas sociais. De acordo com Yamamoto (1999), a “atenção” deve voltar-se “para a produção e reprodução da vida material e subjetiva” da classe trabalhadora, partindo do pressuposto de Marx e Engels de que “toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (*op.cit.*, p. 114).

Apesar de todas as transformações e avanços ocorridos, outra ruptura não foi alcançada: ainda permanece a “feminização” da assistência, no sentido de que as mulheres, mesmo com os avanços e conquistas, ainda são responsabilizadas pela assistência e constituem, de acordo com todas as entrevistadas, o seu maior público usuário. “As mulheres que fazem a Assistência Social” (Sol), por serem mais pauperizadas (“feminização da pobreza”) do que os homens, como demonstra Terra, apesar de não considerar haver uma “feminização do usuário”:

Talvez a mulher hoje seja uma pessoa que esteja numa situação de maior risco, por isso procura mais, não que seja uma feminização do

usuário, porque ela talvez esteja numa situação de maior risco [...] porque elas são mais pauperizadas [...] os maridos estão desempregados e não fazem nada, nem pra procurar ajuda.

A entrevistada Água considera que o público usuário da Assistência Social é “80% feminino”. Ao perguntar o porquê desse fato, ela responde:

Porque as mulheres é que realmente na hora que sentem dificuldades é que vão à luta para conseguir sanar algum problema [...] acredito que é cultura, para eles não pedir, pra eles não se sentirem menos homens, e as mulheres já têm toda a família nas costas, humildade também [...] os homens têm uma barreira principal, a chave do machismo é o orgulho, porque se você esperar um homem dizer que está com problema precisando de ajuda, principalmente de ajuda de uma mulher, é muito difícil [...].

Terra ressalta ainda um outro fator determinante para a compreensão do público usuário da Assistência Social:

Outra questão do plantão, é que, além de serem mulheres, são idosas, são avós que procuram pros filhos e pros netos, que estão morando sob o teto delas, vivendo com a aposentadoria delas [...].

Esse depoimento aponta os “novos arranjos familiares”, as alterações na família dita “nuclear”. Na atualidade assiste-se progressivamente a fenômenos como: envelhecimento da população; mulheres chefes de família; avós chefes de família, dentre outros, relacionados à “feminização da pobreza”, conseqüentemente a ratificação da “feminização da assistência social”.

Ainda sobre a “feminização” da assistência, ao ser indagada sobre qual o maior público usuário da assistência (homens ou mulheres) e por quê, Sol afirma:

Feminino, feminino, não tem pra onde correr... Eu diria que é por uma questão de cultura, porque é a mulher que vem pedir a cesta básica, é a mulher que vem pedir o leite do filho [...] se a gente for ver nas fichas de atendimento, os homens são em número bem menor, bem menos, bem

menor a quantidade, a mulher é que vem atrás, a mulher é que vem procurar...

A responsabilização da mulher na política de assistência pode ser percebida ainda nos “programas sociais” atualmente implementados pelo governo, como analisa Lua:

Existem programas sociais que vêm famílias que tem pais como chefes de família e só ele é o responsável, programas que o formulário não cabe, programas que as palestras ou então que o responsável vai ter que ser realmente uma mulher, porque se for um homem, ele vai vender o negócio, vai passar pra frente, que não tem a mesma responsabilidade. Por um lado eu até concordo, no sentido de que talvez ele tenha pela condição dessa paternidade que é um pouco ausente, pela própria construção de que a mulher tinha que ser mais presente, eu acho que isso ao invés de tá ajudando que aquele benefício fique realmente na criança, ao mesmo tempo em que faz isso, ele reforça a desresponsabilização do pai, então eu tenho algumas críticas a programas que colocam só a mulher como beneficiária, porque aí eu continuo reforçando que ela vai ter que ficar diretamente ligada ao filho por ela ser a grande responsável por ele.

Reafirma-se, portanto, a responsabilização da mulher pela “assistência”. Na tentativa de explorar mais a relação de gênero com a assistência, perguntou-se ainda à Sol por que motivo, a seu ver, o homem não procura a assistência social. Como resposta, ela depõe:

Cultura... machismo... machismo, é uma questão de cultura, ele não vem porque acha que é uma atribuição da mulher, aí a mulher também vive nessa cultura que é uma atribuição dela[...] Até mesmo porque os nossos usuários em grande parcela são pessoas de 40, 50 anos[...] foi toda criada dentro de um critério de homem não chora, a mulher pode chorar, é a mulher que tem que dar conta da casa, o homem trabalha pra pôr dentro de casa, mas quem tem que administrar é ela, quem tem que fazer, quem tem que viver no fogão é a mulher. [...]o marido tá desempregado, o filho tá chorando com fome, então é ela que tem que vir.

Percebe-se nitidamente a permanência dos modelos conservadores em torno dos “papéis” tidos como femininos, que provocam uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade sobre as mulheres.

1.5. Transformações ideoculturais na contemporaneidade – o “neoconservadorismo”

O Iluminismo está morto, o Marxismo está morto, o movimento da classe trabalhadora está morto... e o autor também não se sente muito bem.
Neil Smith

Após a conquista e o avanço sobre o conservadorismo na profissão, com a conquista da hegemonia da teoria marxista, mediante o debate plural na categoria, ressurgem, com novas roupagens, com aparência “libertária” e inovadora, o conservadorismo, preservando, em essência, a reprodução de características, pela profissão já superada, como o recurso ao focalizado, à fragmentação da realidade, ao subjetivismo, etc.

Dar-se-á uma breve ênfase nessa “nova teoria”, por ser ela uma forte influenciadora, senão a maior influenciadora, da categoria-gênero, como será visto no próximo capítulo. Assim, faz-se necessário compreendê-la, embora aqui sumariamente, para que se possam analisar os riscos que ela oferece aos estudos de gênero, bem como à profissão, inclusive via “estudos de gênero”.

Essa teoria, denominada de “pós-modernidade” (e as vertentes que a compõem, como o “pós-estruturalismo” e o “desconstrutivismo”), é classificada por José Paulo Netto (1996) de “neoconservadora”. Ela surge da chamada “crise dos

paradigmas”, como uma crítica à modernidade, em especial à razão moderna, a seus paradigmas teóricos, às “metanarrativas” de razão iluminista (incluindo o positivismo, freudismo e, especialmente, o marxismo). Neste sentido, Lyotard define a pós-modernidade como “incredulidade diante das metanarrativas” (*apud* HARVEY, 2002, p. 50).

Dentro dessa perspectiva, Ivete Simionato esclarece as balizas dessa crítica, que conformam a construção do pensamento “pós-moderno”:

A crise das ideologias, o fim das utopias, o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocam hoje em questão o projeto da modernidade, pois as suas grandes promessas, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não se viabilizaram. Aqui importa considerar duas questões: a primeira refere-se à própria crise global do capitalismo deste final de século; a segunda, à queda do socialismo real ou modelo socialista do Leste Europeu, vinculado diretamente à teoria social de Marx, e, portanto, considerada insuficiente e não mais adequada para pensar uma programática de corte anticapitalista (1999, p. 81).

Importa ressaltar, de antemão, que essas transformações societárias “apontam para as estratégias do grande capital no desmonte das perspectivas do projeto da modernidade” (*op. cit.*)

A crise do capital, expressa nas crises do *Welfare State*²² e no modelo de produção *fordista-taylorista-Keynesiano*²³, vai engendrar a necessidade não só

²² *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social é caracterizado por três pilares: pleno emprego, universalização das políticas sociais e assistência social como uma rede proteção social. É um Estado “intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos” (ANTUNES, 1999, p. 22). Seu erguimento se deu pela necessidade de o Estado controlar os conflitos de classes, advindos da crescente polarização entre elas, com a consolidação e amadurecimento do capitalismo monopolista.

²³ Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril” (ANTUNES, 1999, p. 19). Esse modelo consiste, portanto, numa “forma rígida de organização da produção e intervenção do Estado na vida econômica [...], e começa entrar em crise nos anos 70, sendo substituído pela chamada acumulação flexível” (SIMIONATO, 1999, p. 82), acompanhado do Estado Neoliberal.

de novos mecanismos de dominação “no campo, para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento” (*op. cit.*, p. 82). Assim, é que:

[...] a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira **reforma intelectual e moral**, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital internacional, consegue socializar uma **cultura da crise**, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia (*op. cit.*, grifos da autora).

O “neoconservadorismo”, que marca a vertente pós-moderna, se dá na medida em que ela não expõe, nem muito menos analisa, as contradições desta sociedade. Ao contrário, reforça a estratégia burguesa da “cultura da crise”, pautada numa “natureza transclassista”. Nega-se o trabalho como categoria fundante do ser social e central para a análise das relações sociais, proclamando a chamada “crise da sociabilidade do trabalho”.²⁴

Acompanhada dessa negação, vem a recusa da análise das classes sociais, “elas já não existem”. A transformação da sociedade não é percebida como possível, “é o fim da história”, há uma “crise dos sentidos e das utopias²⁵”, o que importa é “buscar a felicidade individual por meio da satisfação dos desejos”.

A razão é recuada à subjetividade, os desejos devem preceder à razão, o que denota um claro viés irracionalista, acrítico, apolítico, que concede lugar a categorias efêmeras, numa análise fragmentada do real. A “cultura” passa a ser

²⁴ Um clássico na defesa dessa “crise” é Claus Offe (1989). E, para uma análise crítica da negação do trabalho, ver ANTUNES, (1985).

²⁵ Esta idéia que ganha fôlego com a derrocada do chamado “socialismo real”.

central em sua análise, porém de forma deslocada das outras esferas da sociedade, são abordagens “individualistas e culturalistas”. Dessa forma, de acordo com Carrilho:

A pós-modernidade anuncia o desaparecimento das grandes oposições no campo da política, do social, da filosofia, da arte, para ceder lugar à emergência de categorias mais locais e operativas e, com certeza, mais efêmeras. Trata-se, portanto, de abarcar a vida social na sua totalidade, mas de forma fragmentada, como se fosse possível deslocar a esfera da cultura das esferas econômica e política (*apud* SIMIONATO, 1999, p. 83).

Ora, se há a negativa de uma transformação da sociedade, e a ordem do capital é percebida como “o fim da história”, “não há alternativa”, logo se contribui com a subordinação e submissão a essa ordem. Não há, pois, muita distância das idéias positivistas, que essa vertente se propunha a superar. Isto demonstra que a crítica, na verdade, se concentra muito mais voltada ao marxismo do que as outras metanarrativas.

Conformam-se, assim, bases para solidificação da estratégia burguesa, via “cultura da crise”, “uma cultura de passividade e de conformismo, atingindo diretamente o cotidiano das classes subalternas, reforçando o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva” (SIMIONATO, 1999, p. 83). Como consequência, a autora aponta:

[...] uma desqualificação das práticas dessas classes, tanto do ponto de vista social e político quanto do econômico. [...] transfere-se para as classes dominantes um grande poder de controle político e social, convertendo-se o capitalismo na organização econômica final da história. A classe dominante consegue, assim, legitimar sua ideologia [...] (*op. cit.*).

Acaba-se, pois, contribuindo com a consolidação do neoliberalismo²⁶, uma vez que este necessita da submissão dos indivíduos. Submissão esta, já denunciada no título da obra do propulsor da vertente neoliberal, Friedrich von Hayek: “A estrada para a servidão”.

Mézáros, em sua análise sobre o pensamento de Hayek, demonstra criticamente a defesa da submissão à ordem neoliberal como “única opção”:

[...] em nome da liberdade, ele também nos diz que a maior virtude é a submissão inquestionada de todos os indivíduos à tirania do mercado [...]. Está óbvio que Hayek não consegue admitir a possibilidade e a legitimidade de se contemplar uma alternativa para o domínio do capital, a que, em sua visão, todos devem se submeter; menos ainda se isso deve significar que os indivíduos assumirão o controle sobre as atividades de próprias vidas por meio de formas conscientemente organizadas [...] por que alguém preferiria o tipo de **incontrolabilidade** e **submissão** de Hayek ao que este demagogicamente projeta como **única** alternativa? (2002, p. 280-281, grifos do autor).

Perde-se a noção de historicidade, do materialismo histórico-dialético, ao aceitar a “falta de alternativa ao capital”, para tanto, nega-se a razão humana, o que fortalece a irracionalidade na ordem capitalista, mediante a não-percepção de suas contradições. Conseqüentemente, tem-se um “terreno fértil para discursos que fortalecem as perspectivas localistas que deságuam no individualismo” (SIMIONATO, 1999, p. 86).

Assim, é que a “pós-modernidade” representa um retrocesso à modernidade, especialmente por ofuscar a historicidade e as contradições desta sociedade, priorizando análises “micro” e fragmentadas, como aponta Simionato:

²⁶ O neoliberalismo globalizado incide “nas relações Estado/sociedade, fortalecendo a formação de uma cultura que substitui a regulação estatal pela livre regulação do mercado” (SIMIONATO, 1999, p. 82).

No plano do conhecimento, enquanto na modernidade a razão apresenta-se como o instrumento por excelência para superar as contradições, na pós-modernidade ocorre a sua desqualificação em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. Para Jameson[...], os elementos constitutivos do pós-moderno referem-se a “uma nova falta de profundidade, que se vem prolongando tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro em conseqüente enfraquecimento da historicidade [...]”. A produção do conhecimento desloca-se, dessa forma, para as **práticas discursivas**, para a fragmentação do sujeito e a tematização sobre os **novos sujeitos sociais**, enfaixados na idéia de um novo paradigma que toma a realidade social como um **caleidoscópico de microobjetos** incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes (1999, p. 85, grifos da autora).

Negar a razão é ir na contramão da construção de um novo projeto societário, é fortalecer a submissão hoje reinante na sociedade, ofuscando a realidade. Para Lukács, “negar a razão é negar a realidade” (*apud* GUERRA, 1995, p.183).

A crítica à razão conduz à negação do ser social como sujeito, ao impedir o seu processo de **objetivação**. Deste modo, é por meio da “racionalidade objetiva dos processos sociais”, que “os sujeitos a expressam nas suas ações, comportamentos, relações sociais”. “É o processo de **objetivação** dos sujeitos” (*op.cit.* p.179, grifos da autora).

Além de negar a razão, a pós-modernidade nega a luta de classes. Nega-se não só o trabalho como fundante do ser social – e central para as análises das relações desta sociedade –, mas também as classes sociais, contribuindo-se, desta forma – como as vertentes conservadoras contribuíram –, para camuflar o foco das desigualdades sociais desconsiderando, portanto, as contradições entre capital e trabalho. Portanto, contribui-se para o capital com a fragmentação da força e organização da classe trabalhadora.

Essas análises são ratificadas por Ivete Simionato, ao afirmar que “os teóricos do pós-moderno são omissos em relação ao Estado, conferindo centralidade à micropolítica, tendo como cenário a sociedade civil, onde os interesses universais e de classe são substituídos por objetivos grupais específicos e localistas” (1999, p. 84).

Desse modo, de acordo com Jameson (1996), abatem-se as análises mais abrangentes relativas ao “próprio sistema econômico e à totalidade social, de tal forma que a antecipação do ‘concreto’ é substituída pelo ‘meramente particular’, eclipsando o ‘geral’ (na forma do próprio modo de produção)” (*apud* SIMIONATO, 1999, p. 84).

Compõem-se, em suma, como “bandeiras epistemológicas da pós-modernidade”, nos denominados “novos paradigmas”:

[...] trabalhar não a realidade, mas as suas representações; trabalhar não o universal, e sim o singular; trabalhar não o futuro, e sim o presente; trabalhar não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; trabalhar não o público, mas a intimidade; [...] trabalhar o micro, o pontual, o dado, o singular (CARVALHO *apud* SIMIONATO, 1999, p. 85).

Partindo-se dessas análises, localiza-se um grande desafio para a profissão: o fortalecimento em torno do Novo Projeto Profissional que combate todos os tipos de conservadorismos e “neoconservadorismos”, em busca do compromisso com a liberdade e emancipação das classes subalternas, portanto, da ruptura com este sistema social, o que exige cada vez mais competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Para tanto, a(o) Assistente Social necessita apreender a realidade e as forças políticas que a compõem e a determinam, instrumentalizando-se para além do imediatismo e do aparente. Dessa forma, opõe-se ao viés fragmentário da realidade, que ratifica a ordem capitalista e se afirma a possibilidade de um projeto societário coletivo, oposto às tendências pós-modernas, que em suma, representam:

[...] um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado, fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social (SIMIONATO, 1999, p. 86).

Para David Harvey, é exatamente essa “aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo, do caótico”, “o fato mais espantoso do pós-modernismo” (2002, p. 49).

Percebe-se, portanto, que essa vertente representa um grande retrocesso no tocante ao processo de renovação e afirmação do Serviço Social, num momento em que se faz indispensável uma orientação crítica para superação dos desafios postos à profissão, como o desvelamento da realidade, indispensável para se conseguirem respostas condizentes com as demandas postas à profissão.

Para tanto, é imprescindível a ruptura radical com a vertente pós-moderna e a defesa do marxismo como paradigma teórico-político. Nesse sentido, uma das entrevistadas afirma este paradigma – defendido pelo Novo Projeto Profissional como a vertente norteadora da profissão – como sendo o mais indicado para a atualidade:

[...] no momento ele é o mais indicado, não por ser só ele que exista, mas porque eu acho que ele é que pode dar respostas, é que indica caminhos pra gente pensar o Serviço Social como pode superar ou tentar contribuir para superar as desigualdades hoje, é ele que dá essas respostas, sim (LUA).

Foram pontuadas apenas, de forma superficial, as principais características e perigos que esta vertente “neoconservadora” oferece. No próximo capítulo, será feita uma análise da sua relação com os estudos de gênero, objetivando perceber criticamente os riscos e equívocos que a pós-modernidade provoca nestes estudos.

CAPÍTULO 2

GÊNERO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA EM TORNO DE SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS

A crítica arrancou as flores imaginárias
que enfeitavam as cadeias,
não para que o ser humano usasse as cadeias
sem qualquer fantasia ou consolação,
mas para que se libertasse das cadeias e
apanhasse a flor viva.
Karl Marx

Neste capítulo será feita uma breve abordagem histórica em torno da categoria gênero, do seu surgimento no seio do movimento feminista e de seu desenvolvimento na contemporaneidade, tentando apreender suas determinações e suas diferentes perspectivas teóricas e, por que não dizer, políticas. Nesse sentido, delimitar-se-á mais profundamente a perspectiva teórica deste trabalho no que concerne à relação entre gênero e Serviço Social. Mais precisamente, examinar-se-á a problematização existente na relação entre gênero, feminismo, marxismo e pós-modernidade.

2.1 Contextualização histórica das abordagens teóricas em torno da categoria-gênero

Os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista, principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais. Nestes termos, destaca Piscitelli sobre a opressão feminina e o surgimento da categoria-gênero:

As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (2002, p. 16).

Cabe ressaltar que, apesar de as intenções *a priori* serem bastante positivas e importantes para as mulheres, o contexto de surgimento do conceito gênero é marcado por riscos de retrocessos para o movimento feminista e, por que não dizer, para os movimentos das classes trabalhadoras, ao enfatizar as relações de poder em detrimento da busca das causas da dominação/exploração, devido aos paradigmas ou à “crise dos paradigmas” que irão o influenciar, como aponta Scott:

No período caracterizado pela crise dos paradigmas macroestruturais nas ciências sociais, nos anos 80, quando a busca das causas da dominação/exploração foi cedendo espaço à ênfase nos significados das relações sociais constitutivas das relações de poder, é que se desenvolve uma nova possibilidade teórica para a análise das relações sociais: as relações de gênero (*apud* SEGNINI, 1994, p. 46).

Os riscos e retrocessos acima referidos, que serão objeto de análise detalhada mais adiante, são delineados especialmente em razão da influência da teoria pós-moderna.

O conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se à categoria “mulher”, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao “homem”. Portanto, gênero se constitui como uma categoria relacional.

Nesse sentido, de acordo com Piscitelli:

Entre as(os) acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria ‘mulher’. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/‘mulher’ parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados (2002, p. 7).

Essa nova geração de feministas rejeita “a possibilidade de se compreender o feminino num mundo puramente feminino, pois o feminino se define em relação ao masculino (o contrato sócio-simbólico entre os sexos)” (MACHADO *apud* FERREIRA, 2002, p. 23).

Desde o seu surgimento e no decorrer de seu desenvolvimento, ainda em curso, o conceito de gênero, foi/é dotado de diversas perspectivas. Diversidade esta, provocada tanto pelas polêmicas teóricas e políticas no interior das ciências humanas e exatas, quanto por ser uma categoria que possui um estudo relativamente recente.

De acordo com Piscitelli (2002), apesar de já ser utilizado, o conceito de gênero possui um marco no pensamento feminista: a publicação de um ensaio de Gayle Rubin, “O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”²⁷.

Foi a partir da definição/concepção desta autora, que o conceito de gênero “começou a difundir-se com uma força inusitada até esse momento”²⁸ [...], tornando-se uma referência obrigatória na literatura feminista” (*op. cit.* p.17).

Neste ensaio, Gayle Rubin estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é

²⁷ “RUBIN, Gayle: ‘The traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy of Sex’ IN: REITER, Rayna: Toward na Anthropology of Women. Monthly Review Press, New York, 1975” (Piscitelli, 2002, p.17).

²⁸ “O conceito gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa ‘acabada’ *gendered*, homem ou mulher. HARAWAY, Donna: ‘Gender for a marxist dictionary’, *in: Symians Cyborgs and Womem*, 1991” (*op. cit.* p. 17).

determinado biologicamente, fisiologicamente, portanto naturalmente. Elabora-se um sistema sexo/gênero, que a autora conceitua como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” (*apud* Piscitelli, 2002, p.17). Estabelece-se, deste modo, um trânsito entre natureza e cultura. A natureza fornece “os dados” e estes mostrariam que a “diferença” é, sobretudo, cultural (*op. cit.*).

Seguindo ainda o pensamento de Piscitelli, a autora afirma que para Rubin o “parentesco criaria o gênero”. Diante dessa concepção, Rubin não estabelece uma ruptura com as bases naturais que se propunha criticar, como destaca Piscitelli dissertando sobre Rubin:

Para Rubin, o parentesco criaria o gênero. [...] no que se refere às pré-condições necessárias para a operação dos sistemas de casamento, ela considera que o parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco [...] envolveriam a criação de dois sexos dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade [...]. Mas se na formulação de Rubin, gênero é concebido como um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através de relações instauradas pelo parentesco, ainda se ancora em bases naturais (*op. cit.* p. 18-19).

É diante dessa análise de permanência das bases naturais nos estudos de gênero, no estabelecimento de sistemas duais (sexo-gênero, natureza/cultura), como explicações universais, que irão emergir críticas ao pensamento desenvolvido por Gayle Rubin, desencadeadas a partir da década de 1990.

Assim, esta década é marcada por variadas discussões em torno da categoria gênero. Uma defensora da substituição da categoria; outras, de uma reformulação, sem abandonar os princípios da noção de gênero.

Judith Butler irá criticar a dicotomia sexo/gênero, passando a historicizar também a categoria sexo, como algo idealizado e “forçosamente materializado através do tempo”. Neste sentido, a autora destaca sobre sexo: “Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (1993, p. 154).

Assim, sexo não pode ser compreendido como apenas um “dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (*op. cit.*, p. 155). Nesse sentido, gênero, para Butler,

[...] não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como ‘dado’. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada ou o sexo ‘natural’ são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos (*apud* PISCITELLI, 2002, p. 28).

Donna Haraway, bióloga e historiadora da ciência, também compartilha dessa crítica à categoria-gênero, alertando que a categoria-gênero não contempla a historicidade necessária para a categoria sexo, o que implica idéias perigosas relacionadas com identidades essenciais de mulher e homem. Isso se dá à medida que se insiste no caráter de construção social do gênero, em detrimento da historicização da natureza e do sexo.

Nessa perspectiva, Haraway “aponta como um problema central que considera inerente aos conceitos de gênero” a:

[...] distinção com o sexo na qual nem o sexo, nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par, seriam historicizados e relativizados (*apud* PISCITELLI, 2002, p. 24).

Assim é que teóricas francesas preferem utilizar o termo “relações sociais de sexo” para definir papéis e relações entre homens e mulheres na sociedade, por entenderem o sexo também como socialmente determinado e este ser interpretado e traduzido na experiência e vivência da sociabilidade. Portanto, o sexo não se inscreve apenas no campo biológico (FERREIRA, 2002).

Compartilha-se aqui desta crítica à naturalização da categoria sexo, no entanto, de acordo com Saffioti:

[...] o conceito de gênero consegue dar plena conta do caráter social inclusive do próprio sexo. Enquanto ao trabalhar-se com gênero já se tem nítido o caráter fundamentalmente social que lhe é imanente, ao empregarmos a categoria sexo nos fadamos a sempre sobrenomeá-lo com o termo social. Dessa forma, ao se falar de gênero, estamos nos referindo necessariamente a relações sociais (*apud* FERREIRA, 2002, p. 21).

A categoria-gênero irá, pois, incidir contrariamente às vertentes homogeneizadoras, generalizantes e supostamente neutras, como o positivismo, que, como foi visto, naturaliza papéis que se subordinam às mulheres e se utilizam dessa naturalização para alcançar o “equilíbrio” e a “harmonia” sociais pela responsabilização social da mulher e desresponsabilização do Estado.

Na busca de romper com essa suposta “neutralidade”, o movimento feminista, mediante a categoria-gênero, como dialética e relacional, irá ter como matrizes teóricas o marxismo, a psicanálise, o pós-estruturalismo, principalmente nas teorias sobre o poder de Foucault, e o pós-modernismo (cf. FERREIRA, 2002).

Debateremos as perspectivas marxista e pós-moderna/pós-estruturalista, tendo em vista que estas são as principais, no âmbito do debate

atual no Serviço Social, como apontado no capítulo anterior.

2.1.1. Análise teórico-crítica da categoria-gênero

O conceito gênero necessita de uma análise crítica não apenas pela dualidade que induz no “binômio” sexo/gênero, obscurecendo o caráter histórico de categorias como sexo e corpo, mas, principalmente, por tendenciar a uma “identidade global (e central)”, subordinando e obscurecendo outras categorias – classe, raça, nacionalidade (HARAWAY *apud* PISCITELLI, 2002, p. 25).

Essa crítica é realizada sobre as teorias da pós-modernidade, dentre elas as abordagens desconstrutivistas²⁹ e pós-estruturalistas, e coincide, de acordo com Piscitelli (2002), com reivindicação de mulheres negras, do “Terceiro Mundo” e lésbicas³⁰.

As abordagens desconstrutivistas enfatizam “exageradamente” as diferenças, não propõem uma alternativa ao movimento feminista e distanciam-se da prática política, produzindo, portanto, uma teoria estéril. Nesse sentido,

²⁹ “[...] as autoras que atuam nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham numa abordagem ‘desconstrutivista’, uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e ‘desmontando’ seus modos de discurso” (PISCITELLI, 2002, p. 25).

³⁰ “É interessante perceber que as ‘mulheres de cor’ ou ‘do Terceiro Mundo’ também formulam sérias críticas às contradições colocadas pelas discussões pós-modernas. No entanto, essas críticas centram-se, sobretudo, no lugar que essas discussões estão ocupando na economia política da construção e difusão do conhecimento. ‘Mulheres de cor’ e/ou ‘mulheres do Terceiro Mundo’ afirmaram que essas perspectivas, apesar de chamarem a atenção para as experiências das ‘diferenças’, tendem a apropriar-se delas através de mecanismos, mais uma vez, excludentes. Bell Hooks, por exemplo, questiona não tanto o ‘sentido’ do pós-modernismo, mas a linguagem cifrada em que ele se expressa: codificada em termos dos interesses de uma audiência que alija as vozes das pessoas negras, deslocadas, marginalizadas. Intelectuais do ‘Terceiro Mundo’ assinalam que esses debates marginalizam, mais uma vez, o conhecimento das feministas ‘nativas’, sufocando outro tipo de aproximação” (PISCITELLI, 2002, p.31).

Piscitelli, dissertando sobre os incômodos dessas abordagens para algumas feministas, afirma:

[...] a desconstrução – que pode desconstruir *ad infinitum* – ao não oferecer alternativas ‘positivas’, dificultaria acionar um movimento. Além de dissolver o sujeito político ‘mulheres’, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político.

[...] Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam ‘pouco úteis’, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia (2002, p. 32-33).

Aponta-se ainda um outro problema relacionado a essas abordagens “desconstrutivistas” de gênero. Este problema refere-se ao fato de terem possibilitado a abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero, não tendo como centro as mulheres. Com efeito, afirma Moraes: “Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao ‘gênero masculino’ – como bem revelam os trabalhos sobre ‘masculinidades’ e ‘paternidades’” (2000, p. 96).

Não se fazem por desmerecer aqui os estudos sobre masculinidade, sobre gays e lésbicas, reconhece-se a importância e a necessidade deles para o despertar de novos valores (libertários) que se ponham em oposição ao conservadorismo desta sociedade opressora. O problema é a expansão destas discussões em detrimento do debate específico da condição da mulher nesta sociedade.

Destaca-se ainda essa preocupação, uma vez que muitas “feministas” estão voltando seus estudos e sua militância para essas “novas abordagens”, quando a realidade das condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece enormemente precarizada. E, apesar dessa precariedade, muitas não

percebem sua condição de mulher, subordinada e explorada nesta sociedade, o que contraria a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária.

Há uma falsa e vulgar idéia de que as mulheres já atingiram um patamar de equidade com os homens, “se libertaram”, “adquiriram independência”, “já ocupam grande parte do mercado de trabalho”, enfim, “já temos uma nova mulher”. Esses pensamentos, que infelizmente vêm crescendo na sociedade, contribuem para a argumentação de que agora só se precisa de “um novo homem”, o que justificaria a necessidade de se trabalhar muito mais a masculinidade. Ressalta-se novamente que a masculinidade é importante de ser discutida/trabalhada. Mas é papel do movimento feminista? É papel das mulheres organizar os homens, enquanto muitas mulheres não têm consciência de sua condição social e ainda minguam nesse modelo de sociedade com as duplas e triplas jornadas de trabalho, com os mais variados tipos de violência, com os salários mais baixos, etc.?

São as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, as mais atingidas por este modelo econômico e cultural da sociedade, como demonstra Gehlen ao analisar o pensamento de Ostegaard:

As mulheres de baixa renda estão envolvidas em múltiplas dificuldades, são oprimidas pelo sistema e pelo homem. Sofrem discriminação quanto ao sexo e classe social, sua jornada de trabalho é superior à dos homens, vivem no limite de suas necessidades básicas, nutrição, educação e saúde (*apud* GEHLEN 1998, p. 426).

Não é à toa, pois, um fenômeno conhecido como “feminização da pobreza”. Como demonstra Mészáros: “[...] em 1994 as mulheres constituíam 70

por cento dos pobres do mundo, não é em absoluto surpreendente. Devido às determinações causais por trás desses números, a situação das mulheres tende a piorar no futuro previsível” (2002, p. 303).

O autor demonstra que esse “fenômeno” não é natural, muito pelo contrário, há “determinações causais”, e devido a elas, deve-se perceber a importância de uma prática feminista voltada para a luta das mulheres, que, por sua vez, deve ser vinculada à luta por uma nova sociedade, uma vez que:

Sob o domínio do capital em qualquer de suas variedades – e não apenas hoje, mas enquanto os imperativos desse sistema continuar a determinar as formas e os limites da reprodução sociometabólica – a ‘igualdade de mulheres’ não passa de simples falsa admissão (MÉSZÁROS, 2002, p. 301).

As formulações desconstrutivistas não perceberam a necessidade e/ou não priorizaram uma luta pautada nesta análise e, ainda, contribuem para a despolitização e falta de mobilização política, o que tem provocado reações negativas, como demonstra Piscitelli:

[...] a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – ‘gênero sem mulheres?’ – mostram questionamentos à ‘despolitização’ da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política (2002, p. 30).

Essas reações fazem despertar uma inquietação: como uma categoria surge em busca de explicar a subordinação da mulher na sociedade, objetivando a superação desta condição, e acaba, muitas vezes, tirando a centralidade da mulher em suas abordagens?

É nesse sentido, que a categoria “mulher”, como sujeito político coletivo do movimento feminista, volta a ser defendido. Não no sentido de um “retorno”, de

acordo com Linda Nicholson, “uma vez que as novas formulações não estariam contaminadas pelo ‘fundacionalismo biológico’” (*apud* PISCITELLI, 2002, p. 8).

O problema desencadeado pelas novas abordagens dos “estudos de gênero” é, pois, um distanciamento entre as discussões teóricas e a luta das mulheres, o que já demonstra como essas “teorias” são vazias de sentido, uma vez que a teoria não pode desvincular-se da prática, mas dela emergir e a ela retornar como “resposta” às demandas concretas do real. Cai-se, portanto, num “academicismo”. Os “estudos de gênero” referenciados pela pós-modernidade acabaram por imputar uma dicotomia, como demonstra Moraes:

[...] a área temática que hoje chamamos de ‘estudos de gênero’ foi antecedida historicamente pelos ‘estudos sobre a mulher’, comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os ‘estudos sobre a mulher’ dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas, ao passo que os ‘estudos de gênero’ denotam a entrada acadêmica de uma certa ‘perspectiva de análise’. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher, mas de entender, teoricamente, a dimensão ‘sexista’ de nosso conhecimento e os riscos das generalizações (2000, p. 95-96).

No debate crítico, surge o consenso de que as perspectivas desconstrutivistas – que têm monopolizado o discurso teórico feminista, apagando as vozes de outras correntes –, sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria que informasse as práticas feministas, que colaborasse para gerar e sustentar os movimentos de mulheres. Ao desenvolver, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma nova base para a solidariedade entre as mulheres.

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital.

A classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante.

Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra, um homossexual pode explorar outro homossexual. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes.

Isso não é contraditório com as lutas ditas “específicas”. Primeiro, porque dentro da “ordem metabólica do capital” as expressões culturais não se dão nem se encontram dissociadas de seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados a assegurar os interesses da burguesia (claro, via exploração da classe trabalhadora); segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários – que não cedem espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações – antes, garantem aos sujeitos sociais o direito da livre expressão de suas subjetividades.

O que se defende não é a neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que o movimento feminista deve convergir para os aspectos político e social. Do contrário, só se fragmentam e pulverizam as mulheres, o que não contribui para a luta por elas empreendida.

O “grande equívoco” está em acentuar a ênfase nas “diferenças”, apenas como construções culturais, não se analisando, numa perspectiva de totalidade, que essas expressões culturais têm marcas de classe, ao denotarem claros interesses da burguesia em perpetuar subordinações e explorações que a favoreça, seja em mão-de-obra barata e precarizada, seja na responsabilização das mulheres pela reprodução social.

Destarte, a categoria gênero deve ser percebida para além de uma construção cultural, uma vez que a cultura não é natural. Não só o gênero deve ser historiado, mas também a cultura e a sociedade. Não de forma isolada, mas inter-relacionadas, analisando as autodeterminações. Afinal, a cultura é determinada nas e pelas relações sociais, não de forma linear, homogênea ou fragmentada em exacerbações de diferenças, mas dentro das contradições que determinam a produção e a reprodução desta sociedade.

Em outras palavras, é necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais (o que determina o movimento da sociedade, ou como diria Marx: “o motor da história”), faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. E porque, fundamentalmente, a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada com a ruptura com o modo de produção capitalista, conforme será visto adiante. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.

Assim, os questionamentos teóricos à categoria gênero, que *a priori* parecem bastante pertinentes, reproduzem os principais equívocos das análises que criticam, pois é necessário não apenas historicizar todas as categorias sociais, no sentido de perceber que são construções sociais, mas relacioná-las, analisando suas determinações. Enfim, particularizá-las. Do contrário, limita-se a análises empobrecidas, focalizadas, fragmentadas e fragmentárias do real.

As abordagens desconstrutivistas/pós-estruturalistas/pós-modernas mesmo criticando gênero e sua “identidade global”, não relacionam essa categoria com as de classe, raça, etnia, geração a partir da contradição fundante das mais diversas expressões das desigualdades sociais: a contradição capital e trabalho. Não se configuram, portanto, em críticas profundas e consistentes ao não conseguirem pôr “às claras”, as contradições desta sociedade e o foco das desigualdades. Assim, criticam a linearidade do gênero, mas a reproduzem ao não analisar os complexos sociais na dimensão da totalidade.

Além disso, essas análises acabam retrocedendo nos estudos de gênero ao não abordar aspectos materialistas da história, enfocando os “símbolos”, as “representações”, caindo no irracionalismo ao limitar-se no

subjetivismo, sem a mínima mediação com as determinações objetivas da sociedade. Com efeito, afirma Clara Araújo:

Nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade, e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca. Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser auto-referido (2000, p. 69).

Desta maneira, percebe-se que essas abordagens se distanciam ou não dão a devida importância para as determinações macrossociais que se encontram diretamente relacionadas com a subordinação das mulheres. Nesta perspectiva, é imprescindível perceber que, discutir cultura despertando novos valores, embora libertários, por mais que seja importante, é insuficiente para a conquista da liberdade e da igualdade substantiva.

Nesta linha analítica, David Harvey, analisando a influência de Foucault sobre os movimentos sociais surgidos na década de 1960, faz a seguinte afirmação:

É clara a crença de Foucault no fato de ser somente através de tal ataque multifacetado e pluralista às práticas localizadas de repressão que qualquer desafio global ao capitalismo poderia ser feito sem produzir todas as múltiplas repressões desse sistema numa nova forma. Suas idéias atraem os vários movimentos sociais surgidos nos anos 60 (grupos feministas, gays, étnicos e religiosos, autonomistas regionais, etc.), bem como os desiludidos com as práticas do comunismo e com as políticas dos partidos comunistas. **Mas deixam aberta, em especial diante da rejeição deliberada de qualquer teoria holística do capitalismo, a questão do caminho pelo qual essas lutas localizadas poderiam compor um ataque progressivo, e não regressivo, às formas centrais de exploração e repressão capitalista.** As lutas localizadas do tipo que Foucault parece encorajar em geral não tiveram o efeito de desafiar o capitalismo, embora ele possa responder com razão que somente

batalhas movidas de maneira a contestar todas as formas de discurso de poder poderiam ter esse resultado (2002, p. 51; grifou-se).

Contrário ao subjetivismo e ao focalismo, Marx concebe a “essência humana”, indissociável da noção de indivíduo social, expressa nas **Teses sobre Feuerbach**. Nelas, consta que “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (*apud* IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Dessa forma, questiona-se: como avançar em estudos condizentes com uma prática política consistente se não há mediação com as condições e determinações concretas da realidade? Assim, é impossível a construção de novas relações humanas. Afinal, não se buscam as múltiplas determinações que envolvem o fenômeno, perseguem-se apenas os “símbolos” e as “representações”.

Mary Garcia Castro, analisando as tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas no feminismo, afirma que:

[...] elas não se propõem identificar agências e sujeitos de mudanças. Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para a classe proletária (sic) e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de crítica textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura *blasé*, de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, exploração de classes, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe (2000, p. 102).

O pensamento marxista é pautado exatamente no contrário da negação da materialidade, pois é por intermédio desta que se desenvolve a vida social, política e intelectual, como afirma Karl Marx:

O modo de produção da vida material domina, em geral, o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, ao contrário, é a sua existência social que determina sua consciência (*apud* BENOIT, 2000, p.76).

Carol Stabile tece uma crítica às(aos) autoras(es) “pós”, propondo uma outra “via” de análise, “na contramão do deslumbramento ‘pós’ com o esgarçamento social e a indefinição de sujeitos e projetos”. Com efeito, afirma Stabile:

Mais do que considerarmos a fragmentação e a proliferação de identidades como sintoma de fracasso do marxismo ou como causa para otimismo político, devemos considerar como a globalização do capitalismo, como um sistema mundial e mudanças no fluxo de capitais, de fato produziu tais efeitos e suas relações com a segmentação de mercados, individualismo e mercantilização de estilos de vida e das culturas e discutir estratégias de oposição a tais processos (*apud* CASTRO, 2000, p. 103).

As críticas da teoria pós-moderna ao marxismo são, além de inconsistentes, incoerentes. Como afirmar que o marxismo é totalizador, não permitindo apreender questões da subjetividade, limitando-se a objetividade? Focaliza-se uma falsa dicotomia que não é de responsabilidade da teoria marxista, mas da falta de conhecimento desta por parte da pós-modernidade. Nesse sentido, esclarece Ivete Simionato acerca da perspectiva pós-moderna:

Essa perspectiva parece, no entanto, focalizar o debate em torno da falsa polêmica entre objetividade e subjetividade, economicismo e politicismo. Cabe lembrar, contudo, que no debate marxista a compreensão da objetividade histórica não se reduz ao campo da produção, na medida em que este também abarca a reprodução das relações sociais entre os homens, as quais, se abordadas de um ponto de vista histórico-ontológico, não deixam de incluir os processos singulares dos sujeitos sociais, mas nunca desvinculados da historicidade que os fundamenta (1999, p. 85-86).

A abordagem pós-estruturalista é que produz a totalização conceitual de gênero, ao desvinculá-la das análises de outras esferas que a determinam, como será visto no item "Gênero: uma mediação de classe no bojo da velha 'questão social'".

A preocupação aqui sobre essas "novas abordagens" centra-se na grande expansão da apropriação e difusão dos estudos de gênero. Este fato limita a efetivação de um projeto societário emancipador, uma vez que estas vertentes, além dos retrocessos teóricos de cunho conservador, de distanciamento e fragmentação da realidade, vêm pulverizando e também fragmentando a classe trabalhadora. Isto se dá mediante a ênfase exacerbada na "diversidade", no subjetivismo, na negação da existência das classes sociais etc., favorecendo, conseqüentemente, ao capital. Como afirma Clara Araújo:

Um projeto emancipatório da humanidade necessita pensar prioridades na ação política, sem perder de vista como as diversas clivagens que perpassam as relações sociais podem ser simultaneamente trabalhadas, em suas dimensões próprias e inter-relacionadas (2000, p. 70).

A teoria social crítica, ao contrário das visões equivocadas e pobres de conhecimento da realidade, não exclui as questões relacionadas às ditas "minorias", apenas não dissocia, não fragmenta a realidade, articula o micro com o macro, percebendo e analisando as relações, inter-relações e autodeterminações entre os complexos sociais. Em outras palavras, esta teoria apreende e formula as mediações³¹, que se situam no movimento dialético entre a universalidade – leis

³¹ "A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da **imediaticidade** (aparência) em busca da essência, necessita construir

tendencias e grandes determinações de um dado complexo social – e a singularidade – campo da aparência, da imediaticidade/facticidade expressa na vida cotidiana, espaço em que, “cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo a uma **causalidade** caótica” (PONTES, 2000, p. 41, grifos do autor).

A particularidade, compreendida como “campo de mediações”, “síntese de determinações”, permite ao sujeito “negar” (“superar”) a aparência, processando “o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações (no qual se entrecruzam vários sistemas de mediações), sistemas estes que são responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real” (*op. cit*, p.47).

Seguindo o pensamento de Pontes:

[...] significa que as leis tendencias, que são capturadas pela razão na esfera da universalidade, tais como leis de mercado, relações políticas de dominação, como que tomassem vida, se objetivassem e se tornassem presentes na realidade da vida singular das relações sociais cotidianas, desingularizando-as e tornando aquilo que era universal em particular, sem perder seu caráter de universalidade nem tampouco sua dimensão de singularidade (2000, p. 47).

A particularidade é compreendida, pois, como uma “categoria ontológico-reflexiva que permite que as leis sociais tendencias se mostrem aos sujeitos envolvidos na ação [...] e ganhem um sentido analítico-operacional nas suas vidas singulares”. É onde a “legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza (*op.cit*, p. 46-47).

intelectualmente mediações **para reconstruir o próprio movimento do objeto**” (PONTES, 2000, p.41, grifos do autor).

Essa forma de análise do real permite ao marxismo, diferentemente da pós-modernidade, não resultar em uma teoria confusa e estéril, sem desdobramentos políticos claros. A teoria marxista está voltada fundamentalmente para a transformação e superação da sociedade burguesa. Possui, portanto, objetivos explícitos de intervenção política, com fins num processo revolucionário, mediante o compromisso e os interesses da classe trabalhadora.

É somente por intermédio dessa teoria que o movimento feminista pode ter uma ação política transformadora. Para tanto, deve compreender a categoria gênero como uma mediação de classe, o que será abordado a seguir.

2.1.2. Marxismo e feminismo

Repôr o **humanismo marxista** no centro da análise é condição necessária para fazer emergir o **indivíduo social**, como **sujeito criativo vivo**
Marilda Iamamoto

Como já delineado, o marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentro de uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando desvelá-la, indo além do aparente, das “representações”, sem, no entanto, esquecer a essência dos fenômenos sociais e suas determinações.

Assim é que essa teoria propõe “um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais” (SIMIONATO, 1999, p. 81).

Deste modo, a teoria social marxista permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres. Nesse sentido, Clara Araújo destaca as contribuições do marxismo ao feminismo:

De forma bastante concisa, caberia destacar como contribuições do marxismo ao feminismo o enfoque histórico e material, que permite a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta (2000, p. 65).

Essa teoria, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação desta situação, transformações em torno da busca pela igualdade substantiva, já que, além de expor em bases materiais, vai à essência dos “fenômenos”, apreendendo as grandes determinações e suas particularidades nas singularidades das condições de vida das mulheres.

Enfim, a teoria marxista vai ao cerne, ao foco das desigualdades sociais, analisando dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade a opressão da mulher, como pode ser percebido abaixo:

A idéia do destino natural tem de ser ‘desconstruída’ e, nesse sentido, a teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina que formam uma estrutura complexa, e não uma unidade simples. Não é possível reduzir a opressão da mulher a uma única dimensão, como formula Engels, nem mesmo equacioná-la como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. ‘É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados’, preconiza Mitchel (MORAES, 2000, p. 91).

Assim sendo, a tradição marxista possibilita uma ruptura real com o

conservadorismo ao analisar criticamente a subordinação da mulher, percebendo suas determinações reais, não aparentes. Na concepção marxista, a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada. Com efeito, afirma Moraes ao comentar a obra de Engels:

No tocante à 'questão da mulher', a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da 'opressão específica' [...] (2000, p. 89, grifos da autora).

A propriedade, de acordo com a teoria marxiana, teria na família o seu "germe", "onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade" (MARX e ENGELS *apud* MORAES, 2000, p. 90).

Clara Zetkin também escreveu sobre a contribuição de Marx à questão feminina:

[...] sua contribuição é insubstituível e essencial na luta levada pelas mulheres para conquistar seus direitos. [...] Em *O capital*, acumula-se uma profusão de fatos, de idéias e de sugestões sobre a questão do trabalho feminino, sobre a situação das trabalhadoras, sobre a justificação da proteção legal do trabalho, etc. É um arsenal intelectual inesgotável para a nossa luta, tanto para as nossas reivindicações imediatas como para nosso objetivo socialista (*apud* BENOIT, 2000, p. 84).

Partindo do princípio de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, à ruptura com o capitalismo, a teoria marxista se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação. Afinal, é essa teoria que possibilita desvelar as contradições desta sociedade, instrumentalizando a classe

trabalhadora para lutar por sua emancipação, pois “nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento [...]” (MORAES, 2000, p. 97).

Os “estudos de gênero”, se voltados para um real compromisso com a emancipação das mulheres, não devem se limitar a categoria meramente analítica e descritiva, mas possuir um caráter político, que redunde em ações concretas transformadoras. Para tanto, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais, e nesta perspectiva, a marxista.

Defende-se assim, como sustentáculo para os “estudos de gênero” a teoria social marxista, pois, como visto, é esta vertente, com seu método materialista histórico e dialético, que permite desvendar o real, a sociedade burguesa e seus mecanismos coercitivos. E, por ser uma teoria voltada para a transformação da sociedade, é a única que viabiliza a construção de um projeto societário coletivo que possibilite a emancipação efetiva dos sujeitos.

Assim, o marxismo não é apenas uma “teoria científica”, mas também um “movimento social crítico das sociedades de classe [...] contra o capitalismo” (CASTRO, 2000, p. 98).

Para Mary Garcia Castro, o marxismo não tem como ser ignorado nos debates feministas, “porque epistemologicamente está imbricado com seus princípios identitários”, quais sejam:

Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu

corpo, voz, re- e a-presentações). Compartem também, o marxismo e o feminismo, a ênfase na materialidade existencial (para alguns feminismos, a vida cotidiana, para outros, a textual, e, para outros ainda, o cenário histórico – hoje, o capitalismo em formato neoliberal), considerando que essa materialidade se sustenta por práticas em um real vivido e um real idealizado e ideologizado [...]. Por outro lado, advoga-se, tanto no marxismo como no feminismo, a possibilidade de mudanças acionadas por sujeitos [...] (2000, p. 99).

A defesa do feminismo marxista é premente num momento em que as transformações contemporâneas exigem organização política para fazer frente à barbárie capitalista, e tem, infelizmente, crescido o chamado “feminismo culturalista”, que ressignifica o materialismo no chamado “materialismo culturalista”, rejeitando-se “uma análise sistêmica, anticapitalista e a relação entre a história da cultura e a construção de significados em um sistema social de classes” (HENNESY *et al apud* CASTRO, 2000, p. 102).

O “feminismo culturalista” vai na contramão das exigências que as condições históricas põem para o enfrentamento das desigualdades sociais ao marginalizar “análises sobre trabalho e gênero em favor de prática culturais, dos significados do corpo, de prazeres” (*op. cit.*), privilegiando ainda o:

[...] discurso, a fragmentação, a diferença, sem referência ao cenário de globalização, das relações sociais que na economia política cada vez mais limitam o próprio exercício da criatividade, da subjetividade, bandeiras que correntes culturalistas acenam contra o feminismo (CASTRO, 2000, p. 108)

A grandeza dos desafios que se têm para enfrentar nesta sociedade encontra-se sem precedentes históricos, há uma multiplicidade de conflitos, que exige um embasamento teórico consistente que possibilite perceber as relações sociais em sua concreticidade, indo além do imediato, do aparente, das manifestações subjetivistas e dos interesses individuais. Assim, Clara Araújo

aponta um desafio para o marxismo:

Um dos desafios para o marxismo tem sido o de incorporar a complexidade e as dimensões de conflitos que foram surgindo com a modernidade, gerando diversidade de sujeitos políticos e conformando manifestações variadas de subjetividade e interesses, com dimensões políticas específicas (2000, p. 70).

Considerar essa diversidade dos sujeitos faz-se necessária, porém sem se perder na ênfase das diferenças em detrimento da luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos combativos, em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas sociais que buscam o fim das desigualdades sociais, logo a efetivação da igualdade substantiva.

A teoria marxista não ignora as **diferenças**, como equivocadamente se difunde essa idéia, sendo “compatível com uma agenda política explicitamente centrada nos valores” (MATTHAEI, 2002, p. 51). Dessa forma, de acordo com Gustavo Codas:

A teoria marxista tem nos estudos das **diferenças** um de seus elementos fundamentais [...] Para Marx, as **diferenças de classe** eram fundamentais para explicar os fatos nas esferas da política e da economia, mas ele não ignorava que **outras diferenças** também tinham um papel relevante na organização econômica das sociedades (2002, p. 21, grifos do autor).

Na mesma proporção que é necessário ao feminismo pautar-se no marxismo, também é importante que o marxismo incorpore o feminismo. Uma vez que não são inconciliáveis e/ou contraditórios, ao contrário, como ressalta Miriam Nobre:

A teoria feminista tem o propósito de criar instrumentos para transformar a sociedade e combater as desigualdades, e o marxismo também tem esse pressuposto de que a realidade é transformada a partir da ação coletiva e de que é importante ter uma ciência social com uma visão libertadora e de transformação que embase essa ação (2002, p. 15).

Nesta perspectiva, Gustavo Codas também destaca a “contribuição decisiva” que o “feminismo socialista” pode e deve dar ao movimento da classe trabalhadora, caso aja fundamentado numa visão classista. Para tanto, o autor destaca a congruência e/ou a não-contradição entre marxismo e a luta feminista para o socialismo:

[...] a incorporação da perspectiva de gênero na análise econômica marxista e na construção dos sujeitos políticos da transformação (incorporando a organização autônoma das mulheres no campo dos movimentos que lutam pelo socialismo) pode ser feita sem contrariar os fundamentos e a metodologia dessa teoria. [...] o marxismo se vê como uma ciência vinculada à luta de uma classe social. Assim, a incorporação da perspectiva de gênero depende de uma postura política: é necessário que, além de um ponto de vista de classe, de luta pela emancipação da classe trabalhadora, se parta também de um ponto de vista de luta pela emancipação das mulheres. Isso não é somente possível como necessário para a luta socialista. E essa é a contribuição decisiva que o feminismo socialista tem dado ao movimento da classe trabalhadora (*op.cit.*, p. 22-23).

Conclui-se, destarte, ressaltando a importância de um feminismo classista para a luta por uma verdadeira igualdade social, o que requer “a construção de um conhecimento verdadeiramente ‘objetivo’ e libertador”, que por sua vez imputa “uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero”, bem como canalizar esse conhecimento para a luta coletiva pela transformação da sociedade (MATTHAEI, 2002, p. 44).

Em outras palavras, não se pode pensar em gênero, raça/etnia e classe de forma isolada, como o faz a pós-modernidade, pois, de acordo com Julie Matthaei, estas categorias “não são contas distintas de um ‘rosário’ da identidade de alguém, mas sim processos interdeterminantes” (*op. cit.*).

2. 2. Gênero: uma mediação de classe no bojo da “velha questão social”

Sob o enfoque dos chamados “novos movimentos sociais”³², dentro da perspectiva que defende uma “nova questão social”, embasada na teoria “pós-moderna”, há um deslocamento do foco central da questão social – contradição de classe - para as questões culturais, como se estas fossem fenômenos autônomos, auto-determinados, isolados, desvinculados dessa contradição fundamental que determina as relações sociais e por intermédio dela são geradas, apropriadas e fomentadas as diversas formas de expressões das desigualdades sociais.

Desse modo, perde-se a dimensão da totalidade, provocando o obscurecimento do antagonismo entre as classes sociais e favorecendo, conseqüentemente, a perda da identidade de classe e, logo, da resistência e luta contra este modelo de sociedade.

Pierre Rosanvallon defende que há uma “nova questão social” à medida que os novos fenômenos sociais (desemprego, novas formas de pobreza) não são recorrentes à “velha” contradição entre capital e trabalho ou não se remetem a essas “antigas categorias” que compõem a exploração, como segue em seu pensamento:

Desde el principio de los años ochenta, el crecimiento de la desocupación y la aparición de nuevas formas de pobreza parecieron, al contrario, llevarnos a largo tiempo atrás. Pero a la vez se vez con claridad que no se trara de un simple retorno a los problemas del pasado. **Los fenómenos actuales de exclusión no remiten a las categorías antiguas de la explotación. Así, ha hecho su aparición una nueva cuestión social** (1996, p.7, grifou-se).

³² “Expressão cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Mellucci, e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz, etc. Os novos movimentos se contrapõem aos **velhos** movimentos, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho” (GONHN, 1999, grifos do autor).

Como podem o desemprego e a pobreza, mesmo com suas novas formas de expressão, não serem recorrentes às “antigas” categorias de exploração, ou seja, à contradição entre capital e trabalho? Partindo de uma análise crítica, se percebe que o desemprego existe desde os primórdios do capitalismo, inclusive é indispensável para sua sobrevivência (“exército industrial de reserva”) à medida que permite uma maior exploração da mão-de-obra, com baixos salários e poucos direitos para as(os) trabalhadoras(es).

Portanto, a “questão social” não é um novo fenômeno. Claro que atualmente ela se apresenta com novas configurações, há mundialmente um crescente e alarmante índice de desemprego, inclusive nos chamados países de “Primeiro Mundo”. No entanto, essas novas configurações são absolutamente determinadas pelo processo de reestruturação do capital, ou seja, pelas novas formas de gestão e/ou estratégias do modo de produção capitalista para se manter e se fortalecer na sociedade.

Nesse sentido, segundo Mota (2000), teórica e historicamente não há uma “nova questão social”: as manifestações da questão social dependem do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, da composição e dinâmica das classes sociais e da complexificação das relações Estado e sociedade. Dessa forma, as suas expressões estão em constante processo de atualização.

É por intermédio das mudanças nos processos de acumulação e reprodução da ordem capitalista, mediadas pela ação das classes e do Estado que se imprimem as configurações que ora reproduzem, ora atualizam, as manifestações da velha e imanente “questão social”. Ir de encontro a essa análise

estrutural é limitar-se a uma concepção conservadora, empirista e positivista, seja por pensar o estrutural como episódico, seja por tornar o que é estrutural em conjuntural ou, até mesmo, natural (MOTA, 2000).

Netto (2001) também defende a tese de que inexistente uma “nova questão social”, afirmando que há novas expressões da “questão social” advindas dos novos estágios da ordem do capital, a que a “questão social” se encontra “medularmente” vinculada. Em outras palavras, isto ainda significa a impossibilidade de se suprimir a “questão social” conservando o capitalismo. Com efeito, o autor afirma:

O que devemos investigar é, para além das manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões socioumanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração (2001, p. 48).

Assim, de acordo com o pensamento de Mota (2002): “O que chamam de novo não é filosófica nem teórica e politicamente a superação do velho, e sim ‘novas formas’ para velhos conteúdos”.

Contrapondo também a esse pensamento de “nova questão social”, Yamamoto afirma:

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, **assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos**. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim, **dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente**, etc. (1999, p. 114, grifou-se).

Nesse sentido, as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidade, etc.) nada mais são do que recortes das desigualdades sociais – de classe, ou seja, não são “novas questões sociais”, pois não estão acima ou independentes da contradição entre as classes.

Além de perceber a forma como se gestam as desigualdades, é importante analisar como a condição de classe é central e determinante na identidade das lutas sociais, ao contrário do que defende a ideologia dos “novos movimentos sociais”, ao afirmar que a categoria classe não é mais central e sim os problemas culturais³³. As pessoas sofrem diferentemente, dependendo da sua condição de classe, as formas de preconceitos e opressões, embora pertencendo ao mesmo gênero, etnia, orientação sexual, etc. Toledo, escrevendo sobre gênero expressa essa determinação da posição de classe na divisão entre mulheres:

O gênero é tudo aquilo que une as mulheres, tudo o que lhes é comum e próprio do gênero feminino. Mas, infelizmente [...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vidas diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora

³³ Esse pensamento favorece a ideologia da “cultura da crise” (cf. MOTA, 1995), como se todas/todos estivessem igualmente em crise e a luta de classe não tivesse, portanto, mais sentido. Afinal, todas/todos, ao estarem no mesmo “barco”, devem dar as mãos, contribuindo assim para a não-percepção do antagonismo de classe e, conseqüentemente, para o avanço e fortalecimento das lutas sociais (ou movimentos sociais classistas). Seria a celebração de um “novo contrato social”, supraclassista, defendido, entre outros, por Rosanvallon para a construção de uma sociedade “pós-social-democrata” (Ver MONTAÑO, 2002).

outras mulheres e homens. Nunca ouvimos falar de uma mulher burguesa que tivesse sangrado até a morte por um aborto clandestino. Nunca vimos uma mulher burguesa passar por uma revista íntima na porta de uma fábrica. Nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma *socialite* que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, e nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (2001, p.9-10).

A compreensão do antagonismo de classe é indispensável para perceber a importância em não se poder generalizar, para todas as mulheres, a mesma forma de opressão a que estão submetidas. É inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. No entanto, essas opressões são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma: a “classe as divide”.

Outrossim, o esclarecimento sobre o caráter relacional e histórico das construções sociais sobre os sexos implica em considerar que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas, o que remete a uma mediação com outras dimensões, como as de classe, etnia e geração.

O gênero é compreendido, pois, como relação sócio-histórica que remete às relações de poder de caráter transversal, atravessando os liames sociais, as práticas, instituições e subjetividades. Assim, afirma Saffitoti:

O gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo da mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como uma mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói-expressa através das relações sociais (1992, p. 191).

Dentro dessa perspectiva, considera-se que as questões de gênero,

raciais, ecológicas, etc. passam necessariamente pela contradição da “velha questão social”, ou seja, pelo interesse econômico do capitalismo expresso por meio da relação entre capital e trabalho. Nesse sentido, aponta Antunes:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p.109).

Perceber, portanto, a especificidade da mulher no mundo do trabalho, ou melhor, perceber, utilizando a expressão de Lobo (1991), que “a classe trabalhadora tem dois sexos”, ou se preferir, a classe trabalhadora, dentro dela as(os) Assistentes Sociais, se faz imprescindível para compreensão e, conseqüentemente, organização da classe trabalhadora.

Fica explícito, assim, a impossibilidade de se pensarem e/ou analisarem as questões de gênero, bem como geração, etnia, etc. sem relacioná-las ou percebê-las dentro das “teias” das relações e conflitos sociais da sociedade capitalista.

Rosanvallon, indo na contramão de uma análise crítica da sociedade, ao defender a “nouvelle question sociale” e a sua proposta de um novo pacto social supraclassista para a construção da “pós-social-democracia”, afirma que “novos campos de conflitualidade social apareceram, não redutíveis [...] ao único confronto de classe: relações homens/mulheres, dirigentes/dirigidos, Estados/regiões, etc.” (*apud* MONTAÑO, 2002, p.115-116). Sobre essa defesa calcada na perspectiva da “nova questão social”, afirma Montañó:

[...] parece que para o Sr. Rosanvallon as relações (e os conflitos) homem/mulher, dirigente/dirigido, Estado/região são coisas do contexto pós-keynesiano. Será que o nosso autor ignora as seculares lutas das mulheres contra a sociedade patriarcal, contra os valores machistas, pelo direito ao voto, pelo acesso ao mercado de trabalho e sua independência econômica? [...] se o econômico (e a questão de classe) não esgota (nunca esgotou) o conjunto de relações sociais, no contexto da sociedade capitalista nada se entende sem nos remetermos a esta questão. As questões ecológica, de gênero, etária, de exclusão social entre Estados e regiões, a xenofobia, entre tantas outras, são inseridas e refuncionalizadas no sistema capitalista de produção e de reprodução das relações sociais. Portanto, nem representam fenômenos novos (e sim novas características e determinações), nem há independência total da questão econômica e de classe. Não há uma 'nova questão social', mas a **velha** 'questão social', derivada (ainda) central contradição capital/trabalho, desdobrada em novos reflexos (2002, p.116, grifos do autor).

Reafirma-se, portanto, a necessidade de trabalhar gênero articuladamente com uma visão de classe, partindo da compreensão de que, para superação das desigualdades sociais, é insuficiente que as mulheres da classe trabalhadora percebam e lutem por iguais condições com os homens, é necessário que possuam identidade classe, para que possam compreender sua situação como trabalhadoras e lutar pelo fim da opressão de classes, o que exige a ruptura com a ordem sociometabólica do capital. Com efeito, afirma Mézáros:

Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na **verdadeira igualdade**, até os esforços legais mais sinceros voltados para a 'emancipação das mulheres' ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade (2002, p. 303, grifos do autor).

É pautado nessa linha de pensamento que o autor faz uma crítica rigorosa (com a qual se concorda) ao discurso da "igualdade de oportunidades" para as mulheres, uma vez que, como foi demonstrado, é impossível de acontecer sem o alcance de uma igualdade substantiva. Essa "promessa de igualdade de

oportunidades” acaba contribuindo para perpetuação do capital e negando a possibilidade de uma verdadeira igualdade, como demonstra Mészáros:

Como a promessa de ‘oportunidades iguais’ é utilizada como desvio mistificador pela ideologia dominante, permanecendo para os que aspiram a uma oportunidade tão impalpável como um sonho impossível, é grande a tentação de virar as costas para toda essa questão da igualdade e procurar vantagens relativas para porções mais ou menos limitadas de homens ou mulheres em posição estruturalmente subordinada. É justamente isso que o artifício ideológico oco da ‘igualdade de oportunidades’ tenciona obter prometendo um avanço em direção a uma condição cuja realização está negando e ao mesmo tempo excluindo a possibilidade de uma ordem social eqüitativa (2002, p. 301).

Da mesma forma que se faz indispensável para as análises de gênero uma visão de classe, a luta de classes articulada com a luta contra a opressão de gênero é fundamental para a conquista de uma sociedade livre, com seres humanos emancipados, como destaca Antunes:

O fim da sociedade de classes não significa direta e indiretamente o fim da opressão de gênero. Claro que o fim das formas de opressão de classe, se gerador de uma forma societal socialmente livre, autodeterminada e emancipada, possibilitará o aparecimento de condições histórico-sociais nunca anteriormente vistas, capazes de oferecer condicionantes sociais igualitários que permitam a verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas (1999, p. 110).

Daí a necessidade de não se abdicar, na elaboração deste trabalho, da teoria marxista, por esta permitir perceber a importância da categoria classe para se alcançar a essência dos fenômenos na sociedade capitalista, mediante uma visão de totalidade. Nesse sentido, afirma Saffioti:

[...] trata-se, pois, de estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças - semelhanças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. A razão última para a existência dessas clivagens pode ser encontrada a (sic) nível macro. As relações sociais, todavia, se inscrevem no plano entre as pessoas. Eis por que não se pode abrir mão de uma postura teórica que permita o livre trânsito entre o plano macro e o nível micro. Este ir e vir constitui requisito

fundamental para a percepção, e posterior análise, da dinâmica social (1992, p. 192).

Partindo das análises até aqui apresentadas, apreende-se a problemática de gênero como uma das expressões da “velha questão social”, uma vez que essas, mediante as diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres, reproduzem desigualdades ao serem apropriadas e refuncionalizadas pelo capital. Deste modo, favorecem a manutenção e o fortalecimento da classe dominante. Assim, gênero é uma mediação de classe.

CAPÍTULO 3

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ORDEM
“SOCIOMETABÓLICA” DO CAPITAL – UMA
ANÁLISE NECESSÁRIA PARA A EMANCIPAÇÃO
DAS MULHERES

Liberdade é pouco, o que queremos
ainda não tem nome.

Clarice Lispector

Neste capítulo será analisada a “divisão sexual do trabalho” e sua relação com as condições de trabalho e de vida das mulheres. Serão ainda problematizadas as determinações da massiva entrada dessas mulheres no mercado de trabalho, no sentido de perceber os interesses de classe muitas vezes omissos nessa “conquista” da mulher no mundo público. Essa análise se faz necessária à medida que, por trás do crescente incentivo e “conquista” das mulheres no mundo do trabalho, o capital possui estratégias manipulatórias em seu benefício, em detrimento de condições dignas de trabalho para as mulheres.

O objetivo dessa análise crítica da relação entre o trabalho desenvolvido por mulheres e o capital é demonstrar a (im)possibilidade da emancipação da mulher nesta sociedade.

Como o nome do capítulo supõe, será também analisada a categoria trabalho, uma vez que a categoria gênero é uma mediação de classe dentro desta sociedade. O “mundo do trabalho” passa, portanto, a ser determinante para análises mediadas por esta categoria. Além disso, o trabalho se constitui fundamentalmente, dentro da perspectiva teórica aqui adotada, como “categoria

fundante do ser social³⁴”, portanto indispensável para qualquer abordagem que venha tratar do ser social.

3.1 Trabalho – categoria fundante do ser social x trabalho alienado

Para se abordar o conceito divisão sexual do trabalho, deve-se necessariamente conceituar a categoria trabalho e analisá-la, embora de forma sucinta, na sociedade capitalista contemporânea, na intenção de apreender as nuances do trabalho feminino nesta sociedade.

A categoria trabalho é central para as análises aqui apreendidas, assim como para qualquer análise que envolva o ser social, uma vez que ela o funda. Com efeito, afirma Sérgio Lessa mediante a investigação ontológica de Lukács:

[...] trabalho [...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (2002, p. 27).

É por intermédio do trabalho, em seu sentido ontológico³⁵, que o ser humano se humaniza, se expressa em suas ações, pois, ao passo que transforma

³⁴ Um dos aspectos centrais da questão social, hoje, é a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho (35% da população economicamente ativa mundial — o que corresponde a 2 bilhões e 500 mil pessoas — encontra-se desempregada ou subempregada). A globalização excludente e desigual estabelece maior exposição das atividades econômicas nacionais à competição externa, ao mesmo tempo em que estimula a incorporação de novos paradigmas tecnológicos e de gestão poupadores de mão-de-obra, objetivando a elevação dos padrões de produtividade e rentabilidade do capital, em nome da concorrência (IAMAMOTO, 1999, p. 115).

³⁵ Entende-se ontologia como a parte da filosofia destinada ao estudo das formas de existência dos seres. “Ciência, doutrina ou teoria do ser ou do ente enquanto tal” (PONTES, 2000, p. 38).

a natureza, objetivando a satisfação de necessidades humanas, se autotransforma. Para tanto, cabe ressaltar que esse processo de **objetivação humana** só se realiza mediante a apreensão racional objetiva dos processos sociais. Nesse sentido, Iamamoto, segundo o pensamento de Marx e Engels, destaca o trabalho sob dois ângulos:

Sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material [...] Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana (2001, p. 41).

Para conseguir configurar-se sobre esses dois ângulos, o trabalho demanda do ser humano a sua “dimensão teleológica”, compreendida como a “capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalho, de modo que, ao realizá-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins” (*op.cit.*, p. 40). Nessa perspectiva, é que Marx desenvolve uma “célebre” reflexão: “[...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (*apud* IAMAMOTO, 2001, p. 40).

O processo de “objetivação humana” na ordem metabólica do capital não acontece, ao contrário, perde-se a dimensão teleológica do trabalho

concreto³⁶. Conseqüentemente, o “ser social” não detém o controle sobre o processo do trabalho que realiza, desreconhecendo-se no produto de seu trabalho, sendo dominado pela mercadoria que produz. Isto é o que a teoria marxiana denomina de “fetichismo da mercadoria”, que produz esse “irracionalismo”³⁷, transformando a relação entre os seres humanos numa relação entre “coisas”, imprimindo uma aparência “impessoal” ao sistema. Nesse sentido, esclarece Mézários:

O sistema do capital não é apenas ‘aparentemente irracional’, mas completa e irremediavelmente **irracional**; além disso, não é ‘impessoal’ em sua natureza real, mas apenas **aparentemente** impessoal. Ou seja, ele é impessoal apenas devido ao **fetichismo da mercadoria** historicamente prevalecente, que faz com que um tipo de relação entre os homens – sob o modo de controle sociometabólico do capital – assumam a seus olhos ‘a forma fantástica de um relacionamento entre coisas’ para que ‘sua própria ação social assumam a forma de ação de objetos que dominam os produtores em vez de serem por eles dominados’ (2002, p. 281, grifos do autor).

Dessa forma, o trabalho deixa de ser um meio de “objetivação humana”, de ser um meio de atendimento a uma necessidade (“valor de uso”), para ser sobretudo uma mercadoria com fins lucrativos ao capital (“valor de troca”, realizado pelo **trabalho abstrato**).

Essa forma de estruturação capitalista tem como objetivo central o favorecimento das condições necessárias para assegurar sua exploração sobre o trabalho, uma vez que somente através deste ocorre produção de riqueza social.

³⁶ O trabalho concreto é o trabalho “formador de valores de uso”, voltado à satisfação de necessidades sociais, “é a condição da vida humana [...]. É a atividade existencial do homem, sua atividade livre e consciente” (IAMAMOTO, 2001, p. 40).

³⁷ Por sua vez, mostra-se que negar a razão, a racionalidade humana, é ratificar essa ordem burguesa e, ao mesmo tempo, distanciar-se da possibilidade de negá-la, questioná-la, pois somente por meio da razão pode-se analisar os seus mecanismos produtores de reificação, dominação e exploração. Negar a razão é negar a condição de humano e sujeitar-se à manipulação exploratória do capital.

Há, pois, que se garantir a reificação para se ter o controle da força de trabalho, e com esta, a da riqueza produzida, que depende da exploração da classe trabalhadora. Situam-se sobre essas bases o antagonismo e a contradição do capital em sua relação com o trabalho, como exposto no primeiro capítulo.

Nesse sentido, Marx afirma que na sociedade burguesa “as diversas **formas do conjunto social** passaram a apresentar-se aos indivíduos como simples **meios** para realizar seus **fins privados**, como **necessidade exterior**” (IAMAMOTO, 2001, p. 38, grifos da autora).

É nessa perspectiva que o trabalho vai se desenvolver no sistema capitalista e, neste desenvolvimento, “tem lugar a divisão do trabalho, fazendo com que a atividade ideal-consciente deixe de ser inteiramente subordinada à atividade prático-material e a atividade intelectual dela se diferencie” (*op. cit.*, p. 42).

A divisão social do trabalho é ainda marcada por dois movimentos na contradição capitalista. Marilda Iamamoto os destaca:

Com a progressiva divisão do trabalho, este se torna cada vez mais social, aprofundando-se a dimensão de **universalidade** do homem como **ente genérico**, isto é, **social e histórico**. De outra parte, a divisão do trabalho e com ela a emergência da propriedade privada geram a repartição desigual do trabalho e de seus produtos. O indivíduo, separado de seu produto, não é capaz de apropriar-se das objetivações (atividades, produtos, meios de trabalho) por ele produzidas como parte do trabalhador coletivo: da ação conjugada de vários indivíduos, reciprocamente dependentes, entre os quais é partilhado o trabalho social (*op. cit.*, p. 43, grifos da autora).

Fica exposta a contradição da sociedade burguesa com a “repartição desigual do trabalho e de seus produtos”. Há, nesse sentido, na divisão social do trabalho, uma apropriação privada dos produtos de um trabalho social e coletivo,

tornando-os meros meios/valores de troca e retirando o seu caráter humano. Uma das mediações presentes nessa divisão social do trabalho, com vistas ao favorecimento da exploração capitalista, assim como todas as outras mediações que o compõem, é a divisão sexual do trabalho, que será debatida a seguir.

3.2. Divisão sexual do trabalho - uma superexploração capitalista

Analisar a categoria trabalho na sociedade capitalista também exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Esta não se dá de forma diferente, mas acentuada com relação à exploração do homem, como afirma Daniele Kergoat: “[...] a exploração, tradução bem conhecida da relação antagônica capital/trabalho, se exerceria mais fortemente (e não diferentemente) sobre as mulheres” (*apud* HIRATA, 1989, p. 89).

“A divisão do trabalho entre os sexos se impôs progressivamente como uma modalidade da divisão social do trabalho” (*apud* HIRATA, 1989, p. 89). Compreende-se, pois, que as tarefas são determinadas nas relações sociais, de modo que uma “tarefa especificamente masculina numa sociedade pode ser especificamente feminina em outra” (*op. cit.*).

Há uma intrínseca relação entre a divisão sexual do trabalho e o caráter contraditório do antagonismo de classe, como aponta Engels:

A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação. E agora eu posso acrescentar: a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no

casamento conjugal e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino (*apud* FERREIRA, 2002, p. 27).

Analisar, portanto, a divisão sexual do trabalho é indispensável para a desvelação do processo de acumulação capitalista e, concomitantemente, da opressão e exploração das mulheres nesta sociedade. Em outros termos, é necessário “desomogeneizar” a classe trabalhadora, percebendo que ela tem “dois sexos”, como apontou Lobo (1991).

Essa necessária “desomogeneização” vem no sentido de analisar as condições concretas das situações de trabalho das mulheres. Nessa perspectiva, Lobo, de acordo com o pensamento de Thompson e Lefort, afirma que:

A homogeneização da classe, conseqüência de sua construção como elemento estrutural, se traduz numa metodologia de aproximação em que não cabe a abordagem concreta das situações de trabalho e, face ao trabalho e à sociedade, da vida cotidiana e das relações que estabelecem homens e mulheres ao vivenciarem as relações de produção, e experimentarem situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais (1991, p. 117).

Partindo dessas considerações, as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem, ser mulher), mas identificar como os significados atribuídos a estas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho. É necessário perceber que a “feminização” do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma “superexploração” sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada.

Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social: sem ela não haveria a produção social; na pública,

pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo.

Ricardo Antunes, analisando a condição da mulher na sociedade capitalista, evidencia o nítido caráter de classe, ou ainda, o “jogo” de interesses presentes por trás dos modelos de gênero estabelecidos. Estes modelos provocam, de acordo com suas palavras, uma “dupla exploração” sobre a mulher, como se pode observar:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (1999, p. 108-109).

Daniele Kergoat aponta, na atual estruturação da divisão sexual do trabalho no âmbito do sistema capitalista, a sua determinação e/ou imbricação com as relações de produção:

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de “trabalho doméstico” não é nem aistórica nem transistórica; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (*apud* HIRATA, 1989, p. 95).

A análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados. Não perceber o conteúdo de gênero presente nas relações de trabalho é produzir uma “distorção que aproxima o discurso sociológico da sociedade espontânea. Ambos partem da natural – portanto, invisível e inquestionável – divisão sexual de papéis sociais” (LOBO, 1991, p. 119).

É preciso, pois, problematizar a divisão sexual do trabalho, compreendida como “atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo”, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher. Esse conceito foi desenvolvido pelas feministas marxistas “como chave para a construção das diferenças de gênero, incluindo os modos ‘masculino’ e ‘feminino’ aparentemente naturais de ser humano” (MATTHAEI, 2002, p. 54).

Dessa forma, “a problemática da divisão sexual do trabalho questiona categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros”, ou, em outras palavras, questiona categorias “sexualmente cegas” (LOBO, 1991, p. 143).

A subordinação da mulher e os “dons” ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da mão-de-obra feminina, pois as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos “naturais”, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas como dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma Lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como ‘menos complexa’” (1991, p.150). Este “menos complexa” vem a ser a “justificação” de desprestígio e de

desvalorização do trabalho feminino.

A não-valorização do trabalho muitas vezes leva as próprias mulheres a não se perceberem como trabalhadoras. Isso faz com que elas se acomodem, não se organizem nem participem politicamente, de forma quantitativa, como os homens, das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou a direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois facilita a aceitação pacífica de sua exploração.

Esse fenômeno não se dá de forma isolada, uma vez que a responsabilidade com o lar e com as(os) filhas(os) recaindo sobre as mulheres reduz seu tempo livre para atividades políticas, além da cultura de passivização e de “adequação” aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens, como historicamente foi determinado³⁸.

A naturalização dos papéis ditos “femininos” é apropriada e reproduzida pelo capital, ao contribuir diretamente para seus interesses econômicos, especialmente, no âmbito da reprodução social, como anteriormente explicitado neste trabalho. Tida ainda como mão-de-obra gratuita, o trabalho da mulher, além de desvalorizado, economiza um grande ônus ao capital. Nesse sentido, esclarece Veloso:

³⁸ Essa análise é fundamentalmente de cunho quantitativo, em comparação com os homens. É importante ressaltar que, mesmo diante de todos esses aspectos históricos, sempre existiram muitas mulheres que se rebelaram contra essa “ordem” ao longo da história. Basta lembrar-se, por exemplo, das mulheres que foram perseguidas e tidas como bruxas, sendo queimadas vivas por lutarem por seus direitos, bem como o assassinato de mulheres, também queimadas vivas, dentro de uma fábrica em Nova Iorque, ao reivindicarem melhores condições de trabalho. Com a emergência do movimento feminista, e mesmo anterior a ele, muitas conquistas foram alcançadas devido à luta dessas mulheres, que estiveram inclusive envolvidas em muitas revoluções.

Para McInstosh, o Estado detém, indiretamente, um importante papel na opressão da mulher, por meio do seu apoio a uma forma particular de lar: 'o lar dependente amplamente de um salário masculino e do serviço doméstico feminino', modelo relacionado, por sua vez, à produção capitalista, na medida em que é funcional à reprodução da classe trabalhadora e à manutenção das mulheres como um exército de reserva de mão-de-obra. Ao realizarem trabalhos domésticos não-remunerados e ao serem amplamente responsáveis pelos cuidados com os filhos, as mulheres estão realizando funções que são essenciais para um funcionamento contínuo e uniforme do sistema capitalista (2001, p. 84).

Sabendo que o Estado em questão é capitalista, percebe-se que a cultura de subordinação da mulher encontra-se diretamente relacionada com a manutenção e reprodução do capital.

O modo de produção capitalista, além de produzir, se apropria e "refuncionaliza" as subordinações das mulheres para o seu fortalecimento. Isso se dá à medida que, por meio dos seus interesses econômicos e pela ideologia que sustenta esses interesses, influencia diretamente na cultura, na educação diferenciada entre os sexos, provocando desigualdades nas relações sociais de uma forma geral.

Destarte, a '[...] ideologia sexista e racista está intimamente ligada às motivações de lucro capitalista [...] O patriarcado e o racismo representam não apenas ideologias eticamente rejeitáveis mas também negócio" (MIES, 1993, p.254). Nesse sentido, ressalta Segnini:

As análises que procuram compreender as formas de dominação e exploração de uma classe de forma homogeneizadora deixam de olhar para situações concretas de formas de uso da força de trabalho da mulher que se apropriam das discriminações sociais presentes na sociedade (1994, p. 44).

Assim, é preciso "desomogeneizar" a classe trabalhadora, para que se percebam os mecanismos velados da exploração do capital que se fortalecem em

cima da reprodução de naturalizações que redundam em discriminações, preconceitos e desigualdades.

Difundem-se, além da “naturalização” de papéis e funções femininas, “justificativas” (falsas) para a posição subordinada das mulheres no mundo do trabalho. Uma delas é a de que as mulheres são menos qualificadas do que os homens. Daniele Kergoat aponta as reais razões desse “fenômeno” social:

[...] em vez de dizer que as mulheres operárias têm uma formação nula ou mal adaptada ao tipo de empregos industriais que lhes são propostos, formação adquirida de início por um aprendizado (a ‘profissão’ de futuras mulheres quando eram meninas) e em seguida por uma ‘formação contínua’ (trabalhos domésticos). As mulheres operárias não são operárias não-qualificadas ou ajudantes porque são mal-formadas pelo aparelho escolar, mas porque são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo (*apud* HIRATA, 1989, p. 94).

Dessa forma, entende-se que a subordinação da mulher no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de “habilidades” ditas “femininas”, voltados a atender os interesses do capital. Assim, é que “qualidades” exigidas das mulheres, como “destreza, minúcia, rapidez”, “são consideradas inatas e não adquiridas”, como “fatos de natureza”, não sociais.

Partindo-se dessas análises, Kergoat indica um “ponto essencial da problemática da divisão sexual do trabalho”:

A vontade de não pensar isoladamente, de não imperializar uma relação social, mas, ao contrário, esforçar-se para pensar conjuntamente, em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo (*apud* HIRATA, 1989, p. 93).

É preciso, pois, desvendar os fatos, vistos aparentemente como naturais, analisando suas determinações. A categoria “divisão sexual do trabalho” aponta para essa perspectiva, configurando-se como um “instrumento” de análise

e desvelamento do real, mais precisamente das relações de exploração desta sociedade, que são transmutadas – no aparente/no senso comum – como “fenômenos” inatos, portanto, também aceitos naturalmente. Nesse sentido, afirma Daniele Kergoat:

[...] a problemática da divisão sexual do trabalho se inscreve na grande tradição da sociologia que é precisamente de ir além das aparências, além do senso comum, para mostrar que o que é percebido como ‘natural’ por uma sociedade, o é unicamente porque codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores, que ela se torna invisível: o cultural torna-se a evidência, o cultural se transmuta em natural (*op. cit.* p. 96).

Nessa perspectiva, compreende-se que as subordinações e explorações sofridas pelas mulheres, por meio de “qualificações adquiridas” a partir das atividades desenvolvidas no desempenho dos papéis sociais a elas imputados, possibilitam uma intensificação da produtividade, conseqüentemente do acúmulo do capital via criação do excedente.

Como pôde ser percebido, faz-se indispensável analisar o uso diferenciado da força de trabalho das mulheres. Para tanto, o capitalismo deve ser pensado não tão-somente através da lógica do capital mas através de um sistema de dominação social, cultural, político, ideológico e também econômico (CASTRO e LAVINAS, 1992).

3.3. Feminização do mercado de trabalho – conquista da mulher ou estratégia do capital?

A entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro configura-se, de acordo com Bruschini, como “uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 70” (1994, p. 63).

Bruschini (1994) aponta ainda que, mesmo com as sucessivas crises econômicas que têm assolado o país a partir da década de 1980, a presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo o urbano, é cada vez mais intensa e diversificada e não mostra nenhuma tendência de retrocesso.

Para se perceber a marcante e massiva entrada da mulher no mercado de trabalho, Hobsbawm apresenta o seguinte dado: “Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população dos EUA. Em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970” (*apud* NETTO, 1996, p. 92).

No Brasil, de acordo com Bruschini, em 1990, “o número de trabalhadoras brasileiras atingiu a cifra de mais de 22,9 milhões, 18 dos quais concentrados na zona urbana [...], representando um crescimento relativo da ordem de 59,7% na década de 80” (*apud* NEVES, 2000, p. 173).

Esse fenômeno merece, pois, uma atenção especial, em busca de perceber os impactos, avanços ou continuísmos em termos de desigualdades sobre o trabalho das mulheres.

Com a crise do capital iniciada na década de 1970, vêm se desenvolvendo movimentos/estratégias/transformações no modo de produção e

reprodução sociais, no campo econômico e político, como forma a garantir seus interesses, dos quais se destacam a globalização e a reestruturação produtiva somada ao neoliberalismo, um “novo” modelo para o Estado. Essas transformações possuem dimensões grandiosas, cujo aprofundamento não se tem, aqui, a pretensão de fazer³⁹.

O objetivo deste item é apenas perceber os principais impactos das conseqüências destas transformações sobre as condições de trabalho das mulheres, ou ainda de analisar como o capital se utiliza das mulheres trabalhadoras para assegurar a efetivação destas transformações. Dessa forma, pretende-se perceber o “fenômeno” da “feminização” do mercado de trabalho dentro de um movimento social mais amplo, apreendendo suas macrodeterminações.

Assim, para se compreender criticamente a expansão da “feminização” do mercado de trabalho, faz-se necessário entendê-la como “parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva” (ARAÚJO, 2000, p. 133).

Esse fenômeno, por conseguinte, leva à necessidade de uma análise além de sua singularidade, da simples aparência expressa em pensamentos como: “a mulher está se emancipando”, “a mulher conquistou sua independência, liberdade e autonomia com a entrada no mercado de trabalho”.

³⁹ Para um maior aprofundamento dessas transformações, ver, dentre outros: CHESNAIS (1997), HARVEY (2002), ANTUNES (1985 e 1999) e NETTO (1995).

Dessa forma, é preciso perceber a particularidade deste fenômeno na ordem metabólica do capital, desvendando quais os processos sociais, econômicos e políticos, e como estes se articulam (e se autodeterminam). Nesta perspectiva de totalidade se engendram as condições para que se possa compreender os interesses ocultos neste fenômeno, as conquistas e/ou de quem são essas conquistas: das mulheres ou do capital?

Mészáros (2002) afirma que “durante o desenvolvimento histórico do capital também são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação das mulheres – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema”. Neste sentido, o autor apresenta em sua análise crítica uma reflexão desveladora desse “fenômeno” ao afirmar que a:

[...] extralimitação do capital por si mesmo em relação às mulheres traz força de trabalho a um número cada vez maior delas, sob o inexorável impulso expansionista do sistema: uma alteração que não pode se completar sem que se levante a questão da igualdade de mulheres, eliminando no processo alguns tabus e barreiras anteriormente existentes. Este movimento – que surge do indispensável impulso do capital para a expansão e não da mais leve inclinação a uma esclarecida preocupação emancipadora em relação às mulheres – erra o tiro no momento oportuno. Não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional das ocupações mais inseguras e mais mal pagas no mercado de trabalho e estejam na péssima situação de representar 70 por cento dos pobres do mundo (p. 304-305).

Observa-se assim, que as “conquistas”, as “potencialidades positivas para emancipação das mulheres” se encontram imbricadas nas contradições do movimento do capital, que engendra estratégias, ao seu favor, transvestidas de “bandeiras de luta” das mulheres. Não é à toa, portanto, que as mulheres, ao contrário da “emancipação”, se encontram submetidas às condições mais precárias do mercado de trabalho, além de sobrecarregadas com as atividades

domésticas (dupla jornada de trabalho) e toda a responsabilização imputada à família sobre os “desajustes” familiares, como bem ressaltou Mészáros.

Ressalta-se assim, que a inserção da mulher no mercado de trabalho não significou, em tese, uma ruptura com a sua responsabilização com as atividades domésticas e com a reprodução social, ou seja, o Estado permanece desresponsabilizado, ou sem impor esse ônus ao capital.

As atividades domésticas permanecem sob a responsabilidade direta ou indireta da mulher, seja por meio da dupla jornada de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar), seja pelo cumprimento de sua “obrigação” em dar conta do trabalho domiciliar mediante a ajuda de uma substituta no período de sua ausência, que pode ser uma filha ou a avó da família, como é comum no Brasil. Nestes termos, destaca Blay:

O trabalho extradomiciliar impõe à mulher, sobretudo à casada, arranjos de ordem doméstica. Ela precisa encontrar uma substituta que cuide dos filhos, pois são irrisórios os serviços oferecidos à comunidade nesta área [...] Portanto, a mulher trabalhadora precisa criar ela mesma as condições para que seus filhos sejam cuidados durante sua ausência [...] No tipo de sociedade em vigor no Brasil o recurso de se deixar as crianças com as avós parece ser muito usado. Isso é possível porque as mulheres de meia-idade não retornaram ao trabalho ou não se integraram a ele nessa etapa de suas vidas e podem ajudar as filhas que trabalham (1978, p. 272 – 273).

Claro que essa dupla jornada de trabalho, a sobrecarga e a exploração, de uma maneira geral são somente imputados às mulheres das classes subalternas. As mulheres pertencentes à classe dominante, mesmo que exerçam atividades extradomiciliares, não realizam trabalho doméstico – que é executado por outras mulheres remuneradas e muitas vezes exploradas pela própria “patroa”.

Essas atividades domésticas, além de sobrecarregarem de trabalho as mulheres, ainda desenvolvem nas mesmas algumas “habilidades”, atualmente exigidas no mercado de trabalho com o advento da chamada “flexibilização”. Sobre as quais, Segnini esclarece:

[...] nas diferentes formas de inserção na organização do trabalho analisadas – trabalho em tempo integral, trabalho em tempo parcial e trabalho terceirizado – a mulher apresenta um elevado potencial de produtividade. **Trata-se de uma nova forma de uso da força de trabalho da mulher que revela, ao mesmo tempo, a apreensão de antigas formas de discriminação assim como o reconhecimento de competências requeridas pelo trabalho flexível, adquiridas pelas mulheres a partir da relação como o trabalho no âmbito privado** (1994, p. 64, grifou-se).

Esta análise denuncia que a “feminização” do mercado de trabalho “não se trata tão somente de uma conquista social das mulheres no espaço público do trabalho assalariado mas, sobretudo, uma conquista do capital” (*op. cit.*).

Mediante as considerações acerca das condições precárias da entrada da mulher no mercado de trabalho, considera-se que, mesmo com o avanço do movimento feminista, o que se difunde hoje como conquista do mercado de trabalho pelas mulheres, pode e deve ser também analisado como uma forma de estratégia do capital para obter maiores lucros. Nestes termos, afirma Mézáros:

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter; exatamente como a ‘concessão’ legislativa às mulheres, no caso da exigência de tratamento igual em relação à idade da aposentadoria, resultou na elevação da sua idade de aposentadoria para 65 anos, em vez de redução da idade masculina para 60 anos, como acontecia com as mulheres (2002, p. 272).

Percebe-se, como é próprio do capital, que há uma apropriação

manipulatória, em seu favorecimento, das lutas do movimento feminista. Compreende-se que essa apropriação é possibilitada, por exemplo, com as transformações ocorridas contemporaneamente no mundo do trabalho, mais especificamente com a flexibilização e a polivalência – trabalhadores(as) multifuncionais. Nessa perspectiva, destaca Neves:

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos em domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquiridas pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo do trabalho e perda de direitos legais.

[...] com a reestruturação produtiva, permanecem a discriminação e a exclusão das mulheres no novo modelo de organização produtiva, trazendo várias conseqüências de sofrimentos não apenas físicos como também psíquicos para as trabalhadoras (2000, p. 182).

Essas transformações, portanto, resultam, resumidamente, numa grande precarização das condições de trabalho e de vida das mulheres, expressas na “terceirização e na subcontratação”, que, dentre outras problemáticas, acarretam a perda de direitos trabalhistas e a instabilidade no emprego.

O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem assim, no sentido de correspondência, com facilidade, às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. Além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às mulheres com o objetivo de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo – por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente – desenvolve a capacidade da polivalência, facilitando o atendimento a essa nova

exigência do mercado de trabalho. Nesse sentido, ratifica novamente Segnini:

A conquista do espaço público do trabalho inserido num contexto altamente informatizado, tendo como estratégia um desempenho profissional caracterizado pela proposta de 'qualidade total', que se transforma em produtividade elevada, revela uma das estratégias das mulheres nesse processo que introduz um novo elemento: o espaço privado, as tarefas domésticas, deixam de ser limitadores para a mulher nesse contexto de trabalho; ao contrário, passam a ser elemento qualificador, em face da possibilidade de ter adquirido socialmente habilidades requeridas pelo trabalho flexível (1994, p. 60).

A flexibilização se expressa na crescente informalidade, na precarização dos direitos trabalhistas, que hoje configuram as novas expressões da “questão social”. Esta flexibilização é também facilitada pela subordinação que historicamente foi imputada às mulheres no mercado de trabalho devido à forma desprestigiada com que suas atividades são vistas ou até mesmo não percebidas como trabalho, “justificando” os baixos salários, o desprestígio e a falta de necessidade de proteção trabalhista. Dessa forma, há uma configuração de “vários tipos de exclusão” no trabalho das mulheres:

[...] segregação horizontal; segregação vertical; trabalho em condições precárias (por exemplo, trabalhos *part-time* e no setor informal); menor remuneração por hora trabalhada (mesmo com o nível de escolaridade equivalente ao dos homens); acesso restrito a créditos e baixa mobilidade ocupacional (POSTHUMA *apud* NEVES, 2000, p.177).

A partir da década de 1990, o Brasil passa a implementar a política neoliberal, iniciada no governo de Fernando Collor de Melo e ratificada nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso. A era neoliberal é marcada pelas privatizações do patrimônio público (seguida de massivo desemprego) e, de uma maneira geral, pela completa desresponsabilização do Estado para com as

políticas sociais. Este é um processo de “minimização do Estado para o social” e “maximização para o capital”.

Assiste-se ao corte dos direitos sociais e trabalhistas (no processo de flexibilização do trabalho), agravando enormemente os índices de pobreza no país, como demonstra Moraes:

O processo de desmonte dos direitos dos trabalhadores passa pela ‘flexibilização’ do trabalho, vale dizer pelo incremento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho e sem direitos. Pelos dados da pesquisa nacional de amostra em domicílio, entre 1990 e 1998, a porcentagem de trabalhadores sem carteira, nas regiões metropolitanas, passou de 42% para 55%, enquanto que os níveis de desemprego cresceram de 5% para 8%. Cerca de 50 milhões de brasileiros (33% da população total) vivem abaixo da linha de pobreza, enquanto 1% dos mais ricos concentra uma parcela da renda superior aos 50% dos mais pobres (2000, p. 93).

Dentro desse panorama, a situação das mulheres ainda se encontra mais agravada, sendo marcada por uma precarização agudizada, como ainda destaca Moraes:

[...] as mulheres, que constituem atualmente de 40% a 50% da força de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens e segregadas em alguns nichos profissionais, especialmente relacionados ao “cuidar”. [...] hoje, no país, cerca de 400 mil meninas de 10 a 15 anos trabalham como domésticas, em condições precárias – baixos salários, dificuldades para continuarem os estudos e com poucas perspectivas para o futuro. Ademais das desvantagens que enfrentam no trabalho as mulheres são também as grandes responsáveis pela esfera familiar. Entre 20% e 25% das famílias são chefiadas por mulheres sós, o que dá a medida do peso dos encargos domésticos e familiares. Nessas condições, como negar que as mulheres continuam sofrendo os efeitos combinados da exploração de classe e da discriminação sexual? (2000, p. 93).

Cristina Bruschini também demonstra a violência de gênero sofrida pelas mulheres no mundo do trabalho, ao constatar, em pesquisa realizada na década de 1990, no Brasil, as desigualdades a que estão submetidas, inclusive as trabalhadoras de nível superior, com qualificação profissional. Cita ainda o Serviço

Social e outras profissões consideradas femininas que permanecem à mercê das desigualdades de gênero. Com efeito, destaca Bruschini:

[...] as trabalhadoras continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não-remunerada ou na domiciliar. Condições precárias de trabalho – como baixos índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social – podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. **As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo do trabalho.** Nada disso parece ter sofrido grandes mudanças (2000, p. 56, grifou-se).

Como se percebe, há uma série de continuísmos no tocante à desvalorização e exploração da força de trabalho feminina, na persistência da divisão sexual do trabalho e todas as suas conseqüências negativas para as mulheres, reproduzindo os “guetos” femininos desprestigiados no mundo do trabalho, como ressalta Neves:

Conforme o relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, '[...] as mulheres representam 48% da força de trabalho do setor terciário e apenas cerca de 20% nos casos da agricultura e da indústria'. Em 16 ocupações do setor formal, elas comparecem com mais de 50%, ressaltando-se alguns deles como verdadeiros guetos femininos, como: costura, 94%; magistério do 1º grau, 90%; secretariado, 89%; telefonia/telegrafia, 86%; enfermagem, 84%; recepção, 81% (2000, p. 174).

Assim, mesmo em tempos considerados “avançados”, o que se demonstra é a necessidade da organização e luta das mulheres, inclusive no âmbito do Serviço Social, por ser uma das profissões impactadas com a subordinação da mulher no mundo do trabalho e na sociedade de uma forma

geral. Essa relação entre Serviço Social e feminização do trabalho, bem como com a luta das mulheres será aprofundada no próximo capítulo.

3.4. Emancipação das mulheres – um imperativo para a ruptura com o capitalismo

A emancipação das mulheres não implica apenas na equidade entre os gêneros, pois se o fosse não haveria mulheres sendo exploradas por mulheres, como já sugerido na discussão da relação entre gênero e classe, mas fundamentalmente na abolição do trabalho assalariado, da propriedade privada e do capital, como afirma Tonet:

Assim como na sociedade capitalista o ato fundante é a compra e venda da força de trabalho, na sociedade emancipada o ato ontológico-primário terá que ser o trabalho associado, uma forma de trabalho que abole o trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, com todos os seus corolários. Isto permitirá desenvolver ainda mais intensamente a riqueza humana, agora, porém orientada para a satisfação das necessidades humanas, além de possibilitar a diminuição do tempo necessário, aumentando o tempo livre. [...] não será mais o capital que decidirá o destino dos indivíduos e da sociedade e sim os próprios indivíduos. A base desta possibilidade está precisamente no ato ontológico-primário, que é o trabalho associado. Pois é neste momento que se decide quem tem acesso e de que modo à riqueza produzida. [...] estará dada a possibilidade de que todas as outras decisões sejam tomadas livres e conscientemente pelos próprios homens. Homens não mais apenas formalmente livres, mas realmente livres. Não mais formalmente iguais, mas realmente iguais, mas de uma igualdade que não só abole a diferença, mas admite e exige a diferença (1997, p.174-175).

A emancipação, portanto, tanto de homens quanto de mulheres, não ocorre sem a independência do trabalho assalariado – determinado pela exploração e determinante dela, da dominação e do estranhamento – que impossibilita qualquer forma de libertação. É preciso, em outras palavras:

[...] enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem (MÉSZÁROS, 2002, p.273).

Essa emancipação, no entanto, deve ser percebida dentro de uma dimensão de totalidade, não apenas limitada ao “gênero”, caso haja a pretensão de que seja verdadeira e plena. Para percebê-la dentro desse parâmetro, utilizar-se-á da análise de Mészáros acerca da relação entre a luta das mulheres e a busca de emancipação:

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela **igualdade verdadeira** que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no ‘macrocosmo’ abrangente da sociedade e igualmente no ‘microcosmo’ da família nuclear (2002, p. 271, grifos do autor).

O que o autor demonstra é que a desigualdade entre homens e mulheres não deixará de existir, seja no “macrocosmo”, seja no “microcosmo” (família), caso não se desafie diretamente o capital, uma vez que este impõe, a desigualdade em todas as esferas societárias. Assim é que a família nuclear “não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores” (*op. cit.*).

Dessa forma, nota-se que a demanda por igualdade e a oposição ao autoritarismo não pode ser percebida como uma “mera questão de relacionamentos pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de

famílias específicas”. A igualdade só será real se for afirmada no “macrocosmo” do capital, e a família – estando a ele subordinada e determinada para assegurar as condições de existência do capital –, não tem como romper com a desigualdade.

Caso a família rompesse com esses “imperativos estruturais da sociedade”, afirmando a verdadeira igualdade, estaria atingindo diretamente a sobrevivência da produção e reprodução do capital (*op. cit.*). Tem-se, portanto, que perceber a necessidade de ruptura com esta ordem para se alcançar a emancipação, como brilhantemente aponta Mészáros:

Implorar a um sistema de reprodução sociometabólica profundamente perverso – baseado na perniciosa divisão hierárquica do trabalho – a concessão de ‘oportunidades iguais’ para as mulheres (ou para o trabalhador), quando ele é **estruturalmente incapaz** de fazer isso, é transformar em zombaria a própria idéia de emancipação. A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade (2002, p. 289, grifos do autor).

O que se quer deixar claro é que, apesar das conquistas alcançadas, como direito ao voto e à educação (conquanto seja necessário analisar em que condições esses direitos se efetivam, ou se é que se efetivam para as mulheres pobres), ainda há muito por que lutar, uma vez que as “mudanças não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural, assim como a eleição de governos social-democratas e trabalhistas em nada emancipou o trabalho do domínio do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 277).

Conclui-se que há uma impossibilidade, na ordem metabólica do capital, de haver igualdade, de haver, portanto, a emancipação da mulher, assim como do homem, à medida que “[...] a estrutura de comando do capital sempre foi

– e para sempre será – totalmente incompatível com a idéia de conceder a qualquer pessoa igualdade substantiva na tomada de decisões [...]” (*op. cit.*).

A falta de poder de decisão, de autonomia das mulheres está, pois, vinculada, ou melhor, determinada pelos “imperativos absolutos e os ditames autoritários do capital”. E isto se dá “por causa de seu papel decisivo na reprodução da família”, que por sua vez “ocupa uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital: ela é seu ‘microcosmo’ insubstituível de reprodução e consumo (*op. cit.* p. 278).

A luta por igualdade e emancipação das mulheres, portanto, deve, senão, exige, ir além do discurso formal da justiça, uma vez que a justiça legal não leva à igualdade substantiva, como demonstra Mézáros:

A única maneira possível de realmente dar uma base à própria justiça, retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz de regulamentação de todas as relações humanas. [...] somente a igualdade substantiva pode ser a base de uma justiça significativa, mas nenhuma justiça legalmente decretada criaria uma igualdade legítima [...]. Portanto, quaisquer tentativas de conciliar este sistema com os princípios da justiça e da igualdade são inevitavelmente absurdas (2002, p. 305-306).

Assim é que o autor ironizando sobre a “promessa irrealizável de oportunidade igual”, compara-a com uma “cenoura inalcançável na frente do burro”. E conclui: “A promessa de ‘imparcialidade’ e ‘justiça’ em um mundo dominado pelo capital só pode ser o álibi mistificador para a permanência da **desigualdade substantiva**” (*op. cit.* p. 305, grifos do autor).

A luta das mulheres, entretanto, se pautada num movimento pela verdadeira liberdade e igualdade (substantiva), põe em xeque as estruturas da ordem capitalista:

[...] é significativo que, estando a liberação das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (MÉSZÁROS, 2002, p. 307).

Daí decorre a importância desta luta, que deve estar vinculada com a luta geral da classe trabalhadora em busca da igualdade substantiva, condição indispensável para se alcançar a verdadeira emancipação humana.

CAPÍTULO 4

FEMINIZAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA – RENOVAÇÃO OU CONSERVADORISMO?

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável, romper a incabível prisão
Voar no limite improvável, tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei de vencer por um pouco de paz (...)
E assim seja lá como for, vai ter fim a
infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor brotar do impossível chão.

Autor(a) desconhecido(a)

Neste capítulo será abordada mais profundamente a pesquisa de campo deste trabalho, que teve como objetivo analisar se as concepções das assistentes sociais, na atualidade, mediante as transformações ocorridas na profissão, conseguem perceber as condições de gênero imputadas à profissão e, conseqüentemente, resistir a elas. Enfim, perceber se a profissão rompe, ou aponta uma ruptura, com o conservadorismo no tocante às relações de gênero, e, por conseguinte, se está avançando no processo de renovação do Serviço Social.

Aponta-se a relevância da categoria gênero, dentro de uma perspectiva crítica, para o Serviço Social à medida que a profissão trabalha diretamente com mulheres e homens nas teias das relações sociais. E, sendo as relações de gênero um dos elementos constitutivos dessas relações sociais, torna-se indispensável trabalhar a dimensão esta dimensão para a garantia de um exercício profissional condizente com a análise de totalidade. Nesse sentido, afirma Veloso:

Entende-se que o gênero está presente cotidianamente na sociedade, ainda que obscuramente, e a sua problematização torna-se ímpar para a (o) assistente social. O fato de o gênero ser um dos elementos constitutivos das relações sociais nos coloca a demanda de investimento no que tange ao seu estudo e seu entendimento. Apesar de nem sempre serem percebidas, as relações de gênero fazem parte do cotidiano profissional da (o) assistente social, que deve ter, por isso, uma formação que dê subsídios para a realização de uma análise capaz de desvendar o conjunto das relações sociais nas quais se inscreve. O estudo das relações de gênero constitui-se, portanto, como um pressuposto para uma intervenção profissional eficaz (2001, p.71).

A importância em se debater sobre as relações de gênero no interior da profissão é ainda ressaltada por favorecer a análise das relações sociais, fazendo com que a profissão caminhe rumo ao que preconiza uma das diretrizes da formação profissional, como destaca Veloso:

[...] luta-se para que a discussão da formação profissional em serviço social absorva o debate sobre as relações de gênero, atentando para a importância que essa categoria possui para a análise das relações sociais. Deste modo, a profissão caminhará rumo a uma das diretrizes preconizadas na discussão da formação profissional em serviço social, qual seja, “a apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social” (2001, p. 72).

A compreensão e a análise de gênero, sendo uma das dimensões indispensáveis para o desvendamento das relações sociais, é também indispensável para a compreensão e enfrentamento da questão social, ou seja, “[...] a reflexão sobre esta última se potencializaria a partir da utilização do instrumental analítico oferecido pelo primeiro, o que traria muitos frutos tanto no plano teórico-metodológico quanto no plano prático-operativo do serviço social”, tendo em vista a relação histórica estabelecida entre essas categorias (VELOSO, 2001, p.72).

Nesse sentido, ressalta-se a importância, para o Serviço Social, em se trabalhar a categoria gênero, como um instrumental para a análise e enfrentamento da “questão social”, bem como para a percepção das especificidades da “feminização” da profissão e as implicações destas para a categoria profissional.

Assim, a categoria profissional poderá ter subsídios concretos para combater a subalternidade e desprestígio sociais, conferidos historicamente às profissões exercidas predominantemente por mulheres.

4.1. Análise das concepções de gênero das Assistentes Sociais

Como foi demonstrado, a relação entre gênero e Serviço Social aponta para a necessidade de se perceber o caráter peculiar da “feminização”, tanto para a categoria profissional, quanto para as usuárias de seus serviços.

Alerta-se, porém, que as análises de gênero devem estar pautadas na crítica à vertente pós-moderna e/ou na teoria social crítica, para que se tenha confluência com o Novo Projeto Profissional e não se caia nas “armadilhas” e equívocos dessa vertente. Este alerta é feito à medida que os estudos de gênero, como foi comentado, encontram-se “embebidos” dessa teoria. E, como esses estudos vêm crescendo dentro do Serviço Social, configurando-se a partir da década de 1990 como uma área de produção de conhecimento na profissão, pode-se ter um canal aberto às influências “neoconservadoras”, o que contribui para o retrocesso, ao invés de avanço, à renovação do Serviço Social.

4.1.1. Concepção sobre mulher e ser mulher

Das cinco entrevistadas, apenas duas ressaltaram as dificuldades que têm que enfrentar na sociedade pelo fato de serem mulheres. Lua demonstra a

necessidade de uma ruptura com o “modelo de mulher” estabelecido na sociedade, ressalta a busca por autonomia e liberdade, sem a incorporação de papéis e/ou “qualidades” pré-estabelecidas, ou seja, Lua põe em xeque o modelo conservador de gênero e percebe que a construção do gênero é histórica, como se pode observar abaixo:

Ser mulher... você não nasce mulher, à medida que a gente vai desenvolvendo, a gente vai se orientando para ser homem ou mulher [...] eu gosto de ser mulher... agora, também acho que, apesar de gostar de ser mulher, eu acho que é difícil, é difícil, porque a gente tem que enfrentar olhares tortos. Quando você quer fazer coisas que não eram esperadas... acho que é difícil você tá tendo que ficar todo tempo ganhando fôlego pra lutar, pra mostrar quem você é. [...] Eu acho que a tendência geral, que é de dizer que ser mulher é ser carinhosa, ser dedicada, ser delicada, e o homem é ser isso, ser aquilo. Eu acho que ser mulher é ser um ser humano, e que à medida que você nasce e cresce, você vai aprendendo a ser alguém que pode pensar como os homens pensam, no sentido de que tem a mesma capacidade. É uma pessoa que tanto pode ser delicada como grosseira, que tanto pode gostar de futebol, como pode gostar de boneca. [...] Não sei se dizer o que é ser mulher é dizer quem eu sou, talvez fosse isso, porque não existe um ser mulher, existem várias mulheres com identidades diferentes. [...]. Então assim, ser mulher..., cada mulher vai saber como é ser mulher e o meu ser-mulher é ser como eu sou e não necessariamente a medida para as outras mulheres, porque não existe medida para ser mulher.

Terra, além de ressaltar a dificuldade em ter que se afirmar como mulher trabalhadora, associa essa dificuldade à necessidade de reconhecimento da assistência social e da profissão:

Muito bom, eu gosto de ser mulher [...] apesar de ter momentos difíceis, eu gosto de ser mulher, me acho mulher feminina, gosto de batalhar por espaço, sei que é difícil, uma mulher profissional, **o homem profissional, o homem é sempre mais reconhecido**. Por isso já pensou se começa a entrar muitos homens no Serviço Social e ele muda, estamos fritas... (risos) [...] a gente sempre está batalhando por nosso espaço, me sinto uma batalhadora incansável por uma assistência social reconhecida, de ser reconhecida como assistente social [...].

Nota-se nitidamente nesse depoimento a relação de subalternidade que é conferida às mulheres no mundo do trabalho, no qual o homem é sempre mais privilegiado, ou, nas palavras de Terra, “mais reconhecido”. Daí a necessidade da “batalha incansável” pelo reconhecimento da assistência social e do Serviço Social, por serem predominantemente compostos por mulheres.

Estrela ressalta algumas lutas e conquistas das mulheres, porém aponta-as como uma vitória plena, não destacando nenhuma dificuldade da condição de ser mulher na sociedade, como se pode observar:

Eu acho que acima de tudo é ser uma vitoriosa. Sabe, eu acho que hoje a gente está caminhando, eu já acho que nós **já somos vitoriosas**. A gente já chegou na nossa vitória porque, eu acho assim, tipo... se fosse ver a questão da mulher, a postura da mulher, por exemplo, há 50 anos atrás, há 30 anos atrás, eu acho que hoje já somos vitoriosas. A gente veio esse tempo todinho, aos poucos, conquistando o nosso espaço, pra chegar hoje, pra ser vista... o que a gente é, ter a parte profissional, ter seu lugar tanto no trabalho, na parte profissional, na família, ao lado de um homem, então, eu acho que nós somos vitoriosas.

Sol, assim como Estrela, não destaca e/ou não percebe as desigualdades de gênero que afetam as condições de vida das mulheres, afirmando que ser mulher “é gostoso, é muito prazeroso”.

Água demonstrou em seu depoimento a dificuldade em se opor e resistir aos modelos conservadores sobre a mulher e, de certa forma, contribui para a reprodução desses modelos, afirmando inclusive ser “machista” e anular suas vontades por conta de seu marido:

[...] à medida que a gente cresce vai mudando os valores. Quando eu era adolescente, eu pensava que ia fazer tudo diferente do que minha mãe fez [...] que não ia simplesmente me submeter à voz de um homem e, enfim, eu ia tentar ser feliz [...], mas aí cresci, comecei a namorar. Menina... foi totalmente ao contrário [...] não que eu tenha repetido a mesma história, mas foi bem parecida e hoje em dia, com o meu esposo [...] eu gosto de umas blusas mais ou menos finas, transparentes, mas

não são imorais, mas ele olha pra mim e diz: tu vai só de sutiã trabalhar? Eu tento falar alguma coisa, mas acabo voltando e trocando de blusa, tá entendendo? [...] Talvez eu me anulo [sic], talvez não... **eu me anulo anulando a minha vontade**, mas em compensação eu sempre me coloco no lugar dele. E como eu sei que ele é orgulhoso, eu **sei que ele é machista e eu sei que eu também sou**, aí eu acabo voltando e acabo trocando de blusa.

Esse depoimento demonstra o quanto ainda persiste a falta de autonomia das mulheres sobre seu corpo e suas vidas de uma forma geral. Vale ressaltar que se trata de uma Assistente Social, formada na contemporaneidade, porém, com uma concepção ainda subordinada ao modelo conservador de gênero. Conseqüentemente, pode-se crer na dificuldade desta profissional em resistir a esse modelo tanto em relação à categoria profissional quanto às usuárias do Serviço Social.

Paradoxalmente a essa resignação apontada, ou anulação, como a própria coloca, Água ressaltou, ao responder à indagação de como ela se sentia mulher, que foi em um momento de enfrentamento ao marido que se sentiu pela primeira vez mulher. Apesar de se submeter a uma relação machista e, de certa forma, reforçá-la, o enfrentamento dessa situação, a saída da posição de anulação a fez se sentir mulher, como demonstra nestas palavras:

Eu acho o seguinte, eu sou feliz desse jeito. Não que eu vá, por exemplo, não é que, se um dia ele levantar a mão pra mim, ou bater ou coisa assim, eu vá me sentir mulher e feliz por causa disso. Mas eu acho que tem aquela história do limite. Tem certas coisas que eu, como machista, eu ainda aceito, mas tem outras que de jeito nenhum e, a gente quase chega a um extremo desses uma vez. Mas aí eu fui bem clara com ele e principalmente não baixei a vista, **aí pela primeira vez eu me senti realmente mulher**, nem quando eu pari eu tinha me sentido desse jeito.

Este depoimento evidencia o quanto é importante o enfrentamento da opressão de gênero para a auto-afirmação, valorização, auto-estima e autonomia

das mulheres. Porém, isso não deve ser feito apenas em casos extremos, mas em todas as situações de opressão, inclusive as mais “sutis” e “veladas”, por serem estas que asseguram cotidianamente a subalternidade e a resignação das mulheres aos homens.

4.1.2. Concepção sobre homem

Confrontando-se as concepções sobre o feminino e o masculino, verifica-se que houve nesta última um avanço em termos quantitativos, levando em conta que as cinco entrevistadas demonstraram uma crítica ao modelo conservador masculino. Uma delas, no entanto, conquanto tenha tecido críticas ao modelo tradicional masculino, acabou naturalizando-o como intrínseco ao homem, assim como naturalizou a “simplicidade” como sendo imanente à mulher. Com isso, abre-se precedentes para se reproduzir o pensamento sobre uma “essência masculina” e “feminina”, como se as relações de gênero não fossem determinadas socialmente. Nesse sentido, afirma Sol:

É ser machista, o homem é muito machista. Ainda vejo o homem masculino ainda muito como machismo. [...] Deveria ser mais delicado, romper com a questão do dominar, do mandar [...], mais simples na sua forma de tratar, de se dirigir a alguém, o homem complica demais [...], **mulher resolve as coisas com mais simplicidade, sem rodeios.**

Opondo-se ao modelo tradicional masculino e considerando importante a equidade entre os gêneros, Terra ressalta:

Eu não vejo mais o homem como aquela pessoa que tem que sustentar a família, tem que prover a alimentação dos filhos, tem que dar aquela pensão pra mulher [...] eu vejo o homem que pode ser companheiro, meu

companheiro, companheiro de trabalho, que a gente pode crescer junto, mas que **ele não é mais do que eu, nem eu sou mais do que ele**.

Estrela e Água apontam para uma crítica ao modelo dominante do ser homem, ao mesmo tempo demonstram que os homens também sofrem violência de gênero:

Eu não vou dizer que ser homem é ser proteção, como se eu tivesse reproduzindo aquela coisa de antigamente, que eu acho que **ele também sofre com isso**, com essa questão do homem ser forte, de ser o mais forte, de proteger, de sustentar [...] ser homem é ao mesmo tempo aquela pessoa que protege, mas ao mesmo tempo quer ser protegido também, aquela relação mútua que pode existir entre o casal (Estrela).

[...] **eu acho que ser homem hoje em dia tá mais difícil que ser mulher** [...] justamente por causa dessa carga de machismo, essa questão do orgulho, porque hoje em dia as mulheres são muito mais mulheres digamos assim, né? Elas estão saindo, indo pra luta, estão trabalhando [...] (ÁGUA).

É importante, porém, refletir que, apesar de ser legítima a percepção da violência de gênero masculina com a cultura do machismo, não se pode deixar de analisar que essa cultura oprime e subordina muito mais as mulheres, diferente do que Água afirma ao enfatizar “que ser homem hoje em dia tá mais difícil do que ser mulher”. Basta para isso lembrar da relação de gênero e trabalho - como foi apontada no terceiro capítulo deste trabalho -, da “feminização da pobreza” e das mais variadas violências sofridas pelas mulheres, das quais o agressor, geralmente, é o seu “companheiro”.

Lua avança nas concepções apresentadas, visto que, além de perceber a violência de gênero masculina, deixa claro em seu depoimento que os “modelos” de gênero são construções sociais. Portanto, ser homem – de uma determinada forma – pode ser considerado ser mulher. Abrem-se com isso as possibilidades

para a desmistificação do conservadorismo em torno do homem e da mulher, condição indispensável para se avançar na luta contra as desigualdades que envolvem as relações de gênero. Para Lua, ser homem:

É também escolher entre ser delicado e ser grosseiro, é gostar de bola ou gostar de cozinhar ou gostar de boneca. E, assim, acho também que **ser homem é difícil no sentido que tem que tá todo o tempo provando que eu é homem, homem no sentido do macho.** Não é homem no sentido de ser do sexo masculino, de ser macho, de tá mostrando que não é homossexual, mesmo que, na minha concepção, ser homossexual não deixa de ser homem, é um homem com orientação sexual diferente. Então é isso, ser homem não é como se fosse ser mulher, **é ser um ser humano que também se constrói na medida que nasce..., que pode ter uma orientação de gostar de coisas que a gente espera que seja de mulher, ou gostar de coisas que a gente espera que seja de homem, cada um vai definir a sua identidade.**

É importante ressaltar que não basta analisar o que é o “ser-homem” ou o “ser-mulher” como construções sociais, mas problematizar todas as determinações dos “modelos de gênero”, como e por que são desenvolvidos, qual a ideologia que o condiciona e a que classe beneficia. Enfim, perceber a raiz da subalternidade feminina e suas conseqüências.

Nenhuma das entrevistadas fez essa relação, o que designa uma preocupação para o amadurecimento dos estudos de gênero pautados numa perspectiva crítica e de totalidade dentro da profissão. Logo, é preciso retomar essa discussão dentro de uma análise de classe, relacionando as expressões micro e cotidianas da subordinação das mulheres com os interesses e as determinações de classe, como foi apontado nos capítulos anteriores deste trabalho.

4.1.3. Concepção sobre maternidade

Parir, criar, gerar e provar, nosso destino valoroso...
Joyce

A maternidade historicamente foi vista como uma extensão do ser mulher, algo considerado como uma “missão sagrada” e, por assim dizer, traçado como “destino” das mulheres, consoante ressalta a música de Joyce, referenciada acima. Por trás dessa ideologia da maternidade, encontram-se as determinações da responsabilização da mulher com a produção e reprodução da força de trabalho e da reprodução social como um todo, pois a maternidade vem carregada de outros “papéis”, considerados “implícitos” a uma “boa mãe”, “boa mulher”, “boa esposa”. Ou seja, não é exigido da mulher apenas o “papel” de gerar e parir, mas, sobretudo, o de “cuidar” das crianças e de garantir-lhes todas as condições de desenvolvimento. A família, como já sumariamente analisada, na ordem do capital, encontra especial papel para assegurar sua reprodução, recaindo sobre a mulher a responsabilidade pelo seu “equilíbrio”.

Ser mulher foi virando sinônimo de ser mãe, como se para ser mulher verdadeiramente, de forma plena, completa, fosse necessário ser mãe com todas as extensões que esse “papel” e/ou “missão” carrega. Missão esta, inspirada, em especial, na influência do “marianismo”.

No período do surgimento do Serviço Social, as Assistentes Sociais pioneiras concebiam o papel ou missão da mulher exatamente dessa forma, atribuindo inclusive toda a responsabilidade com as expressões da “questão

social” às mulheres, às mães, em especial, àquelas ligadas às crianças e adolescentes.

As Assistentes Sociais entrevistadas – todas formadas, vale ressaltar, a partir de 1993, portanto, com uma formação profissional radicalmente diferenciada das pioneiras – não reproduziram em nenhum depoimento a responsabilização da mulher com a “questão social”. Duas delas, todavia, demonstraram ruptura com o binômio “mulher-mãe”:

[...] eu não acho que ser mulher é ser mãe. Nem todas as mulheres nasceram pra ser mãe, pra mim isso não existe (LUA).

[...] se você não optou por ser mãe, você é mulher da mesma forma (Sol).

Esses depoimentos apontam na direção de autonomia sobre o corpo e a vida das mulheres, sobre seu direito de escolher em ser ou não-mãe, sem que essa opção interfira na sua condição de ser mulher.

As demais demonstraram como os valores do “marianismo” ainda permanecem sobre as mulheres, inclusive no caso interno do Serviço Social, considerando a maternidade como condição de ser “mulher realizada”. Ao serem interrogadas sobre o significado da maternidade, as mesmas responderam:

Pra mim, é o meu sonho. **Pra me sentir completa como mulher eu preciso ser mãe**, vejo que aquela questão de ter alguém pra você proteger, pra você ensinar, alguém pra caminhar junto com você, você vê crescer... é essencial (TERRA).

[...] uma coisa muito desejada, até a questão de ser mulher... [...] eu perdi o ovário esquerdo [...] e eu me senti assim... com relação a isso assim... meio atrás da fila [...]. É uma das etapas de ser mulher na minha concepção (ÁGUA).

Eu acho que a maternidade, ela é o momento mais feliz. Esse momento da vida mais feliz de uma mulher, eu acho que é quando ela se completa (ESTRELA).

Apesar de nenhuma das entrevistadas terem associado as mulheres ao trato com a “questão social”, ou mesmo de responsabilizá-las pelas refrações desta, a maioria das entrevistadas reforçou o “mito da maternidade”, radicalmente combatido pelo movimento feminista por residir nele um dos grandes sustentáculos da cultura de submissão feminina, que por sua vez é o que modela a naturalização da responsabilização da mulher para com a reprodução social.

4.1.4. Concepção sobre divisão sexual do trabalho e responsabilidades na esfera privada

Dentro de uma perspectiva crítica, sabe-se que a responsabilidade com a reprodução social cabe ao Estado, no entanto, como já apontado, grande parte dela é imputada às mulheres. Isso exige lutas políticas para exigir, fundamentalmente, do Estado o cumprimento de suas obrigações, inclusive para banir ou, por outra, mitigar a “dupla” e muitas vezes “tripla” jornada de trabalho.

Apesar desta clareza e, portanto, de se ter ciência que a luta contra a superexploração da mulher no âmbito privado não deva ser limitada às “relações compartilhadas”(a divisão de tarefas com o companheiro), é preciso fazer algumas mediações para não se cair em visões fatalistas como: “temos que lutar apenas para que o Estado cumpra suas obrigações e não tirar a exploração sobre as mulheres e pôr nos homens...”

Acredita-se pois, que compartilhar com os homens a responsabilidade

com a esfera privada e de reprodução social – as atividades domésticas e as responsabilidades em geral, historicamente tidas como “obrigações femininas” –, é fundamental também para a amenização da sobrecarga de trabalho das mulheres e, fundamentalmente, de desnaturalizar papéis de gênero. Não no sentido de desresponsabilização do Estado, mas de construção de novos valores que contribuam para o fim das violências de gênero.

Compreende-se assim, que as “microrrevoluções cotidianas” e a disputa de valores também são fundamentais para a construção de uma nova sociabilidade, na qual não caiba qualquer tipo de preconceito, exploração e opressão, mas que possa florescer a sensibilidade, o respeito e a afetividade entre as pessoas. Dessa forma, faz-se necessário relacionar essas lutas “micro”, cotidianas, com a luta geral da sociedade (luta de classe).

Ao serem indagadas sobre a quem competem as tarefas domésticas, se ao homem ou a mulher, as entrevistadas, com exceção de Sol e Água, afirmaram ser de ambos igualmente.

Sol, embora diga (brincando) que deveria ser do homem, reforça a naturalização desse “papel” como sendo mais da competência da mulher. Nesse sentido, ela responde à pergunta “a quem compete as tarefas domésticas?” da seguinte forma:

Nossa, é do homem! (risos) É pra ser mais dele (risos), mas a gente não dá pra se distanciar disso aí [...] ainda é da mulher, não tem pra onde fugir. É a mulher que tem que dar as orientações. Mas eu queria que fosse dos dois [...], mas as tarefas domésticas ainda é (sic) da mulher [...]. A mulher tem mais competência pra administrar sem dúvida, homem não tem conhecimento não.

Água também afirmou caber mais à mulher, apesar de “tentar não

diferenciar”:

Na minha opinião machista, à mulher. Mas é o seguinte: hoje em dia não, eu tento não diferenciar. Na vida eu tento mostrar pra ele que, tanto eu como ele, somos responsáveis pela organização da casa, embora eu não consiga nem 20% do que eu quero, do meu objetivo[...] meu menino também vai no mesmo caminho[...] cai mais pra mim do que pra eles.

No que toca à responsabilidade sobre a Contracepção – DSTs/AIDS, educação, saúde das(os) filhas(os) – todas as entrevistadas afirmaram que essas responsabilidades devem ser divididas igualmente entre homens e mulheres, o que demonstra um grande avanço se compararmos com as concepções conservadoras das Assistentes Sociais pioneiras, que atuavam, de forma generalizada, voltadas à responsabilização da mulher em todos os aspectos que envolvessem a família e a reprodução social. No entanto, é significativo observar que, das cinco Assistentes Sociais entrevistadas, duas não conseguem concretamente resistir à responsabilização da mulher pelas tarefas domésticas, o que reforça também a naturalização da mulher como responsável por essa esfera (fundamental) da reprodução social.

4.2. Análise das concepções acerca da relação gênero e trabalho

Este item tratará das concepções das entrevistadas sobre as condições de vida e de trabalho da mulher na sociedade, com o objetivo de analisar a percepção delas sobre as desigualdades a que está submetida a maior parte do público usuário da assistência social e, por que não dizer, do Serviço Social: as

mulheres trabalhadoras.

Desvelar as relações de desigualdade de gênero é fundamental para o compromisso da profissão em eliminar as diversas formas de preconceito, opressão e exploração, neste caso específico, em torno das mulheres.

Nesta perspectiva, apenas duas entrevistadas demonstram criticidade para analisar a condição da mulher na sociedade. Ressaltando a persistência da subalternidade, das dificuldades em ser mulher, da falta de discussões que possibilitem a muitas mulheres desnaturalizar e perceber sua condição na sociedade, bem como a importância e a necessidade de se permanecer lutando. Nestes termos, argumenta Lua:

Apesar dos avanços, das conquistas do movimento feminista e das conquistas que a gente faz no dia-a-dia mesmo da gente (cada uma faz sua conquista), **eu percebo que continua ainda sendo muito difícil porque essa condição de você ser subalternizada, de você ser subjugada, de você ser marginalizada ainda está impregnada e muito presente na sociedade e que nem todas as mulheres têm acesso a essa consciência... consciência não, a essas discussões que podem levar a um pensar diferente da condição de mulher de cada uma. Acho ainda que tá muito complicado ser mulher, ainda tem muito leão pra gente matar, mas é o tempo, e é a gente pensando o que tem que acontecer, o que pode acontecer e lutar pra isso.**

Dentro desta análise, Terra também reconhece a importância e a necessidade de as mulheres permanecerem conquistando espaço e de estarem conscientes de seus direitos:

Eu vejo que ela conquistou muitos espaços, mas ela tem que ser uma eterna conquistadora. Ela não pode parar de conquistar. E ela tem um papel essencial, porque nós somos mais mulheres do que homens na sociedade. Ela tem que ter consciência de que ela pode mudar, ela pode mudar o ritmo da sociedade, não como aquela protetora, mãezona... mas como uma profissional, uma pessoa consciente dos seus direitos [...].

Água tece crítica à questão da desigualdade salarial no mercado de trabalho, mas não consegue desenvolver sua análise, como se segue:

[...] a maior barreira é o preconceito que ainda existe, né? A questão, digamos assim, [...] a questão salarial, que ainda é bem diferente da do homem.

Sol não destaca nenhuma “barreira” para a mulher na sociedade nem no mundo do trabalho, ao contrário, reforça a visão do “senso comum” de se limitar a perceber a entrada da mulher no mundo do trabalho apenas como uma conquista:

A mulher conquistou muitos espaços, a mulher tá crescendo, é gostoso você ouvir dizer que mulheres hoje já exercem certos cargos...

Além de não perceber as condições de desigualdade a que ainda estão submetidas as mulheres no mundo do trabalho, Estrela ainda reforça positivamente as características marcadas pelo “determinismo biológico”, historicamente desenvolvido sobre as mulheres e “sabiamente” apropriadas pelo capital:

Hoje eu acho que a gente conquistou o nosso espaço, sim. Com o passar de todos esses anos, hoje eu acho que nós somos assim reconhecidas, tanto profissionalmente como mesmo mulher. Pessoas que são inteligentes, pessoas que pensam. Que muitas vezes **a nossa calma, o nosso equilíbrio, a nossa sensibilidade, certas horas elas são bem mais eficazes que a racionalidade do homem. É eu acho que a condição feminina hoje em dia em até alguns locais, ela é tratada com maior importância que o homem, que tem profissões hoje em dia que eles preferem a eficiência de uma mulher, que um homem.**

Estas concepções levam a crer na necessidade de um maior destaque para os estudos de gênero dentro da formação profissional, na tentativa de evitar visões limitadas e, muitas vezes, conservadoras por parte das profissionais de Serviço Social.

4.2.1. Análise sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho

Desmistificar a massiva entrada da mulher no mercado de trabalho como sendo apenas uma conquista do movimento de mulheres é indispensável para compreensão das reais condições das mulheres nesta sociedade e, conseqüentemente, para avançar em sua luta. Luta esta, como já sinalizada, fundamental para o avanço da profissão.

Assim, é que houve a preocupação em saber o que as Assistentes Sociais pensam e/ou analisam sobre as condições de vida das mulheres, ou, ainda, se percebem a apropriação/manipulação da mão-de-obra feminina pelo capital.

Das cinco entrevistadas deste trabalho, apenas duas conseguiram atentar para o fato de que a entrada da mulher no mercado de trabalho não superou a sua condição de subalternidade, condição essa que, de acordo com Lua, se expressa para além da questão salarial:

A entrada delas... a crescente entrada delas e a conquista de postos, que isso também é importante na hora que a gente pensa o mercado de trabalho, eu acho que foi uma coisa muito boa. Que eu acredito que o movimento feminista contribuiu para essa permissão, esse furo no bloqueio, não é nem permissão, é esse furo no bloqueio. E, acho ainda que, **mesmo a gente estando em postos de trabalho que homens estão, a gente continua ainda não só pela questão do salário, mas pela questão do tratamento, de ser tratada ainda como subalterna ainda.**

Terra, apesar de afirmar que a entrada da mulher no mercado de trabalho “tem que ser sempre encarada como uma conquista”, demonstrou perceber a subordinação da mulher no mundo do trabalho:

[...] a maioria dos empregadores são homens, dependendo da profissão: costureira – mulher; acabamento – mulher; gerenciar as costureiras: homem (risos). Então qual é a lógica? Se eu sei costurar, por que quem vai me gerenciar é um homem? Eu vejo a questão do preconceito em relação ao trabalho, digo isso também nas profissões de baixa renda [...].

Estrela afirmou não perceber nenhum aspecto negativo, e Água apenas destacou algumas “barreiras” para as condições da mulher trabalhadora, como a “questão salarial” e a “falta de creches”. Sol, além de não analisar em nenhum aspecto as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, reforçou o “determinismo biológico” sobre o gênero feminino. Nessa perspectiva, afirma Sol acerca da entrada da mulher no mercado de trabalho:

Um espaço muito conquistado, realmente mulher dirige melhor do que o homem. **Mulher é mais passiva, mulher tem toda uma delicadeza de conduzir, de orientar, de dirigir**, sem dúvida... É um espaço de alta relevância pra nós, mulheres, que deverá permanecer e crescer. Nós temos que conquistar mais espaços, mais ascensões, nós temos que crescer pra romper, porque aí sim, nós vamos romper com a cultura do machismo.

Assim como Estrela o fez no item anterior, esta visão demonstra a existência do conservadorismo no seio da profissão, conseqüentemente, da necessidade de enfrentá-lo.

4.3. Feminização e Serviço Social – implicações, resistências e “continuísmos”

Problematizar a “feminização” da profissão exige ter em mente a análise das condições históricas a que são submetidas as mulheres no mercado de trabalho, compreendendo como o capital se apropria do trabalho feminino,

tanto no âmbito da reprodução como da produção sociais, para manutenção e reprodução de sua ordem, com vistas, sempre, à obtenção de maiores lucros.

O acesso das mulheres a profissões “adequadas” ao sexo feminino é determinado por um jogo de interesses, como já pôde ser percebido. Sofrem essas profissões desvantagens econômicas e sociais, como se salienta abaixo:

Ao investigar a posição da mulher perante o trabalho está-se recompondo todo o processo de socialização que ela viveu. **A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se fez sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras [...].**

Subjacente às escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino, que não encontram elevadas barreiras quando exercidas e que não dificultam muito o casamento. Estas vantagens compensam algumas desvantagens, como a remuneração baixa e o exercício de carreiras cujo prestígio social não é muito elevado (BLAY, 1978, p. 286, grifou-se).

Sendo o Serviço Social uma profissão constituída em sua maioria por mulheres, não está isento da apropriação do trabalho feminino pelo capital. Ter consciência disto e das condições de vida das mulheres na sociedade como um todo é, pois, um pressuposto para o avanço da profissão.

4.3.1. A relação entre “feminização” e subalternidade no Serviço Social x luta das mulheres

Mediante o nítido recorte de gênero identifica-se – em termos do perfil do profissional – uma absorção das subalternidades, discriminações e lutas das mulheres no mundo do trabalho. Como salienta lamamoto:

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu 'papel na sociedade', como uma alternativa à vida doméstica e à participação política. (1994, p. 49).

Dessa forma, o Serviço Social, com sua marca histórica de “feminização”, carrega a desvalorização e a subordinação de uma profissão exercida por mulheres devido à desigualdade estrutural de gênero. Conforme Izquierdo:

Manifestações da desigualdade estrutural de gênero são o fato de que o nível salarial, de formação, de prestígio e/ou de poder para as atividades femininas é inferior ao que se outorga às atividades masculinas, independentemente de serem desenvolvidas por mulheres ou homens. (*apud* CARVALHO, 1998, p. 402).

Sendo predominantemente feminino, o Serviço Social, como todas as demais profissões tidas como “femininas”, “para mulheres”, carrega um estatuto de subalternidade conferido historicamente pelas relações desiguais estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, afirma Heckert: “A baixa remuneração e o desprestígio social são duas conseqüências da concentração feminina em determinadas carreiras” (1991, p.60).

Em outras palavras e/ou sinteticamente, a categoria profissional sofre as conseqüências das relações desiguais de gênero, inscritas no bojo da questão social, não só no tocante ao seu público usuário – majoritariamente feminino, como afirmaram todas as entrevistadas – mas também com relação à categoria em si. Portanto, perceber as determinações/implicações dessa “feminização” para o trabalho das Assistentes Sociais é fundamental para o avanço, reconhecimento e afirmação da profissão.

Assim, é necessário analisar se a categoria profissional percebe ou não esse “fenômeno” (impacto e/ou implicação da marca de gênero no Serviço Social). Para tanto, perguntouse às entrevistadas como elas se sentem em compor uma profissão predominantemente constituída por mulheres.

Não obstante a nítida relação entre a subalternidade da profissão e a sua “feminização”, apenas uma, dentre as cinco entrevistadas, ressaltou a subalternidade e o desprestígio conferidos à profissão por conta da “feminização”, afirmando sentir implicações desse “fenômeno” no seu trabalho. Com efeito, afirma Lua:

Eu às vezes sinto... eu acho que isso não é coisa da minha cabeça não... Eu acho que, por ser de mulher, existe já a discriminação no sentido da subalternidade da profissão, de ser uma profissão... eu não sei se só porque cuida do social, que atende ao social, que ela é uma profissão subalternizada, ou se também pela condição de estar sendo desenvolvida por mulheres, por cuidadoras, como antigamente se.... Talvez isso tem haver com a maneira como as pessoas olham pra você, que a gente tem que se impor...

As demais afirmaram não sentir nenhum problema, nenhuma implicação negativa com a “feminização” do Serviço Social, como ressalta Terra:

Eu não tenho muitos problemas com isso não, eu não vejo isso como um problema.

Duas entrevistadas ressaltaram que gostavam de compor uma profissão predominantemente feminina, como demonstra o depoimento de Estrela:

[...] quer saber de uma coisa, eu não acho ruim não, eu acho ótimo. Era bom que todo mundo pensasse assim [...] a gente tem os mesmos valores, assim, parecidos pelo menos. Eu acho, pelo menos não tem homem assim, sendo contra, porque homem geralmente é muito do contra com a gente [...].

Ao se observar que espontaneamente não houve, da parte das entrevistadas (com exceção de Lua), a percepção do vínculo existente entre a questão de gênero e o desprestígio e a subalternidade do Serviço Social, interrogou-se às entrevistadas se elas sentiam alguma implicação no trabalho advinda do fato de ser uma categoria majoritariamente feminina e se havia ou percebiam alguma relação com o desprestígio social da profissão.

Estrela não percebeu nenhuma implicação, a não ser o preconceito por parte da “sociedade, que discrimina o assistente social masculino”.

Sol, afirmou que sentia o desprestígio da profissão de uma forma geral, não apenas “por ser composta por mulheres”, como demonstra seu depoimento:

[...] o assistente social é muito procurado na dificuldade. [...] o reconhecimento que é bom, nada....

Água, como Sol, afirma que sente o desprestígio, “mas não por essa questão de ser feminina, mas não por essa questão de gênero”. No entanto, destaca dois momentos em seu percurso profissional que evidenciam a relação entre o desprestígio da profissão e a sua “feminização”:

[...] na época do estágio era incrível. No refeitório, até os residentes não olhavam pra gente, não conversavam. Quando a gente procurava os profissionais pra falar com o paciente, da situação do paciente, pra dar informações, eles simplesmente olhavam pra gente assim... tá tudo escrito no prontuário [...]. Não sei se era preconceito com a profissão em si, ou se era por ser ocupada por mulher, acredito que não [...] acredito pela profissão em si....

[...] quando tivemos uma reunião na Secretaria semana passada, nós duas, eu e a Carmem⁴⁰, e o engenheiro, basicamente **o secretário se dirigia mais ao engenheiro, entendeu? Não por ser engenheiro, mas por ser homem, a gente notava isso e ele poderia até se dirigir à**

⁴⁰ Nome fictício.

gente para conversar com a gente, mas ele sempre olhava no engenheiro pra confirmar, pra ratificar ou não o que a gente tava dizendo. A gente nota bem essa questão da discriminação .

Como se percebe, em especial neste último depoimento, Água entra em contradição com a sua afirmação de que não há relação entre gênero e o desprestígio profissional, ou, ainda, não há uma percepção formulada, racionalizada ou crítica para apreender a existência dessa relação.

Terra também nota o desprestígio da profissão e da Assistência Social, no entanto, também afirma não haver relação com a “questão de gênero”:

Não, eu acho que o fato de não ser essencialmente de homens, ou de mulheres não vai implicar [...] que a profissão vai ser melhor ou pior. É o profissional, o homem ou a mulher, que tem que se impor [...] [...] se tiver um outro profissional de uma outra profissão no meio, ele vai sempre tá sendo um pouco mais reconhecido. Ah, tinha um médico na equipe, tinha um dentista na equipe, aí ele acaba sendo mais destacado do que o próprio assistente social. A gente enfrentou isso com o Selo UNICEF, que é um projeto pra ser desenvolvido entre saúde, educação e assistência social. E quando chega mais lá em cima, fala em saúde e educação. A assistência social desenvolve o projeto, aplica o projeto... e quando chega lá em cima aparece mais a educação. [...] a assistência social fica sempre em segundo plano[...] falta reconhecimento dos profissionais e esses profissionais se darem o devido valor, se colocarem como indispensáveis [...].

Esse desprivilégio eu vejo mais... vai depender muito do gestor, depende de quem tá lá em cima, não vejo dependente da sociedade em si, vai depender de quem tá lá em cima, como vê a importância do Serviço Social, independente se ele é feminino ou masculino.

Concorda-se com a análise de Terra, inclusive quando ressalta a necessidade de os profissionais, mulheres e homens, se imporem, ou seja, não é porque a maioria é mulher que necessariamente a profissão deva ser desprestigiada. No entanto, dentro dos modelos de gênero estabelecidos nesta sociedade – marcada pela divisão sexual do trabalho, pela opressão, superexploração, desprestígio e subalternidade – a profissão, como já foi demonstrado, carrega esses traços sofridos pelas mulheres trabalhadoras.

Assim, é necessário perceber essa relação para contribuir com a ruptura com o desprestígio do Serviço Social, bem como com o das mulheres de uma forma geral na sociedade.

Desprestígio esse que, claro, não se resume na “questão de gênero”, que é apenas um dos elementos da subalternidade da profissão, tendo em vista, por exemplo, a “extinção” das políticas sociais em tempos “neoliberais”, já que são estas, fundamentalmente, que conferem, nesta sociedade, o sentido sócio-histórico do Serviço Social.

No depoimento de Terra há ainda uma análise pertinente com relação à assistência social, que, a exemplo das outras políticas sociais, sofre uma intensificação da desvalorização e da falta de reconhecimento. Isso coloca um grande desafio para a profissão: a afirmação dessa política. Afirmação esta que deve ser acompanhada pela luta de gênero, à medida que esta política social, como foi demonstrado no decorrer deste trabalho, sofre as conseqüências da “feminização”, tanto no corpo profissional como no público usuário.

Sobre o fato de a profissão apresentar-se como “feminina”, Netto afirma que: “Entre outros elementos, compõe-se aí o quadro, prenho de dilemas, da afirmação socioprofissional de atores neste mesmo âmbito (socioprofissional) profundamente marginalizados” (1996, p. 84).

É importante, porém, ter o cuidado em não atribuir essa subalternidade e/ou marginalidade da profissão ao fato de ela ser exercida, em sua maioria, por mulheres, como se um simples processo de inversão ou de entrada de um número significativo de homens fosse reverter essas implicações, o que reforça a supremacia hierárquica dos homens na sociedade.

Pensar assim é estar na contramão das análises numa perspectiva de gênero que possibilitam perceber que essa subalternidade é fruto de uma construção social, portanto histórica, e não de uma essência natural feminina. Ou seja, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas em torno do feminino. Dessa forma, este fenômeno social, como todos os demais, deve ser percebido e analisado historicamente para ser decifrado com criticidade e coerência.

Essa reflexão é também defendida por Veloso ao tecer crítica ao pensamento de Heckert:

[...] Heckert constata o perfil do serviço social baseada em uma imagem “essencial” de “Mulher” e confiná-o a uma “prisão” sem escapatória. De fato, as mulheres são desvalorizadas e subalternizadas, mas não por motivos “naturais”, mas sim históricos (2001, p. 88-89).

Apesar da apropriação em torno da “feminização” do Serviço Social, em que pesem todas as suas implicações para a profissão, aqui já abordadas, a história aponta uma contradição deste fenômeno, como enfatiza Veloso:

Percebeu-se que o gênero esteve presente na institucionalização da profissão, conformando a “escolha” tanto do sujeito quanto do objeto da intervenção profissional: a mulher. Esta era vista como portadora dos valores que se pretendia veicular e reforçar no seio da classe trabalhadora. Por meio dela se pretendia estabelecer o controle dessa parcela da população. A contradição deste fenômeno se mostra quando busca a manutenção de um determinado *status quo* e permite, ao mesmo tempo, a possibilidade de emancipação de mulheres, por meio da própria profissão, e a resignificação de valores e percepção crítica da sociedade, como ocorreu no caso do próprio do serviço social. Basta citar, por exemplo, os avanços que este último vem promovendo no debate profissional, tanto na sua dimensão teórico-metodológica quanto na prática-interventiva, como foram os casos dos processos de discussão do Código de Ética Profissional, do currículo e da formação profissional, da Lei Orgânica da Assistência Social (2001, p.86).

Sabe-se, porém, que a emancipação das mulheres não depende simplesmente de sua inserção em uma profissão e dos avanços desta, uma vez que o Serviço Social é diretamente determinado e influenciado por processos sociais mais amplos. Em outras palavras, estando situado no foco do antagonismo e da luta de classes, o avanço do Serviço Social encontra-se diretamente vinculado à própria dinâmica da sociedade, ao nível de organização e confrontação dos movimentos sociais.

No caso em apreço, o avanço do movimento feminista é fundamental para as conquistas alcançadas pelas mulheres por meio da profissionalização. Nesse sentido, é imprescindível compreender as relações entre Serviço Social e os movimentos de mulheres, estando esse campo de investigação ainda em aberto, não obstante sua relevância, como sugere Netto:

Campo de pesquisa em aberto, e potencialmente promissor, é aquele que aponta para as relações entre a profissionalização do Serviço Social e os movimentos específicos de mulheres [...] parece-me válida a hipótese de que, pela via da profissionalização no Serviço Social, contingentes femininos conquistaram papéis sociais e cívicos que, fora desta alternativa, não lhes seriam acessíveis (1996, p. 84).

A luta em torno da emancipação da mulher, portanto a consciência de gênero por parte das(os) profissionais de Serviço Social se faz indispensável para um real processo de renovação do Serviço Social, tendo em vista todas as implicações sofridas em torno da sua “feminização”.

Apesar da importância da luta ressaltada acima, apenas uma das entrevistadas explicitou claramente a sua relevância para o Serviço Social:

À medida que o movimento feminista pensa, ele faz com que a sociedade repense o que se entende por mulher, o que foi atribuído às mulheres, os direitos que elas tinham, tem e que ainda precisam ter. À medida que ele

faz isso, nós, profissionais, por sermos mulheres, a gente ganha, no sentido, por exemplo, eu posso tentar ganhar um melhor salário na profissão, porque a luta de mulheres tem tentado conquistar isso. Então indiretamente existem ganhos pra profissão, na medida em que eu modifico a forma de olhar pra mulher, não mais a mulher como aquele ser que está na sombra do marido, que tá na sombra do pai, e sim que tem autonomia, eu começo a modificar a mulher dentro de qualquer outra profissão, em especial, no Serviço Social, que eu acho que tem essa discriminação do ser mulher (LUA).

Estrela destacou parcialmente a relação da importância da luta das mulheres com a profissão, parcialmente por ter limitado a análise à questão salarial:

[...] eu acho que essa luta na questão da remuneração da mulher já ser mais baixa do que a do homem, eu acho que é uma luta tanto a nível de (sic) tudo na sociedade, como dentro do curso de Serviço Social. Eu acho traz muita coisa boa, acho que é importante. Agora eu não sou, eu não participo de nenhum movimento, de nenhum movimento feminista e não entendo nada disso, agora eu acho importante.

Terra não destaca a importância da luta das mulheres, não no tocante à categoria profissional, ao afirmar que “a nossa luta em relação à mulher não tá tão com a gente, mas com as nossas usuárias”, ou seja, só percebe a relevância dessa luta para as usuárias e não também para o processo de renovação e afirmação do Serviço Social. As demais entrevistadas não desenvolveram nenhuma análise dentro deste aspecto.

Destarte, a problematização da categoria gênero na profissão, visando o processo de renovação do Serviço Social, deve se dar por intermédio da construção, com o movimento feminista, de uma identidade que favoreça a organização política da categoria profissional mediante a percepção e resistência da condição de gênero imputada à profissão. Mas, infelizmente, como foi demonstrado na análise das concepções das entrevistadas acerca do fenômeno

da “feminização” do Serviço Social, a percepção e resistência da condição de gênero imputada à profissão ainda é muito incipiente.

4.3.2. Contribuição do Serviço Social às relações de gênero

Ao serem interrogadas se há interferência/contribuição do trabalho desenvolvido pelas entrevistadas na condição da mulher na sociedade, todas deram a entender que sim, no entanto apenas Lua demonstrou um amadurecimento e um compromisso explícito com a reversão das “questões de gênero”:

Sim, na medida em que, em especial, eu discuto sobre gênero, então eu coloco em xeque o que tá previamente determinado. Na medida em que eu coloco em xeque o que se determina pra homens e mulheres na sociedade, eu contribuo para esse pensar, as próprias pessoas que a gente facilita oficinas, dá palestras, propicia isso nesse momento, quando a gente coloca em xeque essas questões de gênero. Não sei se eu, desenvolvendo um outro trabalho eu contribuiria, mas **eu tenho impressão que sim, porque eu não consigo me desligar.**

Neste depoimento, fica clara a preocupação em se trabalharem as “questões de gênero”. No entanto, infelizmente, isso não ocorreu na fala das demais entrevistadas, o que aguça a preocupação em despertar, na categoria profissional, a importância em se trabalhar gênero para contribuição com o avanço da profissão. Terra deixou evidente que essa matéria não é uma prioridade em seu trabalho, respondendo à interrogação sobre categoria gênero como uma

questão secundária e restringindo-a a discussão do “ser homem” e do “ser mulher”:

Eu vejo que nossa profissão ela tem que contribuir não só com a ‘questão de gênero’. A ‘questão de gênero’, ela tá inclusa em qualquer canto, porque somos homens e mulheres, nós lidamos com a questão de gênero todo o tempo [...]. **Já tem tanta coisa pra eu ter que lidar, tantos preconceitos, que eu vou me limitar se é homem, se é mulher, eu particularmente não...**

Os demais depoimentos a esse respeito deixaram as respostas vagas, demonstrando desconhecimento da importância da categoria gênero para a profissão. Isso vem afetar não só o processo de renovação da categoria profissional, mas também o seu compromisso com a reversão de todas as formas de opressão e preconceito, como consta no código de ética profissional. Além disso, fere a dimensão de totalidade, defendida pelo atual direcionamento teórico-metodológico do Serviço Social para análise e intervenção na realidade, tendo em vista que gênero compõe uma das dimensões, assim como classe, raça/etnia e geração.

A falta de consistência em conseguir apreender e intervir nas relações de gênero, referida acima, pode ser observada abaixo:

Contribui sim, dependendo da ação, do espaço onde ele é pontuado, por exemplo a questão da mulher chefe de família⁴¹ do nosso setor, né? É uma conquista muito grande, um incentivo, é a auto-estima (ÁGUA).

[...] eu acho que acaba contribuindo, até mesmo por ser uma profissão basicamente feminina⁴² [...] por ser uma profissão que também a gente

⁴¹ Trata-se de projeto voltado para a capacitação das mulheres chefes de família em cursos profissionalizantes, que, por sinal, reforçam a divisão sexual do trabalho, ao reproduzir a feminização de determinadas profissões desprivilegiadas socialmente e normalmente sem forma do mercado formal.

⁴² Trata-se de curso de corte e costura, cabeleireira, doces e salgados, etc. O depoimento não consegue fazer essa análise e ainda afirma contribuir para a “auto-estima” das mulheres.

trabalha com questões de gênero com o próprio usuário, eu acho que a questão da nossa profissão e as relações de gênero, eu acho que a gente reproduz na nossa prática, né? [...] eu acho que é assim, uma relação, uma contribuição[...] (ESTRELA)

Contribui, sendo um a profissão feminina do jeito que é (SOL).

Percebe-se, dessa forma, que as concepções das entrevistadas não são apenas incipientes na análise do “fenômeno” da “feminização” do Serviço Social, mas também no desvelamento das relações de gênero na sociedade e na intervenção que promovem.

4.3.3. O Serviço Social é uma profissão de mulheres?

A pergunta norteadora para a análise a ser desenvolvida neste item foi formulada com o intuito de aferir se as Assistentes Sociais conseguem apreender a “feminização” da profissão como um fenômeno social, ou seja, determinado historicamente. Além disso, teve-se também o objetivo de perceber como as profissionais concebem a profissão. Há uma reprodução da imagem que historicamente foi construída em torno da fusão da figura feminina com o Serviço Social – e todas as características, “qualidades”, “habilidades” que são imputadas como “naturalmente” de mulheres e necessárias ao Serviço Social – ou houve uma ruptura com esse pensamento conservador construído na gênese da profissão?

Das cinco entrevistadas, apenas duas demonstraram uma ruptura com a visão conservadora do Serviço Social como uma profissão de mulheres, com pode ser visto em seus depoimentos:

[...] acho que a profissão em si, as orientações que a gente recebe, o trabalho que é específico da nossa profissão, não tem nada dizendo que existem determinadas pessoas que podem e outras que não. Talvez existam habilidades do escutar, do falar, que precisam ser desenvolvidas tanto em homens quanto em mulheres, que são habilidades que o Serviço Social necessita bastante [...] ela é uma profissão que em sua maioria é composta de mulheres, mas que existem Assistentes Sociais homens que dão conta do recado porque **é uma profissão que dá espaços para homens e mulheres, não é necessário requerer nenhuma, talvez condição feminina, pra ser assistente social,** porque cuidar, homem também cuida, né? Ajudar, homem também ajuda⁴³. De mulheres é nesse sentido de que a maioria das profissionais são mulheres e a minoria são homens (LUA).

Não é que eu considere, ela é, está sendo, apesar de que, se tem alguns homens infiltrados [...] o Serviço Social a gente vê pelas turmas: quarenta vagas e entram três homens e o resto mulheres... na minha turma eram 100% mulheres, nenhum professor homem [...] eu acho que **nunca eu vi o Serviço Social como uma profissão feminina, que só mulheres vêm procurar, porque isso é questão de valores, de educação,** e se o homem quiser fazer, faz e faz muito bem Serviço Social, por que não? Como tem médico que faz muito bem o exame ginecológico [...] (TERRA).

Água e Estrela também afirmaram não considerar o Serviço Social uma profissão de mulheres. Água, no entanto, acaba reforçando qualidades conservadoras em torno do homem e da mulher. O homem é destacado pela sua firmeza; a mulher, pela sua sensibilidade. Portanto, não avança muito na concepção sobre a profissão, ainda que, no final do depoimento, sinalize entender que essas “qualidades” podem ser construídas, como se pode observar:

⁴³ Ressalta-se entretanto, uma aparente associação, por parte da entrevistada, das atividades do Serviço Social ao “cuidar” e ao “ajudar”, visão esta que aponta para um ranço de conservadorismo, apesar dos avanços identificados nesta fala e nas anteriores.

Não. Precisa de mais homens [risos] [...] **tem certas coisas que os homens, quando falam, são mais firmes, tem uma certa firmeza que as mulheres não aprenderam ou pelo menos não aprendi ainda [...]** eu acho que a mulher tem realmente aquela sensibilidade, mais **sensibilidade do que o homem [...]**, mas nada que o homem não pode aprender também, né? [...] (Água).

Estrela, como Água, também não avança no sentido de uma ruptura com a visão conservadora em torno da relação da profissão com a sua “feminização”. A entrevistada, cai em contradição, pois, ao mesmo tempo em que afirma que a profissão pode ser desenvolvida por homens, demonstra, de certa forma, que as mulheres possuem mais “habilidades” em determinados casos. Além disso, reforça o preconceito em torno dos Assistentes Sociais masculinos e da homossexualidade, não considerando os *gays* como homens, como se pode observar:

[...] eu não vou mentir que eu acho que tem certas coisas quando o usuário chega aqui, ele fica mais à vontade conversando com uma mulher que se fosse um assistente social homem [...]. Até mesmo que eu acho assim, a clientela da gente é mais mulher, sabe? Da Assistência Social de uma forma geral são mulheres [...]. **Eu não acho a nossa prática feminina, não. Eu acho que poderia ser exercida por homens também, agora (...), tem mais mulheres no Serviço Social e quando tem um homem parece... acho que você sabe, a gente mesma discrimina**, tem preconceito. Eu me lembro da minha época de estudante, eu olhava às vezes, mas como é que pode os meninos em vez de fazer Contábeis, Administração, vão fazer Serviço Social? [...] **são poucos os homens que são homens [...]** não sei se é coincidência, **mas a maioria deles são homossexuais [...]** talvez porque sejam mais **sensíveis, né?** Eu acho que a nossa profissão tem que ter muita sensibilidade, não é todos que é pra tá aqui não (sic).

Não considerar os *gays* como homens é reforçar os modelos conservadores de gênero, como se houvesse padrões do “ser homem” e do “ser mulher”. Como a construção do ser masculino, nesta sociedade, se encontra muito associada à sua orientação sexual, mais precisamente à sua afirmação em se relacionar com mulheres, ter uma orientação sexual diferenciada da do modelo

conservador faz com que muitas(os) desconsiderem a “masculinidade” dos homens *gays*⁴⁴.

Sol defende, de forma clara, a profissão como sendo de mulheres, “muito feminina”:

Sim, embora, exista uma pequena representação de homens. [...] **Eu acho [...] que até os nossos autores, o que a gente estuda, é muito feminino, muito, muito feminino mesmo, assim, bem questão mesmo de mulher.** A Marilda até coloca, né? Que ela é uma profissão feminina. Eu acho que ela é muito delicada, fui tão machista agora... **ela requer toda aquela dedicação de mulher realmente, coisa que mulher tem** [...] ela é uma profissão que requer [...] muita sensatez [...] Acho que se dissesse hoje: vamos contar os Assistentes Sociais masculinos..., eu acho que... uma pessoa que esteja à frente de um conselho, que esteja mais no dia-a-dia com a categoria, acho que contaria nos dedos, nós temos poucos homens.

Além da equivocada interpretação feita de Marilda Yamamoto, Sol demonstra em seu depoimento o “continuismo” de raízes conservadoras na profissão, embora todos os avanços alcançados. Vale ressaltar que Sol se formou no ano 2000, portanto dentro do novo direcionamento da profissão, que foi por ela vivenciado. No entanto, possui uma visão conservadora acerca da relação entre “feminização” e Serviço Social, semelhante à visão difundida e exigida nas protoformas do Serviço Social. Essa análise só vem a reforçar a necessidade de se trabalhar a categoria gênero no seio da profissão, como uma discussão de caráter teórico-político para o avanço da profissão e sua ruptura definitiva com o conservadorismo em torno da mulher, do reforço ao determinismo biológico sobre

⁴⁴ A discussão sobre orientação sexual é polêmica e, portanto, tem-se a convicção de que não deve ser limitada a notas de rodapés. Assim como gênero, raça/etnia e geração, faz-se necessário aprofundar as pesquisas e discussões sobre sexualidade no seio da categoria profissional, pois envolve dimensões valorativas importantes para o processo de renovação do Serviço Social (ou seja, defender a liberdade como valor ético central) e exige da categoria profissional, a ruptura com todas as formas de preconceito, e, por conseguinte, de ignorância. Para tanto, é preciso buscar constantemente o conhecimento.

características ditas femininas que subordinam, sobrecarregam e desvalorizam as mulheres na sociedade.

4.3.4. Percepção sobre o Assistente Social masculino

Ao questionar as entrevistadas como elas percebem o Assistente Social, nenhuma demonstrou impossibilidade de o homem exercer a profissão. Todavia, três das cinco entrevistadas ressaltaram preocupações e algumas resistências. Houve também dificuldade, de algumas delas, em responder a essa pergunta, devido à quase inexistência de homens desempenhando tal atividade profissional para que pudessem analisar melhor a atuação de um Assistente Social masculino.

Terra afirmou não ter preconceito e ainda defendeu o Assistente Social masculino, tendo em vista a oportunidade que teve de analisar mais de perto o trabalho de um deles:

Eu percebo como um profissional tão capacitado quanto eu. **Eu não tenho preconceito nenhum de trabalhar com assistentes sociais homens.** Eu acho até muito interessante [...], quando a gente foi apresentar o Vicente⁴⁵ para os grupos de mulheres chefes de famílias, elas olhavam assim... e hoje são apaixonadas por ele, por quê? Porque há uma quebra de preconceitos, né? Poxa, um homem assistente social trabalhar com os grupos de mulheres, os problemas que elas têm, aquela questão da abertura, eu por mim não tem problema, mas a população teve aquele...sabe...hoje em dia são tudo (sic) apaixonada por ele, sabem que ele é o assistente social a que elas podem recorrer, entendeu? **É uma questão de quebrar esse preconceito**, quebrar.

⁴⁵ Nome fictício.

Água afirmou que “não tem nada que homem não possa desenvolver”, portanto demonstrou também ser favorável e/ou não ter resistência com o Assistente Social masculino.

Lua não concebe a profissão como sendo feminina, mas com relação ao Assistente Social masculino pondera algumas dúvidas e dificuldades:

[...] o único contato que eu tenho é esse meu amigo Vicente. Eu nunca vi ele trabalhando assim num projeto como Assistente Social. Eu o vi apenas dando oficinas de gênero, que não necessariamente é exclusividade de assistente social, né? Eu vejo a dificuldade dele em trabalhar a temática de gênero, sexualidade por ser homem [...]. Eu acho que, em determinados espaços, pode haver um constrangimento se for um assistente social. Espaços, sei lá... HIV só com mulheres, às vezes se espera que é uma mulher que vai lhe atender e quando chega é um homem. Pode ser que haja esse bloqueio e, que eu não sei se o indicado é forçar isso com o usuário. Eu sou homem e nem por isso eu vou tratar diferentemente se eu fosse mulher. Sou um assistente social que tem a mesma formação. Não sei se forçar isso, ou recuar e realmente fazer com que esses homens não fossem pra esses campos. Eu acho que a saída não é isso, eu acho que a saída também é dentro do movimento profissional tá se discutindo isso, tá se pesquisando [...].

Sol e Estrela, em seus depoimentos acerca do Assistente Social masculino, reforçam novamente as características/“habilidades” requisitadas, de acordo com a concepção delas (“saber escutar”, “sensibilidade”), para o Serviço Social. Para Sol, o homem é diferente em sua atuação, percepção esta pautada na análise de um colega que teve no período do estágio:

Eu não conheço o trabalho de nenhum masculino, de nenhum homem pra eu perceber... eu acho que eu deveria conhecer. Eu tive o Caique, que foi colega de estágio no judiciário ... **é diferente, sabia? Ele é bem diferente, ele é uma coisa mais seca, a questão do ouvir, a questão do saber escutar [...].**

Estrela evidencia sua preocupação com a sensibilidade, ou melhor, a falta de sensibilidade masculina:

[...] eu acho que ele tem toda a capacidade de estar aqui, mas eu acho que esta questão da sensibilidade dele tem que ser realmente aguçada, né? Eu acho que não é todo homem que pode ser Assistente Social [...]

Percebe-se, de uma forma geral, que, mais do que preocupação, há resistência ao homem no Serviço Social, o que demonstra uma naturalização e reforço da “feminização” da profissão, bem como da reprodução da concepção de uma “essência” feminina e masculina associada à divisão sexual do trabalho.

Perceber que as habilidades ditas femininas – e consideradas atribuições para o Serviço Social – são construídas e determinadas histórica e socialmente é indispensável para desmistificar a “feminização” do Serviço Social, possibilitando a ampliação da percepção de que, tanto mulheres quanto homens podem exercer esta profissão –ou qualquer outra. Ademais, que este exercício profissional esteja voltado para o compromisso com valores – como liberdade e igualdade social – e não com a reprodução do conservadorismo sobre as mulheres e homens, o que vem reforçar as desigualdades sociais, como foi demonstrado no desenvolvimento deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho acabou – e, por isto mesmo, a viagem apenas começa.

Lukács

A análise da pesquisa de campo faz reforçar a necessidade de se trabalhar a relação entre Serviço Social e gênero, tendo em vista que, conforme demonstrado, as concepções das entrevistadas, apesar de alguns avanços, ainda persistem em elementos conservadores em torno das relações de gênero. Ademais, não se desenvolveu, de forma generalizada, a percepção crítica das implicações da “feminização” no Serviço Social, o que dificulta o processo de renovação e valorização da profissão.

A perspectiva de progresso na solução desse problema está associada à luta feminista, uma vez que a profissão, sendo predominantemente exercida por mulheres e, perdurando na sociedade o conservadorismo em relação a ela – com sua carga de opressão, subordinação e discriminação contra a mulher –, carrega também esses traços em seu seio.

Assim, a reprodução de aspectos conservadores em torno da mulher e a resistência e/ou preconceito demonstrado por alguns depoimentos sobre o Assistente Social masculino, associados à “não-consciência” da condição de gênero imputada à profissão, vêm comprovar a hipótese deste trabalho, qual seja, a de que, “mesmo diante das transformações ocorridas na profissão, ainda há concepções e reprodução de valores conservadores em torno das relações de gênero”.

Para se constatar que ainda existem profissionais na “contramão” da

luta pela renovação da profissão – profissionais que ainda não conseguem perceber as implicações da “feminização” do Serviço Social e, portanto, a elas resistir – basta lembrar, por exemplo, os depoimentos que retrataram um reforço a essa “feminização”, no tocante à reprodução de uma visão ainda pautada na concepção das protoformas do Serviço Social. Concepção esta que requisitava uma série de “qualidades” ditas femininas para o seu exercício; “qualidades” essas que vinham corresponder aos interesses de classe que fizeram emergir o Serviço Social.

O desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e de campo em torno da relação entre “gênero” e Serviço Social leva a direcionar a análise aqui sugerida para dois movimentos:

1. **A particularidade da “feminização” da categoria profissional**, analisando suas determinações, implicações e necessidades teórico-políticas no que diz respeito à subalternidade e desprestígio social, bem como o avanço do processo de renovação da profissão e, por conseguinte, da ruptura com o conservadorismo.

2. **A particularidade da “feminização” do seu público usuário**, em especial, na assistência social, que está ligada ao “fenômeno social” da “feminização da pobreza”, como da “cultura” de responsabilização das mulheres pela “reprodução social”, pelo “equilíbrio” e “harmonia” da família e da sociedade.

Fala-se em particularidade desses movimentos porque não devem ser analisados de forma isolada e/ou fragmentada, mas percebidos como singularidades advindas das mesmas “leis tendenciais” existentes na estrutura do

capital, que estão expressas na universalidade que determina esses movimentos. Há que, portanto, particularizá-los e relacioná-los, discernindo a importância do compromisso político-profissional em romper com as desigualdades. No caso, a luta contra a desigualdade, subalternidade, opressão e superexploração sofridas pelas mulheres, que se refletem para o Serviço Social nos dois movimentos citados (para a categoria profissional, por ser composta majoritariamente por mulheres, e para as usuárias de seus serviços).

Essa luta – se imbuída de uma busca pela efetiva emancipação, a qual implica no fim de todos os tipos de exploração e opressões –, deve ter como objetivo a igualdade substantiva, o que exige reafirmar o compromisso com a construção de uma nova sociedade, como aponta o Novo Projeto Profissional do Serviço Social.

Para tanto, os “estudos de gênero”, e quaisquer outros, devem estar rigorosamente pautados na teoria marxista, por não se voltar apenas para a apreensão, mas também para a transformação da sociedade. Assim, é preciso resistir e se contrapor às “novas” teorias, as quais, além de não analisarem as contradições fundantes desta sociedade, fragmentando o real e limitando-o a “microabordagens”, não possuem um projeto político voltado para a construção coletiva de uma nova ordem social.

A defesa do marxismo se dá também na medida em que ele possui um método (materialismo histórico-dialético) capaz de apreender o movimento do real em suas múltiplas determinações, expondo as contradições que geram as mais diversas expressões das desigualdades sociais. É, portanto, o único método capaz de pôr a “nu” totalmente essa realidade (condição preliminar para a

transformação social) e, por conseguinte, de romper com os traços basilares de opressão e exploração.

Há, pois, que se insurgir contra com a paralisia política impulsionada pela teoria “pós-moderna”, com suas “análises” fragmentadas e focalizadas, com a sua defesa do “fim da história” e do subjetivismo em oposição à razão. É preciso perceber que a história não tem fim enquanto existirem sujeitos sociais, pois são estes que constroem, determinam e transformam a história.

É preciso ousar na busca por sujeitos coletivos, comprometidos com a luta por igualdade substantiva, que utilizem e saibam utilizar sua razão para desvelar e enfrentar as desigualdades sociais e construir uma nova cultura, despida de qualquer tipo de preconceito. Precisa-se romper com as amarras do subjetivismo, que contribuem para a reificação humana ao ofuscar as grandes determinações e contradições sociais, fortalecendo o individualismo e a despolitização na sociedade.

A luta das mulheres, como todas as demais lutas sociais, estando associada à busca pela igualdade “substantiva”, não pode limitar-se ao esforço de equiparação com os homens. É preciso abolir as desigualdades de gênero e todas as desigualdades que a ela se encontram associadas e muitas vezes a determinam ou a influenciam diretamente, como a desigualdade de classe, etnia e geração.

É, enfim, necessária a existência de uma nova ordem social que possibilite a expressão livre e emancipada das subjetividades humanas, na qual as pessoas tenham condições de exercer sua criatividade e vivenciar seus desejos – produzindo e reproduzindo sem exploração nem alienação. Uma nova

ordem social que possibilite também a objetivação do humano, e não a sua “coisificação” e mercantilização.

A análise crítica aqui empreendida acerca da luta das mulheres não deixa de reconhecer suas conquistas. Ao contrário, a preocupação e o desejo é de que novas conquistas sejam alcançadas, tendo como horizonte uma real emancipação, e não falsas ilusões de que as mulheres atingiram um patamar de eqüidade e de superação de sua subordinação social.

A preocupação mencionada no parágrafo anterior decorre do fato de o capital se apropriar, de certa forma, da luta das mulheres, mediante respostas enviesadas às suas reivindicações, tirando, evidentemente, proveitos com vistas à sua produção e reprodução, de forma a garantir seu equilíbrio e maiores lucros.

Para ilustrar essa afirmação, basta lembrar-se do exemplo do mercado de trabalho aqui exposto. É difundido que a mulher está ocupando o mercado de trabalho - e, de certa forma, essa entrada é incentivada; com a afirmação de que elas ocupam determinados postos de trabalho melhor do que os homens etc. A aparência diz que as reivindicações das mulheres são atendidas e/ou seu valor reconhecido. No entanto, como já analisado, há uma apropriação da precarização do trabalho das mulheres e das “habilidades” desenvolvidas nelas para corresponder aos interesses capitalistas - e isso não é novo, conforme visto na histórica divisão sexual do trabalho.

A adequação das mulheres às exigências do mercado de trabalho – seja à polivalência, seja à passiva subordinação na aceitação da mão-de-obra precarizada, favorece significativamente ao capital. Este favorecimento se dá por

meio da condição de subalternidade e desprestígio social em torno do desenvolvimento das atividades desenvolvidas por mulheres.

Esta condição, vivida pela força de trabalho feminina, pode ser percebida tanto no nível técnico – no desenvolvimento de atividades que exijam “habilidade” manual e rapidez e/ou trabalhos repetitivos – quanto no nível superior – nas profissões tidas como “femininas”, como o Serviço Social. Uma das expressões mais concretas deste tipo de hierarquização é a diferença na remuneração, sempre menor quando comparada a atividades similares comumente desenvolvidas por homens.

Há, portanto, muitos motivos para a organização política das mulheres. Isso exige que o Serviço Social ponha o feminismo em sua pauta teórico-política, em razão das particularidades desta luta que o envolvem, demandando a problematização da categoria-gênero na categoria profissional, inclusive no âmbito acadêmico. Nesse sentido, pontuam-se as contribuições que a categoria profissional pode obter com esta problematização fundada na luta feminista:

1. Desvendamento das relações de gênero em relação às usuárias e aos usuários de seus serviços, possibilitando o enfrentamento da questão social sem a reprodução de valores conservadores em torno da mulher, como no período da institucionalização da profissão;

2. Reconhecimento como uma categoria indispensável para análise das relações sociais, o que possibilita o alcance de respostas eficazes para as demandas sociais à profissão;

3. Desvelamento das relações de gênero, numa perspectiva feminista, em torno das e dos Assistentes Sociais, visando ao processo de

renovação do Serviço Social na ruptura com a subordinação e desprestígio de uma profissão “feminina”.

4. Adoção de uma prática consonante com o movimento feminista, em prol da luta das mulheres. Sendo as mulheres um segmento da sociedade que historicamente tem sido oprimido, que sofre maior pauperização do que os homens, a profissão estaria cumprindo seu compromisso político, explícito no Novo Projeto Profissional, com a emancipação humana e contra a opressão.

O alcance destas contribuições depende da articulação com o marxismo, uma vez que, além da reatualização conservadora trazida pelas “novas teorias”, o movimento feminista encontra-se num momento de institucionalização em contraponto às lutas sociais, mediante a expansão das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Essas ONGs sobrevivem de investimentos de agências do governo e de organismos internacionais, inclusive do Banco Mundial. Este fato implica, como decorrência, em relações de dependência/subordinação, transvertidas no discurso de “parceria”, contribuindo para descaracterizar o movimento como luta social. Além disso, há uma competição entre essas ONGs na disputa pelos investimentos, o que fragmenta a luta das mulheres.

As chamadas “ONGs feministas” acabam representando ou se autodenominando representantes das mulheres, estabelecendo uma relação desequilibrada de disputa com a possibilidade de um autêntico movimento social, pois acabam obtendo mais legitimidade junto às mulheres populares que desenvolvem trabalhos pontuais, por terem recursos/financiamentos

diferentemente de um movimento social.

Num sentido mais amplo, as ONGs ainda contribuem para a minimização do estado, no que diz respeito à fragmentação das políticas sociais, indo de encontro à universalidade das mesmas. Não é pois à toa, que as ONGs são financiadas por organismos como o Banco Mundial. Esta é uma nova forma de dar “respostas” à “questão social”, na busca necessária de consenso e de uma maneira bem menos onerosa para o capital.

Esse consenso ainda é obtido sob a “capa” de que o governo e/ou o capital internacional se preocupam com questões humanitárias ou estão atendendo às lutas sociais. Na verdade, o que ocorre é um controle destas lutas, tendo em vista a relação de dependência estabelecida na “parceria” – vista como apoio aos movimentos sociais – e a fragmentação nelas ocasionada.

Outro interesse explícito é potencializar recursos, pois, na maioria das vezes, as diversas ONGs possuem como fundadoras(es) e funcionárias(os) ex-militantes políticas(os), que acabam, em geral, confundindo trabalho com militância, ou seja, trabalham com maior dedicação e disponibilidade, indo inclusive além das horas normais de expediente, sem falar na “política do voluntariado”, enormemente incorporada pelas ONGs.

No caso específico do financiamento de projetos com “recorte de gênero”, cabe uma inquietação: qual o interesse de grandes agências financiadoras, como o Banco Mundial, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), ao exigirem, em seus financiamentos, o “recorte de gênero”? Ou, ainda: como esses “recortes de gênero” são efetivados?

Estes questionamentos em torno das ONGs feministas, bem como a análise crítica em torno de qualquer ONG, não necessariamente feminista, são indispensáveis para o fazer profissional do Serviço Social, uma vez que as ONGs são uma nova área de atuação da profissão, marcada por uma série de contradições, aqui apontadas sumariamente.

As discussões, estudos e pesquisas que envolvem a relação gênero e Serviço Social demonstram, pois, uma série de demandas e desafios para o seu aprofundamento. Desde a necessidade da percepção da importância da categoria gênero para o processo de renovação do Serviço Social – que, como foi demonstrado, ainda se tem muito a amadurecer na categoria profissional –, até o enfrentamento da despolitização, combatividade e institucionalização das lutas sociais, no caso em questão, a luta das mulheres em torno das ONGs “feministas”.

Enfrentar esses desafios demanda da categoria profissional a reafirmação cotidiana, no seu exercício profissional, do seu compromisso com os deveres políticos e com os valores éticos defendidos no Novo Projeto Profissional contra todos os tipos de preconceito, discriminação, exploração e opressão.

Para tanto, há a necessidade de constante atualização e de fomentação do “espírito” investigativo em torno da competência teórico-metodológica para o desvelamento-intervenção da/na realidade. Competência esta cada vez mais exigida com as adversidades e o crescimento das desigualdades sociais. É preciso, pois, entrar e conduzir o “trem da história”, quebrar as algemas, tirar as vendas e as mordidas que tentam aprisionar, cegar e calar aquelas e aqueles que ousam abraçar um projeto societário revolucionário em busca da plena emancipação humana.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1985.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *In: Revista Crítica Marxista*, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARY, Zaíra. Feminino e masculino no imaginário católico: Da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Annablune; Fortaleza: Secult, 2000.

BLAY, Eva Alterman. Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BENOIT, Lelita. Feminismo, gênero e revolução. *In: Revista Crítica Marxista*, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. *In: SAFFITOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Mônica. Mulher Brasileira é assim.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

_____. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). *In: ROCHA, Maria Izabel B. (org.). Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR /UFMG/ São Paulo: Ed.34, 2000.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo". 1993.

CARVALHO, Marília Pinto. Gênero e Trabalho Docente: Em Busca de um Referencial Teórico. *In*: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloisa, Buarque (Org.). Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CASTRO, Mary G. e LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto *In*: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

CARDOSO, Franci Gomes *et al.* Questão Social: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do Serviço Social como profissão. *In*: Revista Ser Social, nº 6. Brasília: UNB, 2000.

CARVALHO, Marília Pinto. Gênero e Trabalho Docente: Em Busca de um Referencial Teórico. *In*: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloisa, Buarque (Org.). Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CASTRO, Mary Garcia e LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: A Construção de um Objeto. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. *In*: Revista Crítica Marxista, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

CHESNAIS, François. La mondialisation du capital. Nouvelle édition augmentée. Paris, Syros, 1997.

CISNE, Mirla. Serviço Social no Ceará na década de 50: O Intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo. Monografia de conclusão de curso. Fortaleza: UECE,

2002. Mimeo.

CODAS, Gustavo. Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas e de gênero. *In*: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

ENGELS, Federico. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo. Civilização Brasileira, 1977.

FERREIRA, Verônica Maria. "Fios invisíveis": O Trabalho de mulheres nas indústrias de redes de dormir do município de Jaguaruana-CE. Monografia de conclusão de curso. Fortaleza: UECE, 2002. Mimeo.

GEERTZ, Cliford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos S.A., 1989.

GEHLEN, Vitória e GEHLEN, Lara Mileti. Política Social, Gênero e Saúde. *In*: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia: CFESS/ABEPSS, 1998.

GRANEMANN, Sara. Processos de Trabalho e Serviço Social. *In*: CFESS/CRESS -Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social.. Brasília: UNB, 1999.

GOHN, Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais *In*: CFESS/CRESS - Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 02: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB – CEAD, 1999.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez,

1995.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. 11ª Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e Mulher no Serviço Social. *In: Serviço Social e Sociedade*. Revista Quadrimestral de Serviço Social – Ano XII, nº 36. São Paulo: Cortez, Agosto de 1991.

HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. *In: Tempo Social*; Rev. Sociol. São Paulo: USP, 1989.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos, 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1994.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo. Cortez, 1999.

_____. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. *In: CFESS/CRESS - Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: UNB, 1999.

_____. Trabalho e indivíduo social. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. Karl Marx. *In: _____* (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 10. São Paulo: Ática, 1992.

INÁCIO, Miriam. Ação Ético-Política do Serviço Social frente à violência de gênero: um estudo a partir das delegacias da mulher. Projeto de dissertação. Recife: UFPE, 2002. Mimeo.

KATZ, C. e COGGIOLA, O. Neoliberalismo ou Crise do Capital? São Paulo: Xamã, 1996.

KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. *In*: HIRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1989.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LESSA, Sérgio. O Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Serviço Social e Trabalho: do que se trata. *In*: Revista Temporalis 2. Ano I. Brasília: ABEPSS, 2000.

LOBO, Elisabeth Souza. A Classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petropolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. *In*: Marx. Coleção Os Pensadores. Ed. Abril Cultural, 1978.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas-marxistas-anti-racistas. *In*: FARIA, Nalu e

NOBRE, Miriam (orgs.). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002.

MÉZÁROS, Istivan. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIES, Maria e SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1993.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *In: Revista Crítica Marxista*, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Questão Social e Serviço Social. 2000. Mimeo.

NETTO, José Paulo. O que é marxismo. São Paulo. Brasiliense, 1987.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise

prospectiva da profissão no Brasil *In: Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996

_____. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social* - Brasília: CEAD, 1999.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social” *In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *In: ROCHA, Maria Izabel B. (org.). Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR /UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOBRE, Miriam. Introdução à Economia Feminista. *In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

OFFE, Clauss. Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. V.1. A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PAVÃO, Ana Maria Braz. O princípio de autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1981.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI (org.). A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002.

PONTES, Reinaldo. Mediação e instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD-UNB, 2000.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PRADO Jr, Caio. Dialética do Conhecimento. São Paulo: Gráfica Urupês, 1960, I Tomo.

ROSANVALLON, Pierre. La nueva cuetión social: repensar el Estado providencia. Buenos Aires, Ed. Manantial, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, Leila Lima. Textos de Serviço Social. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1993.

SEGNINI, Liliana Rolsen Petrilli. Feminização do trabalho bancário. *In*: BRUSCHINI, Cristina e SORJ, Bila. Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOSCORPO, 1991.

SILVA, Neíse Távora de F. As Relações Sociais no Ceará – 1950-1960. Fortaleza: 1987. Mimeo.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade.

In: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social - Brasília: CEAD, 1999.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Francisco. Pensando com Marx: Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas, São Paulo: Xamã, 2001.

TONET, Ivo. Democracia ou liberdade?. Maceió: Edufal, 1997.

TORRES, Iraíldes Caldas. As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VELOSO, Renato. No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. *In:* Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social. V. 2, nº 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

YASBEK, Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletiva. *In:* Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB, 1999.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *In:* Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília: UNB, 2000.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Coletânea de Leis e Regulamentos. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS 7º Região/RJ, 2000.

CBCISS. Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CBCISS. Teorização do Serviço Social: documento do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

LEÃO XIII – Rerum Novarum – Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 12ª ed., 2000.

PIO XI. Quadragesimo Anno: Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Pio XI sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica. São Paulo: Paulinas, 4ª ed., 2001.